

ELO

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

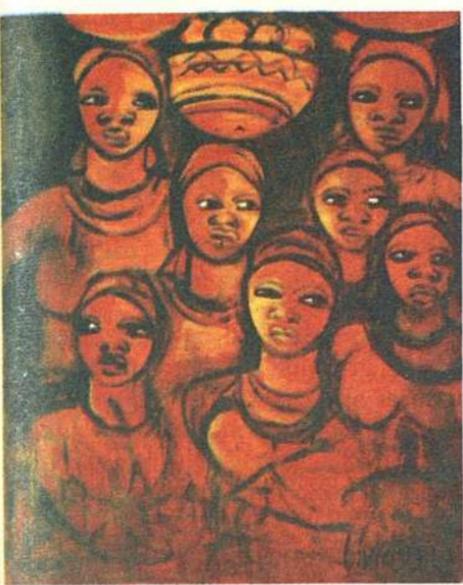
Director: António Carreiro Ano XXVI Abril 2000 Nº 296 Preço 140\$00

- **Conselho Nacional**
Núcleo do Maputo presente no IV Congresso Nacional da ADFA **página 16**
- **Reportagem**
Seis anos preso e ainda lhe chamam "morto-vivo" **página 10**
- **Legislação**
Acesso a documentos, Juntas, DL 134/97 e outros direitos nas **páginas 12 e 13**
- **Delegações**
Veja as novidades da ADFA por todo o País nas **páginas 4, 5 e 6**



PORTE PAGO

Projecto "Mãos à Obra"
Leilão na Sede



página 2

Inscrições urgentes
26.º Aniversário em Lagos

página 7

DCFA em foco
Provedor atento aos milícias

página 13

Acidentes na Função Pública
ADFA não quer este diploma

página 16

Liberdade e Democracia constroem-se

25 de Abril vivido



em IV Congresso da ADFA
e em Congresso Internacional
da Guerra Colonial

páginas 7, 8 e 9 e suplemento

ASSEMBLEIA GERAL ELEITORAL ORDINÁRIA – CONVOCATÓRIA

A Mesa da Assembleia Geral Nacional, ao abrigo da alínea a) do artigo 25º dos Estatutos, convoca todos os associados para a Assembleia Geral Nacional Ordinária, a realizar pelas 14h00, do dia 29 de Abril de 2000, na cidade de Viseu, no Instituto Português da Juventude, junto ao Portal do Parque Desportivo do Fontelo, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Ponto 1 – Ratificação da nomeação dos associados Simão Peguinho Roças, associado n.º 1833 e José Nuno da Câmara Santa Clara Gomes, associado n.º 14170, para os cargos de 1º e 2º Secretários, da Direcção Nacional, respectivamente, e do desempenho de funções do tesoureiro pelo 2.º vice-presidente da DN. (Ponto 1 do artigo 19º);
- Ponto 2 – Analisar e votar o parecer do CN sobre a execução do orçamento de 1999 da ADFA (alínea c) do artigo 34º);
- Ponto 3 – Discussão e votação do Relatório de Actividades do CN, o Relatório e Contas da DN e analisar o parecer do CFN (alínea b) do artigo 34º);
- Ponto 4 – Proposta de actualização de quotas para 2001 (alínea e) do artigo 34º);
- Ponto 5 – Ponto da situação sobre Reivindicações Legislativas;
- Ponto 6 – Informações da DN.

O Presidente da MAGN
Jorge Manuel Garrido Pardal Maurício

Leilão de quadros na Sede Nacional

FOTO: RAFAEL VICENTE



No âmbito do calendário do projecto de pintura "Mãos à Obra", iniciado em três de Julho de 1999, foi realizado o leilão das obras executadas e oferecidas pelos artistas participantes, no dia 25 de Março, na presença de representantes dos Órgãos Sociais Nacionais da ADFA, do representante do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, e da representante da presidente da Cruz Vermelha Portuguesa, directora do Lar Militar.

Das 73 obras que foram a leilão, 38 foram licitadas, rendendo cerca de 260 contos, uma verba que, segundo os elementos da organização, "ficou aquém dos desejos da Associação". Mesmo assim, a ADFA vai manter o projectado, com a abertura do concurso para a bolsa de estudo no dia dez de Abril, bem como a data de 27 de Maio para a selecção de candidatas. O projecto culmina com a atribuição da bolsa, no dia 24 de Julho.

Com uma plateia de que fizeram parte alguns dos artistas que contribuíram para o sucesso desta iniciativa, as obras tiveram uma base de licitação que oscilou entre os 1.000 e os 5.000 escudos.

Simão Roças, da Direcção Nacional da ADFA, salientou o gesto dos artistas, que ofereceram as suas obras à Associação e que "têm acompanhado com muito gosto todas as etapas do projecto."

O pregoeiro desta sessão foi Trindade

Fernandes que, através de amigos e colegas de leiloeiras da nossa praça, tomou conhecimento e resolveu aderir ao evento. Com 61 anos de idade, já participou em inúmeros leilões, sendo profissional desta área há já 35 anos. Há quase 20 anos que apregoa lotes de artigos e obras de arte diversas. "Sinto-me mais à vontade em leilões de antiguidades, mas este é por uma causa nobre, pelo que não podia faltar", referiu.

Trindade Fernandes referiu ainda que já conhecia a ADFA dos tempos em que estava sediada no Palácio da Independência. Conduzindo com mestria e humor todo o processo que envolveu o leilão, o pregoeiro soube aliciar a assistência para as obras em exposição.

O trabalho que atingiu maior valor de licitação foi o quadro pintado por Lívio Moraes, sendo arrematado por 40 contos. •

R.V.

Breves

Luis Noronha



O associado e conselheiro nacional Luís Noronha sofreu um acidente no passado dia 4, enquanto dava o seu passeio matinal de bicicleta.

Depois de ultrapassar um período inicial em estado considerado grave, foi submetido a uma intervenção cirúrgica ao braço esquerdo.

No passado dia 24 de Março, Luís Noronha teve alta do hospital e encontra-se agora em casa, em convalescença.

A equipa do ELO tem acompanhado atentamente as suas melhoras e deixa votos de rápida recuperação •

R.V.

Subsídio Gulbenkian

A Fundação Calouste Gulbenkian, a exemplo dos anos anteriores, atribui à ADFA um subsídio destinado a satisfazer os pedidos que lhe são dirigidos pelos associados, relativamente à procura de cadeiras de rodas, triciclos motorizados e à participação na aquisição de viatura própria, por parte dos associados portadores de grandes deficiências motoras, sensoriais e psíquicas iguais ou superiores a 60 por cento.

No caso de aquisição de cadeiras de rodas e triciclos motorizados, o respectivo subsídio só será atribuído desde que se verifique a não participação deste material por parte das entidades militares ou do Serviço Nacional de Saúde.

Os subsídios para a participação da compra de viatura própria são regulamentados por normas aprovadas pela Direcção Nacional, as quais, bem como os boletins de inscrição, se encontram à disposição dos associados em todas as delegações e Sede.

A definição de prioridades é ditada pela conjugação de vários factores, entre os quais se destacam o maior grau de incapacidade e os proventos auferidos, de acordo com a legislação que os abrange.

Assim, dada a exiguidade das verbas disponíveis para este tipo de apoios, apenas são, geralmente, contemplados os nossos associados portadores de deficiências motoras sensoriais e psíquicas de grau de incapacidade muito elevado.

Para o concurso de 2000, os associados interessados devem preencher o questionário respectivo, que se encontra ao seu dispor na Sede ou delegações, até 15 de Maio. •

R.V.

Peritos da FMAC

Em carta à ADFA, o secretário-geral da Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra (FMAC) informou sobre a criação de um painel de peritos daquela organização, com o intuito de melhor responder às solicitações dos diversos países membros.

A FMAC tem sido solicitada sobre as mais variadas áreas e definiu aquelas em que os candidatos ao painel de peritos podem participar.

A Federação solicitou à ADFA a divulgação desta iniciativa pelos seus associados, uma vez que podem aderir os associados que pretendem dedicar algum do seu tempo à avaliação de problemas e situações que possam apresentar-se no âmbito dos programas dos países membros da FMAC.

As despesas de deslocação e estadia, bem como remunerações, estarão a cargo dos organismos aos quais foram prestados serviços.

As candidaturas devem ser acompanhadas de um curriculum vitae detalhado, realçando a especialidade de actuação, os serviços prestados e as zonas de intervenção.

As especialidades destacadas pela FMAC incluem temas como "Polícia e Segurança", "Direitos do Homem", "Suporte aos governos em processo de democratização", "Desminagem", "Sensibilização sobre as minas", "Crianças Soldados", "Legislação e Direito Internacional", "Desmobilização e Reinserção de Antigos Combatentes", "Reabilitação de pessoas deficientes", "Consequências psicológicas da guerra", "Prevenção de conflitos", "Restaura-

ção do diálogo", "Desarmamento e armas de pequeno calibre" e "Comunicações e logística".

As candidaturas devem ser enviadas a Christian Provoost - Director dos Programas da FMAC - 65, route de Menthon - 74290 Veyrier du Lac - France. •

R.V.

Boa Tarde

O associado José Martins Maia, de Santo Varão, Coimbra, foi um dos convidados de Helena Ramos, no programa "Boa Tarde", de 22 de Março.

José Maia referiu-se ao episódio em que, na Guiné, durante a Guerra Colonial, se deficienteu.

"Temos que lutar para que não se aproveitem de nós", lembrou o associado, quando falou sobre a posição dos deficientes militares em sociedade.

José Maia esteve em coma um mês depois de ter sido ferido com um tiro na cabeça, numa emboscada. "Nos hospitais há grande tendência para psiquiatrizar as coisas", salientou, lembrando ainda que "hoje, os tiros os mortos, os ferimentos, voltaram com grande força, em noites muito longas." O "stress de guerra" foi também tema de conversa, bem como foi feita referência à situação actual dos deficientes militares, perante a pergunta sobre o apoio estatal aos deficientes militares feita por Diogo Infante, outro convidado para o programa. "Estamos ligeiramente melhor, apesar de haver mais demagogia e hipocrisia por parte dos políticos", respondeu o associado, que também falou do seu processo de reabilitação, considerado pelo médico convidado para o programa como "um ótimo exemplo de como a força de vontade é decisiva na reabilitação."

"Era bom que, sem televisões e rádios atrás, os políticos se preocupassem em ver como vivem os deficientes, as famílias que ficaram sem os maridos, namorados e filhos", desafiou José Maia.

A intervenção deste associado foi muito apreciada pelos que assistiram ao programa, destacando-se a serenidade das declarações de José Maia, que "muito bem soube representar os deficientes militares nesta entrevista." •

R.V.

Reunião da Delegação de Famalicão

Na 1ª 5ª Feira de Abril, dia 6, pelas 21h00, decorre a reunião da direcção da Delegação de Famalicão. Os associados interessados em parti-par devem comunicá-lo antecipadamente à secretaria da Delegação.

Funcionamento do Núcleo de Braga

No 1º e 3º Sábados de Abril, dias 1 e 15, o Núcleo de Braga encontra-se em funcionamento, no infantiário da Igreja Paroquial de São Lázaro em Braga (frente ao Hospital de S. Marcos), das 9h30 às 12h00. No 1º Sábado do mês, a funcionária da Delegação de Famalicão desloca-se ao Núcleo.

Funcionamento do Núcleo de Guimarães

Todos os Sábados de Abril, das 9h00 às 12h00.

Faro em festa

No dia 8 de Abril, Sábado, a Delegação de Faro comemora mais um aniversário, com um almoço-convívio na COOPOFA, Cooperativa de Consumo Popular de Faro, C.R.L. O preço é de 3.000 escudos por pessoa.

II Prova de Pesca

Realiza-se no dia 8 de Abril, Sábado, na Figueira da Foz, a II Prova de Pesca a contar para o campeonato da ADFA. Os participantes inscritos da área de Lisboa, deverão contactar, o mais breve possível, o DACDLA, na sede, a fim de se planificar esta acção, em relação à viagem, dormidas e refeições.

A III prova que estava agendada para Lisboa, a 29 de Abril, foi anulada por motivos de ordem associativa (Assembleia Geral Nacional Ordinária), passando assim o 1º Campeonato Inter-delegações da ADFA, apenas a englobar três provas, sendo a prova final disputada no dia três de Junho, em Peniche.

IV Congresso da ADFA

De 14 a 16 de Abril vai realizar-se o IV Congresso Nacional da ADFA, em Lisboa. Este acontecimento reputado da maior importância para a vida associativa vai contar com a participação dos associados delegados eleitos e dos delegados por inerência.

Guerra Colonial

De 13 a 15 de Abril vai ter lugar em Lisboa o Congresso Internacional "Guerra Colonial: Realidade e Ficção" que está a ser organizado pelo escritor e professor universitário Rui de Azevedo Teixeira.

Colóquio na Mealhada

No dia 27 de Abril, Quinta-feira, realiza-se um colóquio sobre a Guerra Colonial, na Escola Secundária da Mealhada, que vai contar com a presença dos representantes da ADFA.

Assembleia Geral

No dia 29 de Abril, Sábado, pelas 14h00, a ADFA vai realizar a Assembleia Geral Nacional Ordinária, em Viseu.

O ELO corrige

Por lapso, não foi referido o apoio prestado pelos Bombeiros Voluntários da Ajuda ao torneio desportivo da ADFA, na notícia publicada na última edição. A colaboração destes nossos amigos é valiosa e já tem sido uma constante nas actividades organizadas pela Associação.

Pelo sucedido apresentamos as nossas desculpas. •

ELO

PROPRIEDADE Associação dos Deficientes das Forças Armadas • Email: adfa@mail.telepac.pt • Internet: http://www.adfa-portugal.com • ADMINISTRAÇÃO E REDACÇÃO Av. Padre Cruz - Edifício ADFA 1600-560 LISBOA • Telefone: 21 751 2600 / 21 751 2601 / 21 751 2602 • Fax: 21 751 2610 DIRECTOR António Carreiro REDACÇÃO Rafael Vicente (editor), Anabela Vieira (norte), Farinho Lopes (fotografia), Maria José (secretariado) COLABORADORES Abel Fortuna, Alexandra Daniel, António Calvino, Armando Guedes da Fonte, Carlos Pinto Coelho, Carlos Mendes, Carlos Vale Ferraz, Cláudia Silveira, Daniel Gouveia, Guilherme de Melo, Helena Afonso, Hugo Guerra, Humberto Sertório, Jaime Ferrer, Jerónimo de Sousa, João Gonçalves, Jorge Maurício, José Diniz, José Maia, José Monteiro, José Valente dos Santos, Lia Katali, Luís Baltazar, Luísa Nero, Mário Inácio, Mário Tomé, Nuno Santa Clara, Patuleia Mendes, Rogério Rodrigues e Sá Flores. CONCEPÇÃO GRÁFICA Maquetagem João Conceição PRE-IMPRESSÃO Gralbarra, Artes Gráficas, Lda. Quinta da Piedade, Lt. 93-A 7°C - 2625 Póvoa Santa Iria - Tel./Fax: 21 956 6263 MONTAGEM Tipografia Escola da ADFA Rua da Artilharia Um - 1070 Lisboa (Anexo do Hospital Militar Principal) Tel. 21 385 3593 IMPRESSÃO Imprejournal Sociedade de Impressão, SA Av. Infante D. Henrique, 334 - 1990 Lisboa - Tel. 21 851 2188 GRAVAÇÃO DO ELO SONORO Centro de Produção de Material da Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo Depósito Legal: 99595/96 - Mensário distribuído gratuitamente aos associados em situação legal. ASSINATURA ANUAL 1 400\$00. Os textos assinados não reproduzem necessariamente, as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores.

Tiragem deste número 9 500 exemplares

Episódios



Elos de Amizade

José Diniz

A coluna de reabastecimento seguia em bom ritmo, pois a zona até ao batelão que a levaria para o outro lado do Zambeze não era perigosa em emboscadas ou minas. As poucas viaturas de que a companhia dispunha iam carregadas até mais não poder e alguns dos soldados iam acomodados no meio da carga.

Passadas umas horas de marcha (sim horas e não quilómetros, porque naquelas lonjuras a relação tempo/distância foge a todos os parâmetros lógicos), numa curva da picada a carga desequilibra a berliet que se despista e capota espalhando materiais e homens.

Os socorros possíveis são rápidos. Três dos ocupantes apresentam ferimentos vários, mas alguém alerta que faltam dois soldados. O comandante da coluna manda amarrar dois unimog à carroçaria da berliet para a trazer à posição normal, pois ficara deitada de lado após duas cambalhotas. O nervosismo e a expectativa pela sorte daqueles dois homens é grande. É necessário agir depressa. Consegue-se finalmente voltar a viatura e entre sacos de feijão e de batatas e caixas de cerveja e de rações de combate lá estavam os dois corpos inertes, já sem vida.

O soldado maqueiro, que já havia prestado os primeiros socorros aos feridos, cuida agora dos corpos dos mortos por forma a dar-lhe a melhor compostura possível. Nos bolsos de um deles que ficou desfigurado procura algum elemento de identificação até que retira do dolman do camuflado um papel de jornal. Fica perturbado ao ver do que se trata e, religiosamente, repõe o papel no bolso de onde saíra, compõe melhor o corpo ainda quente e afasta-se lavado em lágrimas.

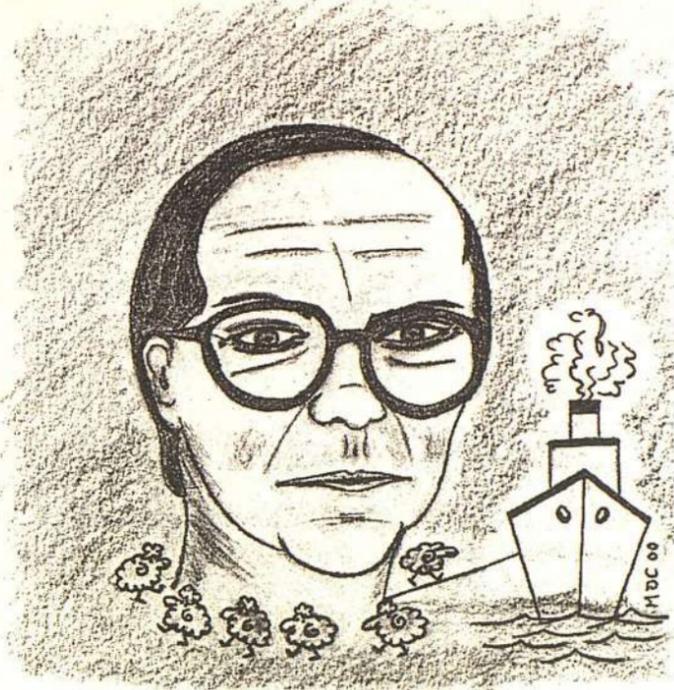
Tinha acabado de perder um dos seus melhores amigos. E o choque dessa amarga verdade havia sido dado por aquele papel que era o jornal do Concelho de que ambos eram naturais e que o amigo assinava.

Apesar de nados e criados em terras próximas (nos anos 60 as vias que ligavam muitas das nossas aldeias pouco mais eram do que caminhos de cabras), só se conheceram quando foram mobilizados e a afinidade da naturalidade foi o cimento de uma grande amizade naqueles meses que já levavam de comissão.

Aquele jornal era esperado ansiosamente pelos dois e era lido, relido e comentado vezes sem conta, descobrindo em cada leitura novos pormenores e referências a pessoas e sítios que confluíam nas vivências da infância e juventude de um e outro. O exemplar que o amigo levava no bolso e que havia recebido no dia anterior pelo SPM já tinha sido motivo de alegre cavaqueira enquanto esperavam o regresso ao mato.



Grande Plano



Moçambique, no pedaço que lá deixei...



Jaime Ferreri

Herói é o que partilha a vida com os demais,
que respeita o governo na dívida perdoada,
que sente orgulho nos concidadãos solidários.

Lembro-me, era também Abril o mês em que uma carneirada de soldados se embarcaram no Vera Cruz. Eu ia lá, um galão dourado em cada ombro, numa responsabilidade exagerada para a idade de criança com que me deixei apanhar. Horas depois, só mar, só água a povoar-me o espírito, numa angústia de lágrimas a que não conseguia resistir no silêncio do camarote. Depois foi a guerra, os ferimentos em combate, o hospital militar. A minha vida compõe-se hoje também das recordações desse tempo, dos negros apanhados no mato e a quem dávamos banho no chuveiro improvisado dum bidão de gasolina, do mistério da selva em noites que o fastio do sono prolongava (Luatize era mesmo ali, um espaço partilhado com os bichos, nos elefantes que bebiam no rio, nos leões que caçavam perto e na algazarra dos macacos quando um felino se tentava por eles, em apetite).

Íamos para África para matar. Inocentes contra inocentes. Quanto a mim, não tive necessidade de refrear o dedo no gatinho ou sopesar a consciência numa ordem de disparo. Nunca se me apresentou inimigo pela frente, cara a cara, que me merecesse "coragem" a sangue frio. As balas da G3 que gastei ou, por minha ordem, o crepitar compassado da Breda do posto quatro eram mais para colocar em respeito os "Frelimos" que se aventuravam às bananeiras e nos flagelavam altas horas da madrugada. Com a chegada do sol era como se a terra os tragasse; só duma vez (tínhamos dez dias de mato) ficaram a tentar impedir-nos de recolher a água.

Nesta idade, uma trintena de anos depois, continuo a pensar como quando estava no hospital militar, agarrado à doce esperança de caminhar de novo, de ser homem que bastasse. Só que me resta ainda, ontem como hoje, um torpor de raiva ao sentir quão inglório foi o meu embarque, quão enganoso o motivo que me pôs a bordo; a fúria das águas que assolaram o sul de Moçambique mostraram ao mundo que herói não é o que mata, o que vence pelas armas ou pelo treino sofisticado. Herói é o que partilha a vida com os demais, que respeita o governo na dívida perdoada, que sente orgulho nos concidadãos solidários.

Desde moço me cansei da guerra e da ignorância que nos fez embarcar. Desde moço guardo de África um sentimento de respeito nos costumes e na moral das gentes "os Ajauas do Niassa" com quem convivi os meus meses do norte (Muembe, Xiconono, Luatize, Vila Cabral) onde a morte se topava por destino. O sentido limitado da propriedade privada, a solidariedade como divisa, a partilha entre necessitados. Nem em quinhentos anos conseguimos limitar-lhes o rigor desta permuta comunitária ou impor-lhes as duras leis que os violentavam. O aço frio duma espingarda nunca lhes arrefeceu o ânimo; jamais Portugal os dominou pela mente ou lhes diminuiu a coragem.

Mas esta crónica não é para um Ajaua. No seu planalto, as chuvas escorrem para o mar e não têm a força do dilúvio que os Media mostraram pelas bacias do Save e do Limpopo. Esta crónica é para o Moçambicano que teve por maternidade a ramagem duma árvore nessa cheia que assolou o país. É para ele, também, na coragem do soldado sul-africano que em dupla tentativa salvou das águas um negrito a quem os deuses pareciam já ter condenado à morte. Há sempre um bom "deus" que discorda do destino que os outros deuses traçam à toa.

Editorial

26 Cravos
Uma
Geração



António Carreiro

Trazia vestido um casaco de malha, mandado fazer, e uns sapatos bonitos, muito caros que lhe haviam custado quatrocentos escudos. Era uma mulher do povo. Não esqueceu dos filhos uma enorme inquietude, porque havia uma revolução e o marido ia a caminho da capital. Já lá vão 26 anos... Mas ainda não esqueceu a euforia do regresso deste, exultante com a mesma revolução que o apanhou desprevenido, envolto em soldados à entrada de Lisboa.

Os mesmos 26 anos que a ADFA trilhou, com o esforço do detector de minas e do picar da picada, sulcando os meandros tortuosos das mentes do obscuro, de cérebros mal irrigados. A Guerra Colonial era ficção!

Tanto tempo para descobrir que afinal é realidade. A par com a ADFA, chegou neste mês do 25 de Abril o Primeiro Congresso Internacional que vai falar da Guerra Colonial. Convenhamos que para uma ficção já são muitos os videntes. Ao mesmo tempo, a Associação põe de pé o seu IV Congresso, onde, mais uma vez, vai tentar dar conta da "descoberta" da Guerra e dos milhares de feridos que ainda necessitam de protecção e a não têm; onde se vai dar conta do sofrimento sofrido, diariamente, por quem gostaria de viver em pleno, mas embrulhou o seu corpo e espírito em pedaços da Bandeira Nacional, já lá vai tempo.

Aquela indumentária de pessoa simples, era fato de gala, em ansiosa espera, para abraçar o filho que vinha de lá...

Ao fim de 26 anos também se "descobriram" os mortos e, finalmente, começou a fazer-se jus à sua memória, já não era sem tempo.

Quinhentos anos depois das Descobertas voltamos à descoberta do que nós fomos e somos, assumindo sem medos nem vergonhas o que queremos ser. Vamos à "descoberta" dos nossos mortos, dos nossos feridos, dos que não têm assistência, dos que não têm reabilitação, dos que não têm pensão, dos que esperam que a Nação deixe de ser madrastra e lhes reconheça que A serviram. Pode ser que os Congressos façam deste 25 de Abril um Abril de horizontes virados para o povo real, que tem vivido na ficção da esperança.

A nossa mulher do povo deu, mesmo assim, às filhas aquele casaco de malha e aqueles bonitos sapatos que trazia no Abril de setenta e quatro e que sentiram o seu coração passar da angústia de uma revolução para um jorro de alegria plena de liberdade. Não mais se vão desfazer deles.

Associados de Coimbra organizam

XXII Concurso de Pesca ADFA

A Secção de Pesca da Delegação de Coimbra organizou, no dia cinco de Março mais uma prova de pesca desportiva de rio, reunindo 80 concorrentes individuais seniores, 12 equipas e dois juvenis.

O XXII Concurso de Pesca disputou-se no Rio Mondego, no Choupal, Choupalinho e Formoselha, em quatro sectores de 20 participantes e num sector especial para os juvenis.

O Concurso foi renhido, tendo o primeiro prémio por equipas ficado para o grupo da Liga dos Amigos dos Hospitais da Universidade de Coimbra (LAHUC), a que se seguiu, com a segunda melhor classificação, a equipa da Casa do Povo de Mangualde (CPM). O Clube Recreativo Calhabé (CRC), de Coimbra,

conquistou o terceiro lugar e a Casa do Povo de Monte Real (CPMR) e o Clube de Pesca Desportiva de Poiães (CPDP) ficaram com os quarto e quinto lugares, respectivamente.

No sector A, Pedro Lourenço (LAHUC), ficou em primeiro, seguindo-se Paulo Figueiredo (CPM) e, em terceiro, José Calado (individual).

Valentino Andrade (CPM) alcançou a primeira posição no sector B e José Salazar (LAHUC) e Jorge Gomes (CRC), ficaram em segundo e em terceiro, respectivamente.

No sector C, José Veríssimo (CPC) foi o vencedor, seguido por Hilário Gaspar (CPMR) e José Dinis (LAHUC).

No último sector, Manuel Luís (ACD Chão Bispo) ficou em primeiro, Paulo Mar-



Momento da entrega dos prémios

ques (CPMR) em segundo e António Martins (ACD Chão Bispo).

Ivo Batista conquistou o primeiro lugar nos juvenis, tendo Hugo Alves ficado na segunda posição.

Os prémios deste concurso foram entregues pelo presidente da MAGN, Jorge Maurício, na presença de elementos dos Órgãos Sociais Nacionais e da Delegação, sendo atribuídas bicicletas de montanha, anzóis e peixes em ouro, canas em prata, anzóis em prata e taças. • R.V.

Delegação de Famalicão

Consultas de Clínica Geral em Famalicão

FOTO: ANABELA VIEIRA



As consultas têm lugar aos Sábados

Já está em funcionamento desde o início de Março, na Delegação de Famalicão, a consulta de Clínica Geral. As consultas têm lugar aos Sábados, de manhã, das 9h30 às 13h00.

Segundo Anquises de Carvalho, Presidente da Direcção da Delegação "este é mais

um serviço que a Delegação presta com grande benefício para os sócios", isto porque, salienta, "se o associado e familiares tiverem direito à ADM a consulta torna-se gratuita, já que o excesso é suportado pela própria Delegação". Mesmo para os associados que não usufruam de ADM, a situação é vantajosa, uma vez que apenas pagam metade do preço da consulta. Para Anquises Carvalho, esta é uma possibilidade de os nossos associados com poucos recursos financeiros poderem consultar um médico a custo zero, ou pouco mais do que isso".

A consulta de clínica geral, é apenas o primeiro passo para a implementação de uma série de projectos que a Delegação pretende levar a cabo na área dos serviços clínicos. Projectos esses que se enquadram numa política nacional da ADFA para a área da saúde.

Recorde-se que tanto em Lisboa como no Porto, já existe um vasto leque de serviços clínicos que passam não só pela clínica geral como por outras especialidades.

Para o dirigente de Famalicão a aposta poderá passar pela implementação de consultas de ortopedia e psiquiatria, já que são aquelas em que há uma maior procura por parte dos associados. No entanto, considera ser "precipitado avançar-mos com estes projectos, tendo em conta os recursos existentes". Actualmente a Delegação apenas conta com um consultório médico, visto que grande parte do espaço de que a Delegação dispõe é ocupado com o Museu da Guerra Colonial. Por outro lado, diz, existe a questão financeira que é difícil de ultrapassar". Apesar disso, o Presidente da Delegação de Famalicão é peremptório ao afirmar que "se ficar definida a questão da rede de despiste e tratamento de stress de guerra e a ADFA participar nesse projecto, a Delegação vai naturalmente investir nessa área". A.V.

Curso sobre A Guerra Colonial Portuguesa

Pela primeira vez em Portugal a Guerra Colonial foi o tema de um curso. A iniciativa foi promovida pela Universidade Popular do Porto, com a coordenação de Jorge Ribeiro, jornalista do Jornal de Notícias. O curso que teve lugar nos passados meses de Janeiro e Fevereiro, terminou com uma visita guiada ao Museu da Guerra Colonial, na Delegação da ADFA em Famalicão. Os alunos puderam observar de perto aquilo que Manuel Lages,

director técnico do museu, designa de "itinerário do combatente" e "Baú de guerra", fotografias e objectos que retratam os vários momentos vividos pelos ex-combatentes, desde o embarque, passando pela religiosidade, a correspondência, a acção psicológica e o dia-a-dia do militar.

O curso, dirigido ao público em geral, foi frequentado, fundamentalmente, por quadros superiores, que durante várias sessões abor-

daram temas como o papel da Igreja na Guerra Colonial, o enquadramento político da Guerra Colonial entre muitos outros.

Cada um dos temas contou com a participação de um palestrante. Abel Fortuna, presidente da Delegação do Porto foi um dos oradores, que falou sobre o tema "Os destroços da Guerra Colonial". "O stress de Guerra", foi outro assunto abordado e teve como palestrante Ana Conde, psicóloga da ADFA. • A.V.

26º Aniversário da Delegação

O 26º Aniversário da Delegação de Famalicão vai realizar-se no próximo dia 4 de Junho, Domingo. Posteriormente a Delegação de Famalicão enviará o respectivo programa ao ELO.

Núcleo de Guimarães

O Núcleo de Guimarães tem novas instalações, situadas na Rua Manuel Peixoto - loja n.º 203 - Cruz de Pedra, em Guimarães (por trás do Continente - Guimarães Shopping).

Assembleia Geral Nacional

A Delegação de Famalicão assegura um

autocarro de 47 lugares da Câmara Municipal de Famalicão para a deslocação dos associados à Assembleia Geral Nacional Ordinária que vai ter lugar no dia 29 de Abril, em Viseu. Os associados interessados em obter lugar no autocarro devem contactar a Delegação ou núcleos.

Consultas de Clínica Geral

O médico de Clínica Geral, Dr. Ricardo Lemos, atende os associados no consultório da Delegação de Famalicão todos os Sábados, das 9h30 às 12h30 horas.

Horário da Delegação

A Delegação de Famalicão funciona de

Segunda a Sexta, das 9h30 às 12h00 e das 14h00 às 19h00 e aos Sábados, das 9h30 às 12h00.

Consultas de Estomatologia

Os associados interessados em marcar consultas de Estomatologia podem desde já contactar os serviços de secretaria da Delegação de Famalicão.

Museu da Guerra Colonial

O Museu da Guerra Colonial encontra-se aberto ao público de Segunda a Sexta, das 9h30 às 12h00 e ao Sábado, das 9h30 às 12h00.

Breves

Coimbra

Coimbra sobre rodas

A campanha de angariação de fundos para o pagamento da carrinha para a Delegação contou com o donativo do associado Manuel Rato Júnior, com 2.500 escudos. •

Novas instalações

A partir do próximo dia três de Abril já se encontram em funcionamento as novas instalações da Delegação de Coimbra, pelo que os associados devem deslocar-se ou enviar o seu correio para a nova morada: Rua 1º de Maio, 68, Fala - 3040-181 Coimbra.

"No processo de mudança para as novas instalações, a Delegação contou com a amabilidade do general Oliveira Freire e do chefe do Estado Maior da BLI que, no dia 27 de Março, disponibilizaram efectivos para fazer o reconhecimento do local, possibilitando ainda que no dia 29 de Março o transporte do equipamento da Delegação fosse feito com o apoio de homens e viaturas militares", referiu o presidente da Direcção da Delegação, Manuel Parracho, reiterando os agradecimentos àquelas entidades militares.

Ofertas para a nova sede

A Delegação abriu uma campanha de angariação de fundos para o suporte das despesas com as novas instalações da sede da Delegação. Durante o mês de Março, depois de ter sido publicada no ELO uma notícia sobre a nova sede, alguns associados contribuíram com os seus donativos: José Fernandes e Manuel Lucas, com 60.000 escudos; Manuel Parracho, com 29.500 escudos; Aristides Antunes, com 20.000 escudos; José Temido, com 15.000 escudos; António Amorim e Luciano Loio, com 10.000 escudos; António Albarrinho e Mário Costa, com 5.000 escudos; Clemente Machado, com 3.000 escudos; Manuel Júnior, com 2.500 escudos; Ernesto Suzana e José Casaleiro, com 2.000 escudos; Alberto Cortesão, com 1.000 escudos; Gil Ramos, com 400 escudos.

Descontos para associados

O Concessionário da Citroën, Barreiros & Vilas, Lda., efectua descontos para os associados da ADFA que pretendam comprar viaturas e peças.

Na aquisição de viaturas, a firma proporciona descontos especiais, com facilidades de pagamento a estudar caso a caso. As peças e a mão-de-obra são alvo de um desconto de dez por cento.

Todos os descontos serão efectuados mediante apresentação do cartão de associado da ADFA, fazendo prova de que as quotas estão em dia.

Este benefício foi negociado através da Delegação de Coimbra. •

Em plena actividade

Centro de Actividades Ocupacionais do Porto

FOTO: ANABELA VIEIRA



O CAO em plena actividade

Já está em funcionamento o Centro de Actividades Ocupacionais (CAO) da Delegação do Porto. Este projecto, pioneiro na ADFa, tem como principais objectivos, segundo Margarida Marques, assistente social e coordenadora do CAO, "a promoção social dos

seus utentes assim como a valorização da sua auto-estima". Na base desta iniciativa, continua, "esteve o facto de constatar que os nossos sócios se encontram numa situação em que passam grande parte do seu tempo desocupados e esta, julgamos ser uma forma de os

mantermos activos, contribuindo assim para o seu bem estar social".

Actualmente o CAO conta com sete utentes que diariamente desenvolvem trabalhos em áreas tão diversas como artes plásticas, que inclui madeiras, cerâmica, pintura e desenho; actividades culturais, jardinagem e educação física. Apesar da experiência ainda ser curta, a opinião entre os utentes é generalizada "esta é uma iniciativa para continuar". No entanto as razões apontadas são as mais diversas. Se para alguns esta é uma forma de ocupar o tempo aprendendo coisas novas, para outros esta é uma forma de combater o isolamento, e até há mesmo quem diga que "é uma maneira de esquecermos os nossos problemas". A camaradagem e o espírito de grupo é outro aspecto salientado por estes associados que deixam mesmo o convite "se estás em casa sem fazer nada, junta-te a nós, vem para o CAO".

Para a equipa técnica que todos os dias trabalha com estes utentes, esta é uma experiência que além de nova é extremamente gratificante já que dizem "é impressionante vermos que esta gente continua disposta a aceitar novos desafios".

A.V.

2.º Encontro de Mulheres

Já está em fase de preparação o 2º Encontro de Mulheres, uma iniciativa da Delegação do Porto que terá lugar no próximo mês de Julho, em dia a definir.

Depois do êxito alcançado no ano passado, este encontro pretende ser ainda mais alargado.

O primeiro encontro contou com a presença de cerca de 70 participantes, entre associadas, esposas e filhas de associados.

Esta é uma iniciativa dirigida a todas as mulheres que directa ou indirectamente estão ligadas à ADFa, pelo que a Delegação do Porto deixa já o apelo à participação de todas as mulheres. As inscrições podem ser efectuadas junto do Gabinete de Serviço Social da Delegação.

A.V.



FOTO: ANABELA VIEIRA

O 1.º Encontro, em Abril de 99

Agenda da Delegação

Abril

Dia 20 - Jantar-convívio dos associados de Póvoa do Varzim e Vila do Conde, no restaurante "Solar de Criad". As inscrições deverão ser feitas até ao dia 17 de Abril através dos seguintes contactos: José Maria - 252612050 ou 965 42 4906, Alberto Ferreira - 252 60 1312 ou 965 13 9585

Dias 24 e 25 - Comemorações do 26º aniversário do 25 de Abril

Dia 24 - Jantar comemorativo do 25 de Abril - inscrições no Serviço de Atendimento

Dia 25 - 9h30 - Hastear de bandeiras - 10h00 - Desporto

Maio

Dia 6 - Sessão de demonstração e informação de ajudas técnicas

Dias 20 e 21 - Passeio a Trás-os-Montes - inscrições até ao dia 15 de Maio

Junho

Dia 3 - Encontro de Cegos e Amblíopes

Dia 23 - Noite de S. João

Convívio de associados de Paredes e Paços de Ferreira (data a confirmar)

Reunião de associados de Gondomar e Valongo, no Auditório Municipal de Gondomar (data a confirmar)

Festival de pequenos talentos

A Junta de Freguesia de Ramalde, freguesia onde está inserida a Delegação da ADFa no Porto, está já a preparar o IV Festival de Pequenos Talentos. Esta é uma iniciativa que se destina, fundamentalmente, a estimular a actividade artística das crianças da freguesia. A participação é aberta a todas as crianças, resi-

dentes em Ramalde ou que frequentem estabelecimentos de ensino, instituições ou colectividades da freguesia, com idades compreendidas entre os seis e os 12 anos.

As inscrições devem ser efectuadas até ao próximo dia 30 de Junho, na sede da Junta de Freguesia.

26.º Aniversário da ADFa em Lagos

A Delegação do Porto vai promover uma excursão ao Algarve, nos dias 12, 13 e 14 de Maio, para os associados e familiares que pretendam participar nas comemorações do 26º aniversário nacional da ADFa, que este ano se

realiza em Lagos, Algarve, com organização da Delegação de Faro.

Os associados interessados podem fazer a sua inscrição no Serviço de Atendimento da Delegação.

Campanha "2000 no ano 2000"

Paque já as suas quotas e motive os associados que conhece a fazê-lo também.

Colabore

SERVIÇOS DA DELEGAÇÃO

APOIO AOS SÓCIOS

Serviço de Atendimento

Assistentes: Sónia Aguiar e Rogério

Nascimento

Dias úteis: 9H00/ 12H30

e 13H30/17H30

1º Sábado do mês: 10H00/013H00

e 14H00/ 17H30

Consultadoria Jurídica

Responsável: Dra. Manuela Santos

Marcações no Serviço de Atendimento

Aquisição de Viaturas com Isenção de Imposto

Assistente: Elisabeth Couto

SERVIÇOS MÉDICOS E PSICOSSOCIAIS

Clínica Geral: Dr. Aníbal Montalvão

3º Feiras das 15H00 às 19H00

Marcações no Serviço de Atendimento

Psicologia: Dra. Ana Conde

Marcações com a própria

Psiquiatria: Dr. Joaquim Neves de Sá

Marcações: Elisabeth Couto

Gabinete de Serviço Social

Responsável: Dra. Margarida Marques

Delegação

4ª Feira - 14H00/ 17H30

5ª Feira - 9H00/ 12H30

Hospital Militar

4ª Feira - acompanhamento de consultas específicas (Fisiatria)

5ª Feira: 14h30/ 17h30

CENTRO DE ACTIVIDADES OCUPACIONAIS

Inscrições no Gabinete de Serviço Social

DESPORTO CULTURA E LAZER

BIBLIOTECA

CAMPO DE JOGOS

Responsável: António Carvalho

2ª a Sábado - Marcação Prévia

Domingos de manhã - Reservado a

associados e familiares

GINÁSTICA DE MANUTENÇÃO

Monitor: Professor Miguéis

3ª e 5ª Feira - 17H00 às 19H00

BAR

Dias úteis - 8H00/ 19H00

Sábados - 9H00/ 19H00

RESTAURANTE (Almoços)

Dias úteis - 12H30/ 14H30

1º Sábado do mês - 12H30/ 14H30

Marcação Prévia

CONTACTOS:

Telefones: 22 832 0403

22 832 0744

Fax: 22 832 5242



Opinião

Associativismo

O IV Congresso está aí e com ele novas etapas, novos desafios se nos colocam, por isso, é imprescindível mais do que nunca estarmos todos unidos e coesos, na defesa e actualização dos nossos direitos.

Foi há mais de 25 anos que a ADFA se constituiu em Associação, e parece que está tudo na mesma, tudo por fazer. A prová-lo, temos os trabalhos que foram apresentados ao IV Congresso da ADFA, dos quais foram 26 constituídos em teses, teses essas, com trabalhos riquíssimos que retractam os imensos problemas dos Deficientes Militares com os quais o Congresso irá analisar e decidir que ADFA queremos no presente e no futuro.

Os problemas cada vez se agravam mais, a terceira idade está aí e tudo está por fazer, na

assistência médica cada dia que passa é cada vez mais complicado ter uma assistência médica digna no tratamento e no acompanhamento junto dos Deficientes das Forças Armadas que tem que ser perfeito de forma a que nada falhe e no interior do País é muito difícil sobreviver, pois, não temos Hospitais Militares, a assistência médica é precária e bastante cara para as bolsas dos deficientes militares, as participações financeiras custam a chegar pela falta de verbas que aos poucos vem sendo cada vez mais reduzida levando a que se esteja aos meios anos e oito meses à espera que a ADME participe as consultas ou exames médicos. O mesmo acontece com a elaboração, renovação dos cartões de assistência médica que demoram o mesmo tempo e noutros casos mais de um ano, até que se proceda a sua efectivação ou simples renovação.

Na área da legislação está tudo cada vez mais complicado e penso até, de tal forma baralhado, ficando-se sem saber quem é que tem o poder de decisão final, parecendo haver diversos tribunais dentro do próprio tribunal que julga e decide. Assim, ninguém se entende na aplicação das leis e uma destas leis que já foi julgada inconstitucional por ferir o direito da igualdade como o define a Constituição da República na promoção dos Deficientes das Forças Armadas, todos sem excepção, tem que ser abrangidos pelo DL 134/97. Assim o disseram os Constitucionalistas e Procuradoria Geral da República. Há muitas situações em diversas áreas por definir, o IV Congresso dirá qual o rumo a seguir, mas, sem o associativismo e colaboração de todos os Deficientes e famílias que fazemos e somos a ADFA nada se consegue. •

Breves das Delegações

Viseu Assembleia Geral Extraordinária

A Assembleia Geral Eleitoral Extraordinária realizada a 18 de Março de 2000, para a eleição dos Delegados ao IV Congresso da ADFA, que vai ter lugar nos dias 14, 15 e 16 de Abril, em Lisboa, não foi o que se esperava.

Em Viseu e na Guarda foi pouco participado, não aderindo os associados à militância associativa depositando o seu voto na eleição daqueles que todos dias dão o seu melhor para que a família Deficiente Militar tenha uma vida melhor, digna de quem serviu com amor e abnegação a sua Pátria.

Concordando ou não, abstendo-se, contra ou a favor em Democracia todos devem participar. Porque, só com a participação de todos conseguimos levar tão difícil tarefa avante. •

Actividades Recreativas

A Delegação de Viseu esteve presente, com uma equipa de futebol de cinco, no torneio de Inverno organizado pelo Regimento de Infantaria n.º 14, que decorreu durante quatro meses e meio no pavilhão desta prestigiada Unidade Militar, tendo o seu termino no dia 14 de Março.

Com muitos Invernos em cima, uns com 50, 56 e 59, o comportamento dos atletas foi bom e serviu de rampa para no futuro estes

jovens se guindarem na alta roda desta prestigiada modalidade.

"A todos sem excepção vão as mais cordiais saudações de amizade e agradecimento sincero por terem mais uma vez dignificado o bom nome da ADFA", referiu o presidente da Delegação de Viseu, João Gonçalves. •

Assembleia Geral Nacional Ordinária

Este ano a Assembleia Geral Nacional Ordinária da ADFA, vai realizar-se na cidade de Viseu, no dia 29 de Abril, no auditório do Instituto Português da Juventude, situado ao Portal do Fontelo, Parque de Jogos do Fontelo Clube Académico de Viseu, local de fácil acesso e boa localização. Apela-se a todos os associados em geral e em especial aos da zona da Delegação de Viseu e seu Núcleo da Guarda a sua presença a fim de todos debaterem os assuntos em agenda, participarem no debate de ideias e na ajuda sempre precisa a quem governa os destinos da nossa Associação. •

Carrinha para Viseu

Os donativos que chegaram à Delegação de Viseu para ajudar a pagar a carrinha durante o mês de Fevereiro foram os seguintes: Casimiro Almeida, com 15.000 escudos; Lauriao Silva, António Sousa, com 10.000 escudos; Moisés Costa, José Matias, Nelson Nunes, com 5.000 escudos. •

Bragança 26º Aniversário da Delegação

No dia 21 de Maio, Domingo, a Delegação de Bragança comemora o seu 26º Aniversário, em Mirandela, com um encontro de deficientes e seus familiares e amigos.

No programa das comemorações está incluída a recepção aos participantes, pelas 10h30, no Auditório Municipal de Mirandela, contando-se com a presença do presidente da Câmara Municipal de Mirandela. Neste espaço vai estar patente uma exposição sobre a Guerra Colonial.

Pelas 12h00 vai celebrar-se uma missa por alma dos militares falecidos ao serviço da Pátria, na Igreja de S. João Bosco, em Mirandela. Às 13h00 vai ter lugar a inauguração da Rua dos Deficientes das Forças Armadas, a que se segue a colocação de uma coroa de flores junto às lápides dos mortos ao serviço da Pátria (na Capela de Nossa Senhora do Amparo).

O almoço-convívio vai decorrer no restaurante dos Salesianos, em Mirandela, acompanhado de música ao vivo, com o grande artista João Batista, um concurso de anedotas e a revelação de alguns fadistas.

O encontro vai terminar com uma visita, pelas 16h30, à feira Reginord.

As inscrições para o 26º Aniversário da Delegação podem ser enviadas para a Delegação da ADFA em Bragança - Bairro Fundo Fomento de Habitação Bloco H, n.º 20 - 5300 Bragança. O preço por pessoa é de 2.000 escu-

Associados falecidos

Aos familiares e amigos dos associados falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

Domingos Monteiro Soares

Associado n.º 1809
56 anos
Faleceu no dia
01/02/00



Residia em Aldoar, Porto. Deixa viúva Maria Arminda Vieira da Costa. Serviu em Angola, na Companhia de Cavalaria 1401, do Batalhão de Cavalaria 1851.

Vitor Groba Carrera

Associado n.º 3874
46 anos
Faleceu no dia
01/03/00



Residia em Lisboa. Deixa viúva Armandina da Conceição F. Vilela Carrera. Serviu no RI 7.

dos, pagando os menores, dos 7 aos 12 anos, 1.000 escudos.

As comemorações do 26º Aniversário da Delegação contam com os apoios da Câmara Municipal de Mirandela e da Associação Comercial e Industrial de Mirandela. •

Évora Visita guiada

Numa organização da nossa Delegação de Évora, com o apoio da Câmara Municipal de Évora, vai realizar-se no próximo dia nove de Abril, Domingo, uma visita guiada aos principais monumentos daquela cidade.

A concentração dos associados faz-se na Delegação da ADFA, pelas 10h00. Depois da visita terá lugar um almoço na Delegação.

As inscrições para a visita e almoço podem ser efectuadas na Delegação, até ao dia 7 de Abril, Sexta-feira, podendo também inscrever-se os familiares e amigos dos nossos associados. •

Faro Associados em festa

No dia 8 de Abril, Sábado, a Delegação de Faro comemora mais um aniversário, com um almoço-convívio na COOPOFA, Cooperativa de Consumo Popular de Faro, C.R.L. O preço é de 3.000 escudos por pessoa. •

Novos telefones na Sede

Os números de telefone e fax da Sede Nacional da ADFA foram alterados.

Os novos contactos são os seguintes:

Telefone: 21 751 26 00 / 01 / 02 / 03 / 04 / 05 / 06 / 07 / 08 / 09

Fax: 21 751 26 10 (GOS-Geral) e 21 751 26 69 (Depto. Financeiro)

Qjam

equipamentos e serviços para veículos especiais (soc. unip.), lda
representante exclusivo da



em transformações de viaturas para deficientes

zona industrial dos padrões - 3740 sever do vouga - portugal
telefone: 351-34-59 81 61 * fax: 351-34-59 81 62 * jamacedo@mail.telepac.pt

Comemorações vão decorrer no Algarve

Prosseguindo a estratégia de descentralização dos grandes eventos associativos, a ADFA vai festejar este ano o seu 26º aniversário na atractiva e aprazível região turística do Algarve, reunindo no próximo dia 13 de Maio, Sábado, os associados num convívio nacional.

As comemorações vão decorrer na cidade de Lagos, onde as cerimónias e o almoço comemorativo terão lugar na Messe Militar.

Aquando da escolha desta região para a realização deste evento anual que tão elevada importância assume para os associados, a

Delegação da ADFA em Faro disponibilizou-se de imediato para organizar as actividades, em colaboração com o Departamento de Animação Cultural, Desporto, Lazer e Associativismo (DACDLA).

No programa provisório das comemorações inclui-se a realização, de nove a 12 de Maio, de colóquios sobre a Guerra Colonial em escolas, juntas de freguesia, câmaras municipais, e outros locais.

No dia 13 de Maio, Sábado, pela manhã vão realizar-se provas desportivas de pesca e

ciclismo, seguidas pela celebração de uma missa, pelas 11h00.

A concentração para o almoço vai ter lugar pelas 12h00, na Messe Militar de Lagos, seguindo-se algumas intervenções associativas e das entidades convidadas e o almoço acompanhado com animação cultural, pelas 13h00. O encerramento das actividades vai decorrer pelas 16h00.

O preço do almoço por pessoa é de 3.500 escudos.

A fim de se planificar com as delegações todos os pormenores das comemorações e da

participação dos associados, nomeadamente sobre a quantidade de almoços e eventuais dormidas a reservar, assim como o apuramento dos associados que queiram participar nas provas de ciclismo e pesca, a organização "solicita a todos associados que apresentem as suas inscrições para o almoço e actividades o mais breve possível." As inscrições estão abertas até ao dia 28 de Abril, nas respectivas delegações da área de residência dos associados e para os associados de Lisboa, na sede, no DACDLA. •

R.V.

ADFA comemora 25 de Abril

Volta da Liberdade

Este ano, no dia 25 de Abril, realiza-se mais uma ronda ciclista "Volta da Liberdade", com organização da ADFA de Coimbra. A iniciativa conta com a colaboração da Junta de Freguesia de Souselas, do Centro Social da Marmeleira e ACAPO.

A concentração tem lugar na Marmeleira e a partida faz-se do mesmo local, pelas 15h00. Vai ainda efectuar-se a passagem por Souselas e uma paragem para reabastecimento no Largo do Romal, em Coimbra, onde também vão ser distribuídas lembranças aos

participantes. O percurso de regresso inclui uma nova passagem por Souselas e a volta tem uma chegada à Marmeleira prevista para as 18h00. •

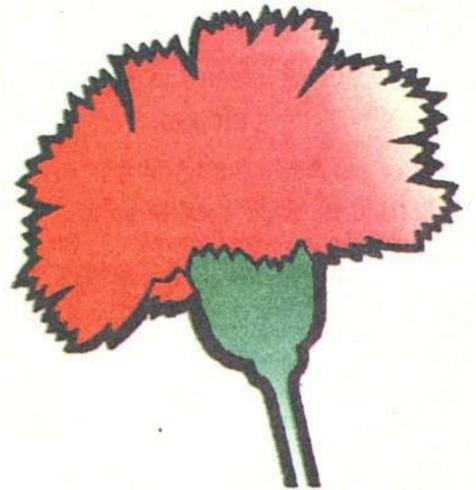
Comemorações nacionais

A Associação 25 de Abril vai uma vez mais encabeçar as comemorações nacionais do aniversário da Revolução de Abril.

No programa das Comemorações incluem-se a "Corrida da Liberdade", a "Festa Jovem",

no dia 16 de Abril, pelas 15h00, no complexo desportivo de Almada, o "Desfile Comemorativo" e o almoço ou jantar dos associados da Associação 25 de Abril.

A ADFA vai também participar nestas comemorações, uma vez que alguns dos seus associados também são sócios da Associação 25 de Abril. Nestas comemorações que também vão ter reflexos na ADFA, recorda-se que a Associação nasceu menos de um mês depois do eclodir da Revolução, tendo pautado a sua história social pelo ideal de Liberdade



em Democracia que a Revolução dos Cravos fez germinar. •

R.V.



Sempre que Jogar está a contribuir para o Bem-estar de Alguém



Rui de Azevedo Teixeira, organizador do 1º Congresso Internacional sobre a Guerra Colonial, em entrevista ao ELO

"O contributo da ADFA é decisivo"

O ELO falou com o autor da primeira tese de doutoramento (já se preparam outras) sobre a temática da Guerra Colonial e apurou os pormenores de um Congresso em que o professor é também pioneiro. "Realidade ou Ficção" é o mote para o debate que vai reunir mais de 90 entidades que vão testemunhar o que foi, de facto, a "sua" Guerra Colonial.



FOTO: FARINHO LOPES

ELO - Como surgiu o projecto do Congresso sobre a Guerra Colonial?

Rui de Azevedo Teixeira (RAT) - A causa imediata para a organização deste Congresso tem a ver com a tese de doutoramento que fiz. Fui o primeiro português a fazer uma tese de doutoramento sobre a temática da Guerra Colonial. Portanto, estou absolutamente legitimado para organizar um evento de carácter cultural e científico sobre a Guerra Colonial.

ELO - E porque escolheu este tema para fazer essa tese?

RAT - Fui um "filho do império", porque acompanhei o meu pai quando fez as comissões em Macau e em Goa. E, como filho de militar, entre outras razões, ofereci-me como voluntário para os comandos. Ao regressar da tropa, fiz o meu curso de Letras e, logo que pude, "arranquei" outra vez para África, como cooperante na Universidade Agostinho Neto e mais tarde em Moçambique, na Universidade Eduardo Mondlane. Tendo também testemunhado as três fases da Guerra Colonial - o antes, o durante e o depois - o tema a escolher seria sempre a Guerra Colonial. Como conheci ambas as partes em conflito e para ter uma visão equilibrada de ambos os lados, fui para a Alemanha, com o intuito de ver as coisas de forma mais distanciada, quer em relação a nós, quer em relação aos africanos. Com esta trajectória de vida, o estranho seria não ter feito o doutoramento sobre isto. E, a partir da tese, o Congresso.

ELO - Em que condições começou a planejar-se o Congresso? Foi iniciativa sua?

RAT - Foi iniciativa minha. Primeiro, criei uma Comissão Organizadora do Congresso, composta pelos professores Hermano Carmo, José Ribeiro e Luís Sá, entretanto falecido (vamos manter a referência ao seu nome, como homenagem da nossa parte). Escolhi também um militar para integrar a comissão, o coronel Ribeiro Soares.

ELO - Sente algum obstáculo à realização do Congresso, durante esta fase de preparação? Constatou algum "tabu" sobre a Guerra Colonial?

RAT - Portugal é a cultura do "mais ou menos", da ambiguidade, e dessa forma me apercebi da existência, digamos, de um "tabu".

ELO - Que tipo de obstáculos é que identifica neste processo?

RAT - Em relação à instituição militar, esperava muito mais apoio. Mas temos tido apoios valiosíssimos no meio militar, embora a nível não oficial: vão participar oficiais que são historiadores e altos heróis militares neste Congresso. Apesar disso, senti um certo mal-estar sobre o debate desta temática. Quanto ao mecenato, da manada de banqueiros - que tanto ganharam com a guerra - nenhum pôs dinheiro no Congresso.

ELO - E quanto à escolha do espaço para a realização do Congresso?

RAT - Nesse campo, mesmo algumas entidades civis mostraram alguma indisponibilidade. Até na cedência de salas esteve patente algum receio. Excepção honrosa foi a Câmara do Seixal, com a qual aliás a Universidade Aberta tem um protocolo.

ELO - Que apoios tem tido a Comissão Organizadora?

RAT - Os apoios são mais pessoais que institucionais. A esmagadora maioria das pessoas que contactei apoia entusiasticamente a realização do Congresso. Quanto às instituições, e para além da Universidade Aberta/Ministério da Educação, temos a ajuda do Instituto Camões, do Instituto da Defesa Nacional, do Diário de Notícias, da C. M. do Porto, da TSF, da Editorial Notícias, do Cineclube do Porto e do Hotel Atlântico (Monte Estoril).

ELO - Os intervenientes são oriundos das mais variadas áreas... É vossa intenção que o Congresso abranja o maior número possível de vertentes sobre a Guerra Colonial?

RAT - A organização deste Congresso baseia-se no princípio da pluridisciplinaridade - a guerra não é só uma coisa de militares e, embora eles sejam os "pontas-de-lança" no terreno, várias áreas do conhecimento vão atentar sobre o fenómeno da guerra. Outro princípio é o da abrangência político-ideológica. Queremos ter conosco pessoas de todos os quadrantes.

ELO - Tem sido fácil gerir as presenças neste Congresso?

RAT - Não tem sido difícil, apesar de algumas personalidades terem levantado algumas questões sobre a sua participação. Há casos ridículos de "com esse menino não brinco" ou de egos hipertrofiados.

ELO - A Guerra Colonial aconteceu e há que falar sobre ela, mas ainda há pessoas que se negam a fazê-lo...

RAT - Há gente que diz que ainda não é tempo para debater este tema. Os americanos, cerca de dois anos depois da Guerra do Vietname, já viam filmes, liam livros e debatiam o conflito. Nós, só após um quarto de século é que começamos a debruçar-nos sobre este tema. Será a nossa "paixão da lentidão"?

ELO - Na sua opinião, já partimos tarde para esse debate?

RAT - Não é demasiado tarde, visto que os protagonistas ainda estão vivos. Não é tarde e muito menos demasiado cedo.

ELO - Falar sobre a Guerra Colonial tornou-se uma moda, com todos os fascículos, livros e filmes produzidos sobre o tema?

RAT - Podemos apontar como exemplo disso, o filme que começará a ser realizado já este mês, de António Pedro de Vasconcelos, intitulado "Os Imortais", que é uma adaptação livre da obra de Carlos Vale Ferraz, "Os lobos não usam coleira".

Este ano estreiam-se pelo menos cinco filmes e telefilmes sobre a Guerra Colonial, e está previsto um primeiro congresso de ex-combatentes de ambos os lados da guerra, uma ideia do então ministro da Defesa, Veiga Simão. Quanto a livros, estamos quase bem servidos, ao contrário do que muita gente diz.

ELO - E a nível académico, qual é o impacto desta temática?

RAT - Estou a orientar cinco teses sobre a literatura de guerra. No campo da História, devem ser dezenas as teses sobre este tema.

ELO - A ADFA também tem estado envolvida na discussão pública da Guerra Colonial. A que níveis vai a Associação participar neste evento?

RAT - A ADFA vai estar representada pelo presidente da Direcção, Humberto Sertório, que apresentará uma comunicação e integrará a Comissão de Honra de que fazem parte o primeiro-ministro, o presidente da Assembleia da República e o ministro da Educação, entre outras entidades. A ADFA também ajuda a nível da visibilidade - esta entrevista é um exemplo.

Rafael Vicente

ELO - Quais são as vossas expectativas quanto à participação da ADFA? Qual pensa ser o contributo dos deficientes de guerra neste encontro?

RAT - É um contributo decisivo. Os deficientes militares foram os que realmente perderam a guerra, por terem sido os mais sacrificados. Convidar a ADFA para integrar a Comissão de Honra é uma forma de homenagear os deficientes militares. O presidente da ADFA vai ser o único que integra a Comissão de Honra sem ocupar um cargo público, numa excepção que dignifica o Congresso. Portugal tem de reconhecer o estatuto da ADFA e dos deficientes militares. Não é nenhum favor, é um dever.

ELO - Que papel vão assumir os deficientes militares, em termos de debate sobre a Guerra Colonial?

RAT - Vão consciencializar os portugueses para a problemática dos que vieram mutilados da guerra, no corpo e no espírito. Vão informar e alertar para a dívida que temos para com todos os deficientes das Forças Armadas. A seiva sagrada da pátria passa pelo sangue vertido por eles.

ELO - Considera que a Guerra Colonial ainda não está encerrada?

RAT - O ciclo da Guerra Colonial ainda está aberto, vivo, nas pessoas que foram directa ou indirectamente atingidas pelo conflito. Só quando todos desaparecerem estará concluído. Hoje a Guerra Colonial é uma ferida viva. O Congresso é uma maneira de, pela primeira vez, fazer a história da Guerra Colonial de forma pública, fundamentada, séria e abrangente.

ELO - Como se constrói este Congresso?

RAT - Com muitos contactos, muitos telefonemas, muitos almoços e jantares - espero chegar vivo ao Congresso; não quero ser a última baixa da Guerra Colonial.

ELO - Falar da Guerra Colonial neste evento é tentar expor os pormenores, explorando muitas vertentes...

RAT - Contamos com um factor surpresa, nomeadamente, nos espaços de debate, onde não se exerce qualquer tipo de "cala o bico", de censura. Pretendemos pôr luz nas áreas de sombra da Guerra Colonial, alargando a "zona de verdade" sobre este tema.

ELO - Após a conclusão do Congresso o trabalho não acaba. Apostam na continuidade?

RAT - Vamos registar as conclusões num livro de actas e num CD-Rom que vão conter os dados biográficos dos intervenientes, bem como as suas comunicações e transcrições dos debates. Este é o primeiro Congresso sobre a Guerra Colonial, para o qual contamos com o contributo de cerca de 90 pessoas, entre elas antigos guerrilheiros e estrangeiros. Esperamos continuar com um segundo, um terceiro Congressos, com outros intervenientes que, certamente, vão ter mais informações para acrescentar ao que aqui se vai expor.

Intervenção da ADFA



Humberto Sertório, presidente da Direcção Nacional da ADFA, vai intervir no 1º Congresso Internacional

"Guerra Colonial - realidade e ficção", com uma comunicação intitulada "A Guerra Colonial Ainda Não Acabou", fixando quatro pontos de enfoque sobre esta temática.

"A realidade da guerra - A crueza dos números" vai ser o primeiro ponto da apresentação do presidente da DN, com uma abordagem sobre os números relativos à população portuguesa, incluindo a originária das ex-colónias, aos combatentes, aos mortos, aos feridos e aos deficientes militares actuais, incluindo os deficientes em campanha, os deficientes em serviço e os excluídos.

Outro dos assuntos abordados na comunicação vai ser "A responsabilidade da Nação", numa breve caracterização do direito à reparação, reabilitação e assistência, antes e depois do 25 de Abril de 1974, passando pelas diversas categorias de deficientes militares, incluindo os do foro psíquico, lembrando os prisioneiros de guerra e abordando a acção da Cruz Vermelha Portuguesa, das famílias e da principal estrutura de apoio e reabilitação no pós 25 de Abril: a Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA).

O presidente da DN vai referir-se ao papel que o Congresso, enquanto debate, vai desempenhar perante a sociedade portuguesa. Humberto Sertório vai fazer uma chamada de atenção para as necessidades de assumir a nossa história sem vergonhas, "para que a juventude compreenda a envolvimento de Portugal na Guerra Colonial e a rejeição da mesma pela generalidade da população, e sobretudo para a desmistificação dos heróis e a assunção de responsabilidades da Nação perante os deficientes militares."

O último ponto que a ADFA leva para o Congresso Internacional sobre a Guerra Colonial prende-se com a definição do quadro de protecção aos deficientes militares.

Neste ponto vai dar-se uma indicação sobre o quadro de protecção que a Nação deve oferecer aos militares que se deficientem, quer aos da guerra colonial, quer aos de outras "guerras".

A ADFA foi ainda convidada para integrar a Comissão de Honra do 1º Congresso Internacional "Guerra Colonial: Realidade e Ficção", sendo representada também a este nível pelo presidente da Direcção Nacional.

R.V.



IV CONGRESSO *Suplemento*

Concluídas as eleições para os delegados ao IV Congresso Nacional, apresentamos as listas dos delegados eleitos e a lista dos delegados por inerência (associados que fazem parte dos Órgãos Sociais Nacionais - MAGN, DN e CN - e dos Órgãos Sociais das delegações), ambas ordenadas alfabeticamente.

Listas dos delegados eleitos ao IV Congresso da ADFA, na Sede e Delegações

Os delegados encontram-se referenciados pelo nome e número de associado, por ordem alfabética

LISBOA SEDE	Manuel Luz Evangelista	2704	DELEGAÇÃO DO PORTO		
Albertino Flores Santana	566		Abel Artur dos Santos Fortuna	580	
Alfredo Pereira Mau	1776		Alberto Lopes Casais	1047	
António Augusto Almeida Santos	5157	DELEGAÇÃO DE COIMBRA	Albino da Fonseca Loureiro	4122	
António Capela Ferreira Gordo	13581	Alípio dos Reis Alves	1470	Alcino Alfredo Vieira Machado	1974
António do Carmo Vicente	9359	António Jorge Silva	4984	Carlos da Silva Correia	2472
António Manuel Garcia Miranda	3097	Carlos Alberto C. Mendes Santos	1673	Daniel Dias da Cunha Folha	12584
Armando Jesus Santos	3973	José Adelino Figueira Guerra	4753	Guilherme Dias Carneiro	4614
Armando M. O. Guedes da Fonte	2943	José Soles Girão	895	Guilherme N. Macedo Vilaverde	3632
Armando Ramos Alves	248	Mário António Ferreira Santos	1107	Henrique Tomás de M. Rodrigues	1624
Armando Vieira Jorge	1796			Jerónimo Dias Moreira de Sousa	8237
Armindo Marques Matias	53	DELEGAÇÃO DE ÉVORA		José Joaquim X. Teixeira Machado	246
Armindo Matos Roque	272	Augusto José Marchante Oliveira	1203	José Martins de Araújo	511
Artur José Caldeira Vilares	8626	João Carlos Figueiredo Nobre	2262	Leonel Joaquim M. Rocha Pereira	7437
Daniel Agostinho da Silva	97	Manuel Joaquim Calhau Branco	1591	Luís Ferreira Pinto Moura	6960
Fernando Jesus de Sousa	210			Manuel Fernando dos Santos Ribeiro	23
Fernando Pinheiro Marques Brito	87	DELEGAÇÃO DE FARO		Manuel Pereira dos Santos Silva	1807
Horácio Anacleto da Luz	8242	José Ant. Pereira dos Santos Morte	8574	Martinho Rocha Nunes	3412
João Fernando Teixeira Carvalho	100	José Nascimento Leal Varela	3183	Venâncio José Ferreira dos Santos	525
José Carlos Pavoeiro	8617	José Nicolau Rufino	384		
José Eduardo Gaspar Arruda	593			DELEGAÇÃO DE SETÚBAL	
José Santos Couto Ramos	234	DELEGAÇÃO DE FAMALICÃO		Estevão José Mira Carvalho	9266
Manuel Joaquim Rodrigues Sousa	5824	Armando Barbosa de Sá	13930	José Maria Rosa	52
Mário Ricardo Maciel Barbosa	871	Augusto Correia da Silva	82	José da Silva Pinto Faria	3371
Orlando Álvaro Correia	209	José António da Mota Vieira	22		
Orlando Helder Serra Passos Silva	11023	Venâncio Joaquim Q. da Silva	179	DELEGAÇÃO DE VISEU	
Silvério Jorge Rodrigues	207			António Fernandes Pais	3520
Titos David Cuna	13653	DELEGAÇÃO DO FUNCHAL		António Pais Ferreira	586
		Ivo Augusto Geraldo Faria Paulino	6	António Rodrigues Cardoso	1180
DELEGAÇÃO DE BRAGANÇA		João José Nobre Pereira	9619	Claudino Joaquim Ferreira	2289
Amândio Acácio Pires	2075	Rui Manuel Catanho Silva	6455	Francisco Ferreira Baptista	6581
António Eugénio Fernandes	8297			Zeferino Espírito Santo Marcela	6910
Manuel Joaquim Morais	1870	DELEGAÇÃO DE PONTA DELGADA			
		Carlos José Furtado	10070		
DELEGAÇÃO DE CASTELO BRANCO		Humberto Dinis Viveiros	13112		
Domingos Fernandes Trindade	7424	Jaime Fernando Leite Domingues	5919		

Listas dos delegados por inerência ao IV Congresso da ADFA

Os delegados encontram-se referenciados pelo nome e número de associado, por ordem alfabética

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL MAGN	José Luís Rodrigues Noronha	1625	FARO		
António dos Santos Carreiro	1334	José Martins Maia	244	Horácio José Fernandes Luz	13841
Jorge Manuel Garrido Pardo Maurício	208	Luís de Almeida Machado	11534		
José Machado Dinis	311	Luís Baltazar Simões Ribeiro	65	FAMALICÃO	
		Manuel Lopes Dias	379	Anquises Crócia de Carvalho	3505
DIRECÇÃO NACIONAL - DN		Manuel Rocha Ferreira	3144		
Aires Dias de Oliveira Abrantes	2370	Silvio Ferreira Marques Lourenço	8132	FUNCHAL	
Augusto António Catarino Salgado	6627			Armando Vieira Costa	8984
Humberto Sertório Fonseca Rodrigues	150	REPRESENTANTES DAS DELEGAÇÕES			
João Manuel Sarmiento Coelho	1868	BRAGANÇA		PONTA DELGADA	
José Nuno Santa Clara Gomes	14170	Domingos António Seca	2778	Carlos Alberto Tavares Sebastião	11518
Simão Peginho Roças	1833				
LISTA AUTÓNOMA DO CONSELHO NACIONAL		CASTELO BRANCO		PORTO	
António Guerreiro Calvinho	5	José Eduardo Garrido Nunes	1806	Gil Luís Garcia	7509
Cândido Manuel Patuleia Mendes	519	COIMBRA		SETÚBAL	
Jaime Ferreri de Gusmão	2420	Joaquim Alberto Padilha de Oliveira	506	Zeferino Abreu Ribeiro	9374
João Matias de Vasconcelos	590	ÉVORA		WISEU	
Joaquim Mano Póvoas	252	Agripino José Ludovico Cascalho	1586	João Manuel Santos Gonçalves	684

Congresso Net

A Comissão Organizadora Nacional do IV Congresso da ADFA vai disponibilizar informações sobre o Congresso na página da ADFA na Internet, que vai ser progressivamente alterada e actualizada.

Nos 8 ou 10 dias que antecedem o Congresso vai estar disponível a primeira informação sobre os objectivos do evento. No dia 14 de Abril vai disponibilizar-se mais informações e no dia 15 de Abril vão estar disponíveis duas rondas de informação - ao meio do dia e no final dos trabalhos do Congresso.

Programa provisório

Hotel Penta - Lisboa
Sala Berlim (piso inferior)

Dia 14

16h00 - Inscrições dos congressistas e recepção da documentação e insígnia de identificação.

18h00 - Sessão solene de abertura, presidida pelo secretário de Estado da Defesa, José Mourato.

19h30 - Jantar.

21h00 - Início das sessões de trabalho, com a eleição do Secretariado do Congresso.

24h00 - Interrupção dos trabalhos.

Dia 15

08h00 - Pequeno almoço para os congressistas alojados no hotel.

09h00 - Reinício dos trabalhos.

13h00 - Intervalo para almoço.

14h30 horas - Reinício dos trabalhos.

19h00 horas - Intervalo para jantar.

21h00 horas - Reinício dos trabalhos.

24h00 horas - Interrupção dos trabalhos.

Dia 16

08h00 - Pequeno almoço para os congressistas alojados no hotel.

09h00 - Reinício dos trabalhos.

13h00 - Encerramento dos trabalhos, seguido de almoço.

16h30 - Sessão solene de encerramento, com a leitura das conclusões do IV Congresso, presidida pelo ministro da Defesa Nacional, Júlio Castro Caldas e com a presença do secretário de Estado da Inserção Social, Rui Cunha. •

Listas dos delegados

Criou alguma estranheza nos associados leitores a não divulgação na edição anterior do ELO de todos os associados que irão integrar as sessões de trabalho do IV Congresso.

A admissão ao Congresso, de harmonia com o artigo 20º do respectivo Regulamento, inclui assentos por inerência, os elementos do Conselho Nacional, da Mesa da Assembleia Geral Nacional e Direcção Nacional, e por eleição, os representantes das delegações.

Naquela edição privilegiámos unicamente, e tentando não confundir os leitores, os associados candidatos a delegados através de processo eleitoral.

Parecendo-nos ter sido essa actuação mais correcta, ela, contudo, criou sem vontade nossa alguma confusão, pela qual pedimos desculpa.

Tal como estava programado, nesta edição, sim, publicamos a lista de todos os congressistas.

A Redacção



IV CONGRESSO *Suplemento*

Sínteses das teses apresentadas

"Reabilitação"

A Comissão de Redacção da fase preparatória do IV Congresso da ADFA, abordando as teses que incidem sobre temas de "Reabilitação" e em colaboração com grande parte dos seus apresentantes, Abel Fortuna, Armindo Roque, Artur Vilares, Capela Gordo, Carmo Vicente, Guedes da Fonte, Jerónimo de Sousa, Jorge Maurício, Lopes Dias, Luís Baltazar, Mário Inácio, Patuleia Mendes, Delegação do Funchal e Núcleos de Alcobaça, Peniche e Aveiras, elaborou, a partir delas, a síntese seguinte:

1. A reabilitação é um processo integrado, multifacetado e contínuo, para o qual concorre o factor familiar e social.

Ao longo do tempo, o deficiente vai sendo confrontado com o agravamento da sua deficiência, com o seu envelhecimento e problemas dele resultantes, com as alterações do envolvimento

social e familiar e, em consequência disso, é remetido a uma posição de extrema fragilidade e carências de várias ordens.

2. A maioria dos associados da ADFA situa-se na faixa etária, compreendida entre os 45 e 60 anos e, portanto, já entrada naquele processo de envelhecimento, tornado prematuro pelo peso da deficiência.

3. É, com este universo de situações, que a ADFA de hoje tem que passar a preocupar-se.

De uma instituição burocrática e eminentemente administrativa, onde os associados apresentam os seus problemas, a ADFA deve reorganizar-se, para poder responder às novas realidades com as quais eles se debatem.

Portanto, impõe-se à ADFA que, de uma posição estática, passe a uma dinâmica de encontro ao associado,

onde quer que ele esteja e sejam, quais forem, os problemas que o afligam.

Para tal, é necessário proceder a levantamentos sistemáticos, a nível nacional, através de metodologias e meios convenientes.

A informação, assim recolhida, deve ser objecto de estudo e tratamento, por estruturas adequadas e descentralizadas, de molde a reflectir-se no plano de actividades e orçamento.

Em conclusão: As grandes linhas de orientação da ADFA, em matéria de reabilitação, devem assentar e exprimir aquela informação de base.

É manifesta preocupação dos associados, segundo as teses apresentadas, o agravamento da deficiência, aliado ao envelhecimento prematuro, perante a total falta de estruturas de apoio que, com capacidade e eficácia, lhe minimizem os problemas dali advenientes.

As teses, em questão, preconizam claramente em relação à problemática da reabilitação, algumas orientações, a saber:

a) Necessária continuidade, e acentuação, do envolvimento do MDN, e da

estrutura de saúde militar, em todo o processo;

b) Necessidade de interagir, com outras instituições públicas e privadas, com vista ao estabelecimento de protocolos de cooperação, no âmbito das prestações de serviços de apoio;

c) Implementação de serviços de apoio à saúde e domiciliário, e de centros de dia, a nível nacional;

d) Incremento de serviços de residência protegida, evitando, a todo o custo o desenraizamento do deficiente e o seu isolamento familiar, designadamente da companhia da esposa;

e) Formação de quadros e voluntários, para prestação de serviços de apoio;

f) Organização de actividades ocupacionais, motivadoras do bem estar e companheirismo;

g) Desenvolvimento de iniciativas, para emprego protegido ou próprio;

h) Desenvolvimento de sistemas de pesquisa e difusão de informação, na área das novas tecnologias de reabilitação, para apoio e conhecimento dos associados. •

"Reivindicações Legislativas"

A Comissão de Redacção das teses a apresentar ao IV Congresso deu-se conta que, em geral, todas as teses apresentadas incluem aspectos relacionados com a acção reivindicativa de medidas legislativas da ADFA.

A tal contributo não poderá o Congresso ficar indiferente, apreciando-o em segundo plano, dado que todas as participações são importantes para definir o quadro estratégico em que a ADFA se deve mover.

Os trabalhos específicos sobre o tema são de elevada qualidade e justificam que esta comissão faça uma proposta síntese que aglutine os esforços de todos os contributos, dando visibilidade às matérias que se afiguram essenciais para que o IV Congresso se pronuncie de uma só vez sobre todas elas.

Assim, formulam-se as seguintes propostas a submeter ao IV Congresso:

1. A ADFA deve ter um caderno reivindicativo de medidas legislativas permanentemente actualizado.

2. A DN submete ao CN, devidamente estudadas, novas propostas de

inclusão de medidas legislativas a reivindicar.

3. A ADFA deve ter sempre elaborado um Estatuto do Deficiente Militar que inclua definições de conceitos, direitos e tramitação processual.

4. As teses sobre legislação apresentadas neste Congresso são tidas como um contributo para a elaboração do caderno reivindicativo e Estatuto do Deficiente Militar, retendo-se já o seguinte:

4.1. A ADFA deve lutar pela especificidade do serviço militar, procurando que a reparação dos deficientes militares seja diferente da dos funcionários públicos, como aliás resulta da lei.

4.2. Assunção inequívoca das responsabilidades do Estado Português perante os então cidadãos de origem africana que serviram as Forças Armadas Portuguesas na Guerra Colonial e que por isso adquiriram incapacidades de carácter permanente.

4.3. Todos os deficientes das Forças Armadas devem ser tratados em igualdade de circunstâncias por forma a eliminar todas as discriminações, nomeadamente nas questões relativas à

aplicação do conceito de campanha, a graduações/promoções, no tratamento de deficientes de origem africana, na progressão nos escalões e dos que foram presentes a Juntas de Saúde antes e depois do DL 43/76, de 20 de Janeiro.

4.4. O conceito de campanha deverá ser interpretado por forma a abranger todos os deficientes militares cujos acidentes ou doenças ocorreram em ambiente de campanha.

4.5. O conceito de risco agravado deve ser interpretado por forma a que todos os acidentes ou doenças provocados por qualquer tipo de armamento ou salto de pára-quadras nele sejam incluídos.

4.6. Extensão dos direitos consignados nos artigos 14º e 15º do DL 43/76, de 20 de Janeiro, a todos os deficientes militares.

4.7. Extensão do prazo de revisão por agravamento estabelecido no artigo 6º, do DL 43/76, de 20 de Janeiro, a todos os deficientes militares.

4.8. Pugar pela adopção de medidas legislativas que superem a actual degradação das pensões dos defi-

cientes em serviço e pensões de sangue.

4.9. Para efeitos da transmissão de pensão estabelecida no artigo 8º do DL 240/98, de 7 de Agosto, deve ser criado um limite mínimo não inferior à pensão social.

4.10. Às mulheres que se dedicam exclusivamente aos maridos grandes deficientes militares, em substituição dos serviços que deviam ser prestados pelo estado, deve ser reconhecido um conjunto de direitos compensatórios, nomeadamente em relação à situação profissional e ao quantitativo de pensão de viúva.

4.11. Dada a natureza indemnizatória das pensões dos deficientes militares, o tempo de serviço prestado ao Estado antes da atribuição daquela indemnização deve poder relevar para efeitos de pensões de reforma ou de aposentação.

4.12. Os deficientes em serviço devem ter abono suplementar de invalidez, a partir dos 30 por cento.

4.13. Os GDSN devem sê-lo a partir de 60 por cento.

4.14. Os princípios processuais a seguir são os constantes do documento da FMAC (6ª Conf. de Legislação) e as respectivas tramitações devem ser uniformizadas. •

Relatório de Actividades e Contas da ADFA - 1999

O relatório de actividades e contas, publicados nesta edição do ELO, serão submetidos à aprovação da Assembleia Geral Nacional, a realizar em Viseu, no próximo dia 29, conforme convocatória inserta na primeira página.

Não são publicados o balanço e demonstração de resultados consolidados em virtude da Delegação Castelo Branco não ter entregue atempadamente os documentos contabilísticos para o encerramento. As restantes delegações realizaram as respectivas assembleias gerais de Delegação, nas quais aprovaram os seus relatórios de actividades e contas.

Porém, todos os documentos relativos às actividades de contas estão disponíveis na sede e Delegações de acordo com o estatutariamente definido.

INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Actividades procura apresentar dum modo sucinto o trabalho realizado pela ADFA no seu conjunto, nos diversos domínios de intervenção na sociedade e no país concreto onde a nossa Associação se encontra inserida.

Todas as acções realizadas estão conformes, segundo pensamos, aos planos de acção oportunamente apresentados aos associados e de acordo com os objectivos estatutariamente definidos.

Com esta última afirmação não pretendemos dizer que todos os objectivos que nos propúnhamos alcançar, foram efectivamente concretizados.

O ano de 1999 foi caracterizado, a nosso ver, por alguma instabilidade a nível dos Órgãos Sociais Nacionais, especialmente na própria Direcção Nacional.

De facto a demissão de dois membros da DN e a sua posterior substituição, afectou o rendimento da equipa negativamente e conduziu a uma certa perturbação e travagem na condução de alguns importantes assuntos.

No entanto, no final do ano a equipa da Direcção já se encontrava reconstituída e a laborar com a possível normalidade.

Como comentário final poderemos dizer que este processo, no seu conjunto, constituiu uma fase normal da vida de uma instituição como a ADFA, em que os respectivos dirigentes são voluntários eleitos democraticamente pelos associados.

De qualquer modo o 25º Aniversário da Associação foi comemorado, tendo-se realizado um conjunto de actividades que demonstraram inequivocamente a vitalidade e a implementação a nível nacional da ADFA.

Os pontos altos destas Comemorações foram sem dúvida a Sessão Solene realizada no dia 13 de Maio na Sede Nacional, pela importância das declarações proferidas pelos responsáveis políticos do Governo na altura, o Acto de Homenagem Pública aos Ex-Combatentes falecidos e o almoço-convívio que reuniram mais de 2500 associados e seus familiares.

No domínio da reivindicação legislativa o trabalho prosseguiu tendo sido possível influenciar directa ou indirectamente o texto de alguns diplomas publicados que são muito importantes para os nossos associados, como é o caso da situação dos que adquiriram grandes deficiências durante a prestação do serviço militar obrigatório.

O relacionamento com a Instituição Militar prosseguiu com normalidade.

O esforço para lançarmos as bases de infra-estruturas capazes de suportar de forma condigna, as nossas necessidades na velhice prossegue e já começa a dar os seus primeiros passos.

Acima de tudo não temos dúvidas em afirmar que a ADFA é uma Associação ouvida e respeitada em toda a Sociedade Portuguesa. As nossas intervenções públicas são seguidas com atenção e os nossos contributos para as questões de deficiência são, regra geral, aceites pelas Entidades Governamentais e pelo conjunto das associações de e para Pessoas com Deficiência.

A Direcção Nacional agradece a todos os associados voluntários e trabalhadores da ADFA a dedicação e esforço que, uma vez mais, demonstraram ao empenharem-se com dedicação na execução das tarefas e acções realizadas.

ACTIVIDADES INTERNAS

1 - Participação Associativa

Durante todo o ano de 1999 prosseguiram as habituais reuniões mensais com os associados na Sede, embora com algumas interrupções pontuais por afazeres diversos da Direcção Nacional.

As actividades desportivas e culturais foram objecto de um Planeamento a nível nacional e desenvolveram-se um pouco por todo o espaço nacional. Efectuaram-se as reuniões estatutariamente

definidas do Conselho Nacional no dia 6 de Março e a respectiva Assembleia Geral Nacional Ordinária no dia 27 do mesmo mês, que tiveram entre outros os objectivos de análise e votação do relatório de Actividades e Contas referentes a 1998.

A preparação das actividades do 25º Aniversário foi iniciada no começo do ano de 1999. A sua realização requereu um esforço acrescido aos serviços da Sede e aos próprios Órgãos Sociais Nacionais.

Do respectivo programa fizeram parte colóquios, exposições, lançamentos de livros e brochuras.

Destaca-se a brochura intitulada "25 Anos da ADFA" que servirá a médio prazo como elemento informativo básico sobre a nossa Associação.

O conjunto de eventos respeitantes ao 25º Aniversário foram iniciados no dia 7 de Maio e prolongou-se até 23 de Novembro de 1999.

Na Sessão Solene que teve lugar na Sede Nacional no dia 14 de Maio, estiveram presentes vários membros do Governo, com destaque para o Ministro da Defesa Nacional e a Ministra da Saúde.

No dia seguinte, 15 de Maio, realizou-se a grande concentração de associados e famílias, que assistiram ao final das provas desportivas, à cerimónia de homenagem aos militares falecidos e ao almoço de confraternização na FIL, seguido de um espectáculo de Variedades.

Pela 1ª vez na vida da Associação foi efectuado, no dia 20 de Março, no Porto, uma reflexão, a nível nacional, sobre o papel da Mulher do deficiente militar.

Estiveram presentes e participaram neste encontro mais de 70 viúvas e esposas de deficientes militares, tendo sido efectuada uma 1ª abordagem à situação e problemas que afectam estas senhoras.

Por decisão da Comissão Nacional das Comemorações do 25º Aniversário da Revolução de Abril, as actividades e eventos promovidos pela nossa Associação foram incluídos no Programa Nacional destas Comemorações.

Durante todo o ano realizaram-se vários encontros e confraternizações de associados cegos e suas famílias na Sede, em que foram discutidas matérias e problemas específicos deste tipo de deficiência.

Merece especial destaque a jornada "Mãos à Obra", realizada na Sede no dia 3 de Julho.

Durante todo o dia artistas convidados e pessoas com deficiência pintaram lado a lado, dando expressão às suas capacidades criativas e estéticas. Este evento teve o apoio de várias empresas privadas, de Associações de e para Pessoas com Deficiência, do SNR e do Exército, tendo sido publicitadas e objecto de várias notícias na Comunicação Social.

A Direcção Nacional reuniu com os executivos de todas as Delegações, no dia 23 de Julho, no Porto.

Esta reunião não estatutária foi de grande utilidade, visto permitir discutir e normalizar diversos assuntos relativos aos serviços que são prestados aos associados e permitir a troca de pontos de vista sobre novos rumos no tocante às necessidades que o envelhecimento acarreta nos nossos associados.

No dia 18 de setembro na Sede, teve lugar um novo encontro com os executivos das Delegações sendo desta vez analisada a situação das reivindicações legislativas e estabelecido um programa de prioridades nesta matéria.

No dia 9 de Outubro na Sede realizou-se uma reunião extraordinária do Conselho Nacional para avaliação da estratégia reivindicativa, apreciação da gestão da casa durante o 1º Semestre e decidir sobre a realização do IV Congresso, entre outros assuntos.

A preparação do IV Congresso foi uma iniciativa da Direcção Nacional, como aliás estava previsto no respectivo Plano de Acção. A Comissão Nacional tem desenvolvido um notável trabalho de dinamização dos associados, havendo já em funcionamento comissões a nível de Delegação espalhados por todo o país.

Pensamos que chegou o momento de os associados se pronunciarem sobre os destinos da Associação visto haver perspectivas diferentes sobre modelos de desenvolvimento a seguir futuramente nos mais variados domínios.

Decorridos dez anos após o último Congresso, julgamos que chegou a altura oportuna para de novo repensar a Associação.

Em todas as Delegações houve convívios associativos ao longo do ano e como não poderia deixar de ser, durante o mês de Dezembro tiveram lugar os habituais almoços de Natal para associados e famílias.

2 - Serviços da Sede

Durante o ano de 1999 foram tomadas medidas tendentes a agrupar num só Departamento todos os serviços que estão ligados à área da Reabilitação.

Pensamos que sendo a temática da Reabilitação multifacetada, é importante estabelecer uma coordenação global dos vários sectores que têm afinal um único objectivo comum.

Foi assim criado o Departamento de Reabilitação e Apoio Social onde foram englobados o Serviço Social, os Serviços Clínicos, a Formação Profissional, Lazer e Tempos Livres, Ajudas Técnicas e Vida Autónoma.

Foi nomeado como coordenador deste Departamento o associado Silvério Jorge Rodrigues.

O departamento de Apoio aos Sócios (DAS) foi reorganizado no sentido de permitir um atendimento mais personalizado e eficaz, com ligação directa aos serviços dos advogados.

Para além da resposta adequada em matérias administrativas pretende-se que o desencadear dos processos dos novos candidatos a associados, seja efectuado da forma mais rigorosa e completa que for possível.

Na área informática foi efectuado um grande esforço técnico e de investimento, de modo a poder responder às solicitações e necessidades dos diferentes serviços.

Em relação à Quinta das Camélias e apesar de não ter sido ainda assumido o respectivo auto de posse definitivo, foram instalados dois serviços e encomendado um projecto de arquitectura e engenharia para remodelação das estruturas existentes e implantação nos novos edifícios.

Depois de se obter a necessária autorização do Ministério da Defesa Nacional, que ainda é o proprietário formal do imóvel, foram os projectos apresentados à Câmara Municipal de Lisboa para eventual aprovação.

O Serviço de Património tem sido assim solicitado a intervir não só no edifício sede como também nestas novas instalações.

2.1 - Gabinete dos Órgãos Sociais (GOS)

Este gabinete continuou a assegurar a recepção, distribuição, preparação e envio de toda a correspondência respeitante aos Órgãos Sociais.

A grande maioria dos contactos e comunicações entre a ADFA e o exterior passa também por este serviço, incluindo as Delegações, Núcleos e solicitações de diversa ordem efectuados pelos associados junto dos Órgãos Sociais Nacionais.

O GOS apoiou também muitos eventos de carácter cultural e associativo realizados, nomeadamente, a recepção e acompanhamento de diversas individualidades no decorrer das cerimónias formais efectuadas.

O trabalho desenvolvido no âmbito das actividades comemorativas do 25º Aniversário foi notável e ocupou largamente este serviço durante a fase de preparação das mesmas.

Durante o ano de 1999 foram registadas 4.337 entradas de correspondência destinada aos Serviços da Sede e emitidos 418 ofícios.

O correio electrónico, embora seja centralizado no GOS, é expedido e recebido através da ligação existente no Jornal ELO.

A quase totalidade da informação trocada por "e-mail" resulta da actividade internacional desenvolvida pela Associação, em relação à FMAC e ao Secretariado Internacional das Organizações Não Governamentais (ONG).

2.2 - Património

Durante o ano de 1998 continuou o trabalho de

implementação dos centros de custos e de inventariação de todo o património da ADFA.

Pela primeira vez desde há vários anos, vamos poder dispor do levantamento completo, devidamente valorizado, do material e artigos de apetrechamento existentes na Sede.

O desenvolvimento e correcção do "software" necessário a estas operações tem sido uma preocupação constante, de modo a conseguir-se a desejada uniformização de critérios e a integração de todas as unidades que constituem o Património da Associação.

Os procedimentos contabilístico-administrativos e operacionais têm sido progressivamente melhorados, passando a ser adoptados critérios definidos em reuniões dos chefes de serviço, sob a coordenação da Direcção Nacional.

Todo o esforço tem sido dirigido no sentido de criar condições para que um conjunto de responsáveis pelos serviços, possam assegurar o funcionamento da Sede e das actividades centralizadas da Delegação, dum modo estável e independente das vicissitudes associativas.

O objectivo continua a ser o de procurar libertar a DN das actividades correntes de gestão, de modo a permitir que este órgão executivo se dedique em exclusivo à acção externa e às grandes linhas políticas de actuação, dentro dos princípios consagrados nos Estatutos.

Pensamos que se deram passos importantes neste sentido, deixando progressivamente de ser presentes à Direcção a resolução de questões do quotidiano da Associação.

É importante referir que prosseguiu o esforço de preparação do pessoal técnico para novas tarefas, através de acções de formação externas.

2.3 - Património

Este serviço continua a assegurar a manutenção ligeira dos edifícios, Sede e Quinta das Camélias, a limpeza e o serviço de transportes, o controlo da empresa que assegura a segurança e supervisão das reparações efectuadas por firmas especializadas em vários equipamentos instalados.

No último trimestre houve uma mudança do responsável por este serviço sem se verificarem grandes inconvenientes para a sua actividade.

Foi contratada uma nova empresa que assegura parcialmente a limpeza da Sede.

A situação das viaturas ao serviço da Associação tem sido objecto de acompanhamento permanente no respeitante à manutenção. Algumas destas viaturas estão a necessitar de substituição visto que o desgaste é bastante grande e já se tratava de viaturas usadas, quando foram cedidas ou adquiridas pela ADFA.

As nossas viaturas na Sede (cinco) efectuaram cerca de 65 mil quilómetros ao serviço da Associação.

Persiste a grave questão da impermeabilização dos terraços do edifício Sede. Aguardamos disponibilidade financeira para resolver este problema dum modo definitivo. Tentou-se apenas resolver situações pontuais mais graves em locais conhecidos.

2.3 - Actividades Económicas

A ADFACAR continuou a sua actividade normal de venda de viaturas a associados, acompanhamento da adaptação dos veículos e tratamento de todo o processo administrativo-burocrático de aquisição, troca e avaliação de carros usados.

Este serviço tem contribuído financeiramente para o apoio social e é de facto um dos suportes de receitas da casa.

O serviço Galp Frota/ADFA tem expandido a sua actividade, que continua em expansão a nível nacional.

No final do ano foi renegociado o contrato existente, tendo sido conseguidas condições mais vantajosas para os associados que aderirem ao sistema.

É necessário dizer que se registaram alguns problemas relacionados com a renovação dos cartões Galp Frota, relacionados com atrasos verificados nos

serviços da empresa e na rede informática existente no edifício Sede da ADFA.

Esperamos que tal não volte a suceder futuramente, pois a rede informática foi completamente reformulada e a Empresa alertada com firmeza para os inconvenientes causados aos nossos associados.

O Gabinete de Audiovisual procedeu à catalogação, inventariação e recolha de todos os documentos existentes, nomeadamente de carácter fotográfico, tendo o espólio sido aumentado com várias ofertas de associados.

Ainda no âmbito deste Serviço foi estabelecida uma relação normal de cooperação com os respectivos serviços e gabinetes congéneres de cada um dos ramos, efectuando-se a cobertura integral audiovisual de todos os acontecimentos e eventos mais importantes realizados pela ADFA.

No domínio da cooperação internacional, a empresa "Miraforma" continua sem grande actividade, aguardando o financiamento solicitado formalmente à Comunidade Europeia e ao Governo Português.

A única actividade de certa monta, que não envolveu a aplicação de quaisquer recursos financeiros da ADFA, foi a recuperação de uma antiga empresa de têxteis nos arredores de Luanda que, depois de recuperada, iniciou a sua laboração produzindo batas e outro vestuário escolar. Neste projecto a Miraforma criou a firma "Investro" exclusivamente dedicada a este sector de actividade, para recuperação de equipamento e treino de pessoal técnico.

Infelizmente o estado de guerra civil que se voltou a viver em Angola, interrompeu de novo as actividades económicas, acelerando a destruição e o sofrimento do povo angolano.

Em secção própria apresentamos o trabalho desenvolvido nas instalações da Quinta das Camélias, da Delegação do Porto e a evolução da situação do Quartel da Grotnha em Ponta Delgada, Açores.

Cabe ainda referir o esforço realizado na produção de vários artigos de dinamização e divulgação da Associação, que foram surgindo ao longo do ano, integrados nas Comemorações do 25º Aniversário. A venda destes artigos a nível nacional, a associados ao público em geral resultou em algumas receitas que permitiram pelo menos reduzir, nalguns casos significativamente, os custos destas Comemorações.

2.4 - Tipografia-Escola

Esta unidade continuou a sua laboração nas actuais instalações no Anexo ao HMP em Lisboa.

O ano de 1999 não foi bom em termos globais, visto ter diminuído dum modo significativo o volume das vendas que passaram, em termos de facturação bruta para menos de 130 milhões de escudos.

A unidade, que continua a trazer um importante auxílio financeiro à ADFA, necessita de investimentos de vulto em termos de equipamentos e de novas instalações.

Pareceu-nos importante resolver primeiramente a questão das instalações, que implicam a mudança para edifício novo a construir na Quinta das Camélias. O respectivo projecto global de construção já se encontra nos serviços da C. M. de Lisboa em apreciação técnica e o financiamento tem vindo a ser tratado com a Direcção Geral de Infraestruturas do MDN. Existem actualmente boas perspectivas e promessas de apoio financeiro por parte deste Ministério.

Sem elas, não poderemos abandonar definitivamente as actuais instalações no Anexo do H.M.P.

Sob o ponto de vista de reapetrechamento, entendeu-se que sob o ponto de vista operacional era de toda a conveniência, a mudança da Fotocomposição para junto da Tipografia Escola, tendo-se iniciado no final do ano a tarefa de mudança deste sector, da Quinta das Camélias para o Anexo.

2.5 - Departamento de Reabilitação e Apoio Social

Este Departamento iniciou o seu funcionamento no final do ano e resultou da necessidade de encarar numa forma global a problemática da Reabilitação.

Nele foram incluídos todos os serviços que estão directamente envolvidos neste importante sector de actividades havendo uma coordenação geral com outros que se relacionavam directamente com esta matéria.

Têm sido efectuadas reuniões regulares dos responsáveis dos vários sectores, de modo a conseguir-se uma maior eficácia e rentabilização das estruturas já existentes.

2.5.1 - Serviços Clínicos

Durante 1999 os Serviços Clínicos prestaram 7175 actos médicos distribuídos pelas seguintes valências: Acupunctura, Clínica Geral, Estomatologia, Fisioterapia, Fisioterapia, Gastroenterologia, Próteses Dentárias, Psicologia Clínica, Psiquiatria, Urologia e Análises Clínicas

As valências que mais contribuíram para estes resultados foram as de Fisioterapia e a de Clínica Geral.

Registou-se um ligeiro decréscimo no número de utentes de algumas consultas, provocado por impedimentos dos respectivos médicos por razões de saúde ou por compromissos inadiáveis de carácter profissional.

É importante assinalar que se registou um acréscimo significativo de consultas na área da Psicologia Clínica e da Psiquiatria. Tal facto deve-se provavelmente à discussão pública efectuada sobre o "Stress" de Guerra. No entanto não foi só o DPTS que esteve em causa na área da saúde mental, porque foram diagnosticados muitos outros casos de disfunções nesta área. Este facto é preocupante, pois a nível social nacional não existem respostas adequadas neste domínio.

Foi também implementado o tratamento de casos de DPTS através de Terapia de Grupo, tendo-se realizado 15 sessões apoiadas por dois médicos psiquiatras.

Este evento, que representa a concretização de uma velha aspiração de muitos associados, já não se realizava na ADFA há mais de uma dezena de anos.

Contrariamente ao que afirmam algumas vozes críticas, os associados acorrem à ADFA em grande número e podemos afirmar que a política de prestação de serviços vai de facto, ao encontro dos seus desejos e necessidades.

É errado afirmar-se que o Estado deve ser o único a prestar serviços aos Deficientes Militares.

Com os nossos recursos e sempre com um carácter de complementariedade, podemos e devemos prestar também estes serviços aos associados.

Durante o ano os acordos existentes com as ADM mantiveram-se em vigor ou foram corrigidos pontualmente.

No sector da gestão dos Serviços Clínicos, foram utilizados novos meios informáticos e apoiadas as Delegações do Porto e Famalicão na implementação dos próprios meios de prestação de serviços da saúde aos associados nas respectivas áreas de cada uma destas Delegações.

2.5.2 - Serviço de Acção Social

O Serviço Social na Sede atendeu 215 associados directamente em assuntos das mais diversas áreas com maior destaque para as seguintes: Saúde, Habitação, Segurança Social, Alojamento, Acessibilidade, Emprego, Transporte e Problemas Económicos e Familiares.

Os associados africanos continuam a ser aqueles que recorrem a estes serviços em maior número, pela situação de carência quase absoluta em que se encontram e pelo desenraizamento social em que vivem. A ADFA continua a pugnar pela defesa dos seus interesses e a alertar o Governo e a opinião pública em geral para esta situação injusta e dramática.

O Serviço faz também o acompanhamento e inserção social dos formandos da Formação Profissional, a maior parte jovens deficientes civis com problemas específicos, sendo mais uma actividade em que a ADFA se projecta na sociedade onde está inserida dum modo positivo.

Os problemas familiares dos candidatos e associados com DPTS tem sido objecto de um tratamento próprio, actuando o serviço em colaboração com a Psicologia Clínica e Psiquiatria.

Outra situação que tem sido alvo de atenção é a das viúvas, porque as dificuldades de educação e de crescimento dos filhos são inúmeras.

Em termos de correlação entre a percentagem de incapacidade e a procura de apoio, são os dois extremos da tabela que mais tem recorrido ao Serviço Social, ou sejam os associados com mais de 70% de incapacidade e paradoxalmente os que têm menos de 20% de incapacidade.

Os associados sem pensão e portanto sem grau de deficiência atribuído ocupam também significativamente o serviço.

No âmbito das suas funções, o Serviço Social tem desenvolvido numerosos contactos e efectuado reuniões de trabalho com os técnicos dos sectores públicos da Segurança Social e da Saúde, bem como com Instituições privadas e públicas da mesma área.

Os trabalhadores do Serviço têm frequentado várias acções de formação específica e representado a Direcção Nacional em eventos próprios da sua actividade.

2.5.3 - Formação Profissional

A Formação Profissional na Sede foi transferida do Lar Militar da Cruz Vermelha para as instalações da Quinta das Camélias. Foi realizado um esforço financeiro de preparação e adaptação, dos locais, ficando o sector com um conjunto homogéneo e em condições de tranquilidade necessárias a esta acção formativa.

Saliente-se que os compartimentos que eram utilizados no Lar Militar se encontravam fisicamente dispersos, não sendo o ambiente de trabalho o mais adequado sob o ponto de vista pedagógico.

O curso de Escritório Electrónico terminou a formação em sala em Abril, tendo os formandos iniciado

os respectivos estágios acompanhados pelos serviços que vieram a terminar em Dezembro.

Foi iniciado um novo curso em Abril que só terminará no ano 2000.

Em Março terminou o 1º Curso de Artes Gráficas - Fotocomposição ministrado inteiramente na ADFA. Os formandos foram colocados em estágio em diversas empresas privadas e na própria ADFA (2 unidades).

O novo curso sobre a mesma matéria entrou em funcionamento em Maio de 1999.

Foi estabelecido um protocolo de colaboração com a Crínabel na Área de Jardinagem, ficando os formandos desta Instituição a cuidar dos jardins e espaços verdes da Quinta das Camélias.

Foram também estabelecidos vários protocolos com a Universidade Moderna, a Lusófona e o Ispa para estágio de alunos nas áreas de Formação Profissional e de Psicologia Clínica.

Salienta-se este facto da realização de estágios acompanhados pelos novos técnicos, pois é revelador segundo pensamos, da qualidade reconhecida aos nossos serviços pelas Instituições mencionadas.

O Serviço realizou ainda um Curso de Formação Inicial Pedagógica de Formadores dirigida a seis formados com habilitações de técnicos superiores da ADFA, participando em parte pelo I.E.F.P. Pensamos que as tarefas pedagógicas de transmissão de conhecimentos são importantes e devem ser realizadas pelos técnicos qualificados da Associação que trabalham a tempo inteiro na ADFA.

Foi também iniciado um Curso Especial de Habilitação para Informática dirigido a associados cegos, que teve o apoio do SNR, não tendo no entanto até ao momento, sido recebida a respectiva comparticipação financeira deste Secretariado este curso só terminará no 1º Trimestre de 2000.

2.6 - Jornal ELO

O nosso jornal aumentou a sua tiragem mensal. Actualmente são enviados 9600 exemplares sendo mais de 8000 exclusivamente para os associados.

Por vontade expressa dos associados foi adoptada uma postura mais associativa voltada para os problemas da deficiência e da problemática dos deficientes militares na generalidade.

A equipa do Jornal empenhou-se fortemente nas Comemorações do 25º Aniversário, não só na respectiva cobertura, como também nas publicações, livros e brochuras editadas na ocasião.

Todo o trabalho de contactos e difusão dos comunicados à imprensa que revelam as tomadas de posição pública da Associação para o exterior foi efectuado pela equipa do ELO.

É importante salientar que este trabalho tem sido efectuado numa forma regular e sistemática, sempre que as circunstâncias o impõem. A ADFA não intervém só pontualmente, como acontece num passado não muito longínquo. Tornou-se felizmente num agente social atento e interventor, sempre que a defesa dos interesses dos deficientes em geral e dos deficientes militares em particular o aconselham.

Várias edições do Jornal foram alargadas para 20 páginas, em lugar das 16 habituais.

O esforço financeiro justifica-se a nosso ver, porque impunha-se dar realce a acontecimentos importantes como o 25º Aniversário e a edições dedicadas às jornadas consagradas ao associativismo militar, integradas no quarto século de vida do ELO.

Estas jornadas que tiveram o seu ponto alto no Encontro sobre Associativismo Militar e sua imprensa, levantam alguma polémica entre associados, mas entendemos que o tema, sendo de facto polémico, é actual e projecta a nossa inserção no meio militar em que naturalmente nos sentimos inseridos.

As versões redutoras e parciais têm os seus dias contados. Ninguém tem dúvidas que pertencemos ao universo dos ex-combatentes portugueses, embora nos distinga o facto da deficiência bem como a ousadia e coragem das posições assumidas.

Há com certeza várias componentes a melhorar no ELO. A gestão e controlo dos custos e as inerentes às assinaturas e publicidade são com certeza alguns deles.

Temos a convicção que as nossos cerca de 1200 assinaturas não são suficientes.

A informação contida no ELO é importante para muitos ex-combatentes em geral.

O nosso Jornal não é dirigido à imagem da Associação. Ele tenta ser real num Universo real que não se compadece com revistas destinadas a salas de espera dos detentores do poder político ou militar.

Por isso mesmo vamos continuar de modo que este ELO de união de todos os associados se mantenha actual e numa postura livre e evolutiva.

2.7 - Departamento de Dinamização Associativa, Cultura, Desporto, Lazer e Tempos Livres (DACDLA)

As actividades deste Departamento desenvolvem-

se a nível da Sede e em vários locais em coordenação e colaboração com as Diversas Delegações da ADFA espalhadas por todo o território nacional.

Algumas das provas desportivas foram realizadas a nível nacional e envolveram muitos atletas da ADFA e de muitas outras associações de e para deficientes.

Todos os meses de Fevereiro a Novembro tiveram lugar localmente na Sede ou em qualquer outro local do país, provas de Ciclismo, Futebol de cinco, "Snooker", Ténis de mesa, Pesca desportiva e Remo Indoor.

Merecem especial destaque as provas de Inverno na Sede que abrangem as modalidades de Ténis de Mesa e Remo, onde estiveram presentes 135 atletas deficientes em representação de várias associações de deficientes a nível nacional.

A prova de ciclismo que teve um percurso de Castelo Branco à Guarda, realizou em Outubro, onde participou a equipa da ADFA e estiveram presentes a maioria das equipas de ciclistas amadores do nosso país.

O Campeonato Nacional de Pesca Desportiva da ADFA, que se efectuou em Novembro em Setúbal com a participação de equipas de Lisboa, Coimbra, Peniche e Setúbal.

É de salientar ainda a realização do 2º Acampamento Nacional do Deficiente em Junho no Parque de Campismo em Coimbra. Esta iniciativa, apoiada pelo DACDLA, foi da responsabilidade da Direcção da Delegação de Coimbra.

Ainda a nível nacional e no domínio das acções culturais, são de mencionar os 20 colóquios sobre a guerra colonial e o 25 de Abril efectuado pela ADFA em escolas secundárias, um pouco por todo o país e a Festa Comemorativa do 25 de Abril da iniciativa da CML no Terreiro do Paço, onde estivemos representados e colaborámos activamente.

Este Departamento esteve intimamente envolvido nas provas desportivas, no almoço convívio e no espectáculo musical que tiveram lugar em Maio em Lisboa por ocasião do 25º Aniversário da ADFA.

A Comunicação Social deu especial relevo ao projecto "Mãos à Obra" que prossegue em 2000, e que reuniu muitos deficientes jovens e artistas consagrados, em Julho na Sede. Pretendeu-se com este Projecto dar expressão à capacidade criativa que existe em cada um através das artes plásticas. Foi uma iniciativa inédita no nosso país e continua com a exposição e leilão das obras produzidas, com o objectivo de constituir bolsas de estudo para artistas deficientes.

O DACDLA, sob a coordenação directa de um membro da Direcção Nacional, estabeleceu contactos e obteve o apoio de diversas entidades públicas e privadas, incluindo autarquias e associações de e para deficientes.

3 - Departamento de Informática

A informática é de facto uma actividade que só se torna notada quando algo funciona mal, como aliás em todos os serviços de apoio da actividade normal.

No entanto os meios informáticos estão cada vez mais presentes no dia a dia dos serviços e no próprio âmbito do apoio prestado aos associados.

A actividade deste Departamento em 1999 foi verdadeiramente frenética. Não pretendemos afirmar que todos os problemas existentes estão resolvidos!

A simples enumeração sintética das grandes tarefas realizadas é por si só elucidativa.

Os grandes projectos tarefa iniciados ou em desenvolvimento são os seguintes:

a) Elaboração e implementação do programa ADFA 3, com base de dados convertida de DBase III para Microsoft Access 7.0.

Implantação e teste da base de dados em Lisboa, Coimbra, Famalicão e Viseu.

b) Elaboração e implementação do Plano de contenção do Bug do ano 2000 e Projecto de actualização do parque informático da ADFA.

c) Projecto de Nova Rede de Cablagem Estruturada, com capacidade para satisfazer as necessidades crescentes de trabalho e comunicação da associação.

d) Análise, instalação e implementação de uma nova central telefónica.

e) Instalação de um novo servidor, tendo por finalidade fazer a gestão da comunicação em Internet e Fax, a gestão da base de dados, definição das áreas dos utilizadores e estabelecimento do sistema de segurança interna e externa para os serviços.

f) Análise, desenvolvimento, instalação e implementação do programa ADFA-Galp, para a gestão dos cartões Galp Frota.

g) Análise, desenvolvimento e implementação do programa de Impressão de etiquetas em série.

h) Implementação da aquisição e uso de tinteiros e toner mesclados.

i) Assistência técnica permanente a todo o sistema e parque informático e aos seus utilizadores, quer do ponto de vista de hardware, quer de software.

Julga-se importante referir que o problema do bug do ano 2000 não só se poderia manifestar na mudança da data de 1999/2000, como seriam de esperar

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DA ADFA - 1999

alguns problemas em 29 de Fevereiro de 2000 (ano bissexto) e ainda na 1ª data com 10 dígitos, por exemplo 10.10.2000. Pensamos que estamos livres de problemas nestas situações.

A instalação de uma rede de cablagem estruturada era uma necessidade premente, devido à fragilidade da antiga rede de estrutura linear. Simultaneamente com o desenvolvimento das novas auto-estradas da informação, tornava-se necessário que a cablagem da rede Informática e Telefónica fossem conutáveis, o que já acontece actualmente.

Para finalizar refere-se que a Caixa Geral de Depósitos ao mudar o formato dos seus ficheiros, quase na ocasião da cobrança de quotas, provocou uma situação muito difícil à ADFA, que só foi possível ultrapassar graças ao esforço e trabalho quase permanente do pessoal do Departamento durante um período de tempo apreciável.

4 - Pessoal

A política de recrutamento de pessoal com habilitações adequadas e actualizadas ao desempenho das suas funções tem continuado, sem que tal facto não deixe de provocar alguma polémica associativa.

Não temos dúvidas que no centro desta polémica está a questão dos associados trabalhadores.

Pensamos no entanto que estamos no caminho correcto, pois com o avanço dos anos a Associação terá de dispôr de um conjunto de trabalhadores capaz de executar e dirigir o dia a dia dos serviços, sob a orientação político-associativa da Direcção Nacional.

O facto mais dramático e que muitos problemas causou foi a substituição do pessoal da Segurança da Sede e da Quinta das Camélias por uma empresa especializada. Pensamos que foi a solução correcta, para um problema que afectava a segurança do património da Associação, que sofreu várias vezes no passado pelo amadorismo de alguns.

O outro facto relevante é o recrutamento motivado pela saída voluntária de alguns trabalhadores, de pessoas portadoras de deficiência com nova formação e dum novo grupo etário. A ADFA é provavelmente, actualmente, o maior empregador a nível nacional de pessoas com deficiência.

Em relação às Delegações não se registou qualquer admissão nova, a não ser em Famalicão pelo acréscimo de trabalho provocado pelo funcionamento do Museu da Guerra Colonial e outras tarefas relacionadas com o funcionamento dos Núcleos de Braga e Guimarães.

5 - Departamento de Apoio aos Sócios (DAS)

A Actividade deste Departamento onde está incluído o Gabinete Jurídico (GJ) foi marcado pela admissão de mais um jurista a meio tempo. Na realidade em lugar dos três juristas que aí trabalhavam em regime de tempo inteiro, um deles foi substituído por dois advogados a meio tempo.

Foi instalado um novo ficheiro informático de associados que ainda tem algumas deficiências a corrigir, actualizados os postos de trabalho existentes e activada a rede interna de acesso a esta base de dados, com as naturais restrições inerentes à sua confidencialidade.

O trabalhador da Delegação de Setúbal passou a prestar serviço a meio tempo aproximadamente, no atendimento aos associados.

Pretendeu-se com estas medidas flexibilizar e racionalizar a prestação de serviços por parte dos trabalhadores do DAS/GJ.

Em média são atendidas diariamente entre 45/50 associados ou candidatos a associados.

Apresentam-se seguidamente em pormenor alguns elementos estatísticos e descritivos das instruções das diversas actividades do Gabinete Jurídico e da Secretaria/Atendimento.

Gabinete Jurídico

Advocacia:		
- Intervenções em Tribunal	66	
- Ofícios	219	
- Consultas	403	
- Análise de Ordens do Exército, Marinha e F. Aérea	108	
- Requerimentos, exposições e elaboração de documentos	153	
- Audiências Prévias	31	
- Compilação, análise e divulgação de Diários da República	1059	
- Recursos ganhos em tribunal em 1999	16	

Consultadoria:

No decurso deste ano as principais matérias em que o GJ interviu, fazendo pareceres, projectos e defendendo as posições da ADFA em reuniões, foram as seguintes:

CNRIPI, SNRIPI, MDN

- Lei das Associações de Pessoas Portadoras de Deficiência

- Projecto de Decreto sobre Quotas de Emprego
- Projecto de Decreto sobre Crédito Bonificado a Pessoas com Deficiência (habitação e estabelecimento comercial)
- Crédito de Horas a Familiares de Deficientes
- Cães-Guia para Cegos
- Acumulação de subsídio de 3ª Pessoa com Subsídio de Educação Especial
- Flexibilização da Idade de Acesso à Reforma (diminuição de tempo de serviço)

MDN/ CCADFA

- Lei do Stress de Guerra e Regulamentação da mesma
- Contagem de Tempo de Serviço
- Nova Lei dos Acidentes de Serviço
- Aplicação e Alteração do DL 314/97, de 31MAI
- Regulamentação da Lei dos Prisioneiros de Guerra
- Instalações da Quinta das Camélias
- Problemas dos Deficientes dos PALOP
- Definição dos Conceitos de Serviço e Campanha
- Juntas Médicas (grandes divergências de incapacidade) e degradação de pensões
- Novo Regime das PPS e Pensões por Serviços Excepcionais e Relevantes

Governo / AR / Comissão de Defesa e Grupos Parlamentares dos Partidos

- Orçamento de Estado para 1999
- Lei do Serviço Militar
- DL 134/97, de 31MAI
- Contagem de Tempo de Serviço
- Problemas dos Africanos

Assessoria:

Assessoraram-se a DN, Delegações e serviços em muitas matérias, destacando-se:

- Processo de aquisição da Quinta das Camélias
- Processo de aquisição das instalações do Porto
- Questões da Delegação de Ponta Delgada: Instalações e Trabalhadores
- Questões de trabalho (apoio ao Serviço de Pessoal e apoio administrativo a vários Processos de Inquérito)
- Vária documentação relativa a Registo, Notariado e Finanças
- Várias consultas sobre questões de impostos (Sisa, CA, Isenção selo Automóveis, IRS, IVA, BF, etc.)
- Consultas e Pareceres frequentes sobre assuntos diversos

SECRETARIA / ATENDIMENTO:

- Ofícios	1379
- Requerimentos a pedir JSN, JHI e JER	6
- Requerimentos a pedir assistência médica	1
- Requerimentos a pedir Pensão de Preço de Sangue	3
- Requerimentos diversos	7
- Requerimentos revisão pensão de reforma	5
- Requerimento GDMEN	10
- Requerimento pensão de sobrevivência	7
- Requerimento por serviços excepcionais e relevantes	4
- Isenção do Serviço Militar	1
- Ingresso no Activo	10
- Graduações	2
Total de Requerimentos	56

- Recorreram ao DAS, por dia, cerca de 40 a 45 pessoas, tendo-se atendido, no ano, cerca de	9.880 pessoas
- Estima-se que se recebam, por dia, cerca de 30 chamadas telefónicas, o que perfaz no ano um total de atendimentos telefónicos de	7410
- Sócios inscritos e posteriormente admitidos	320 (60 sem número)

Por Delegações:

- Lisboa	108
- Porto	41
- Funchal	12
- Coimbra	32
- Faro	14
- Viseu	29
- Évora	1
- Bragança	3
- Castelo Branco	0
- Famalicão	0
- Açores	0
- Setúbal	10
- Inscritos na Sede como sócios pendentes	202
- Instauração processos para emissão cartões das ADM	486
- Sede	228
- Delegações	258

- Cartões de deficientes 57
- Cartões GALP/FROTA 37

6. - Restaurante / Bar e Quinta das Camélias

O Restaurante da Sede e respectivo Bar têm continuado a sua laboração normal. Foram realizadas algumas aquisições no domínio do apetrechamento e preparada a sala contígua à linha de montagem/refeitório para servir refeições noutra ambiente e servidas à mesa e à lista.

Foi necessário investir na redecoreação e no conforto desta sala que não tendo inicialmente grande procura, passou depois a ser ponto de encontro de associados que a frequentam com convidados, amigos e familiares.

Durante o ano foram servidas uma média de cerca de 65 refeições diárias no restaurante, que também abre aos sábados ao almoço.

Se juntarmos a estes números as refeições fornecidas em eventos especiais e em festas de confraternização, temos um total de mais de 1200 refeições em 1999, sob gestão directa da ADFA.

Seja-nos permitido apresentar a grande diferença em relação à situação que se vivia em 1995 com meia dúzia de refeições diárias!

O Projecto de Reabilitação da Quinta das Camélias no tocante a alojamentos temporários, também se desenvolveu e consolidou durante o ano.

Foi necessário solicitar apoios, realizar obras de remodelação e reparação de infra estruturas básicas, seleccionar e fiscalizar empreiteiros, limpar e pintar os quartos existentes e apartamentos.

Para além dos 16 apartamentos e quartos disponíveis para os associados e suas famílias de passagem por Lisboa, poderíamos ter efectuado mais na exiguidade dos recursos e a necessidade de equilíbrio financeiro não nos aconselhou a executar a obra faseadamente.

A taxa de ocupação subiu em flecha até atingir um máximo em Novembro/Dezembro.

Os utentes são os associados que se deslocam com ou sem família para tratamento médico e ortopédico, ou em simples viagem de prazer. Os filhos de associados que estudam em Lisboa e habitam com os seus pais longe da capital, são também dos utilizadores habituais das instalações.

O número total de utentes foi de cerca de 150 pessoas entre associados, familiares e filhos (estudantes).

Este projecto onde foi necessário criar a partir do zero, tem hoje uma gestora que responde à Direcção Nacional, acumulando com o Serviço do Restaurante/Bar.

É importante assinalar a grande dose de trabalho voluntário associado a este empreendimento e a dedicação e colaboração prestada pelos trabalhadores da ADFA dos mais diversos sectores para a sua concretização, que ainda está no seu início.

Actividades Externas

1 - Representações e Entrevistas

A ADFA esteve presente e actuante quando a 13 de Janeiro se debateu na Assembleia da República o projecto de lei da autoria do Grupo Parlamentar do PSD sobre o Stress de Guerra.

Na mesma altura foram apresentadas pela Comunicação Social programas sobre este assunto em que a Direcção Nacional interveio, nomeadamente no "Consultório" e "Fátima Lopes".

No dia 27 de Fevereiro nova intervenção sobre o DPTS no Lions Club de Matosinhos a cargo da Delegação do Porto.

A Associação foi recebida a 2 de Março pela Comissão Parlamentar de Defesa tendo sido apresentadas as questões legislativas mais prementes e já debatidas no âmbito do Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas (CCADFA).

No dia 25 de Março o Ministro da Defesa Nacional, na altura Prof. Veiga Simão, recebeu a Direcção Nacional, tendo havido concordância e abertura para a resolução da situação dos deficientes sem pensão, do stress de guerra, da contagem do tempo de serviço, da discussão no CCADFA dos conceitos de serviço/campanha e dos novos intervenientes em infra estruturas para apoio aos associados que a ADFA se propõe realizar.

Na altura a Ministro mostrou-se indisponível para a discussão da situação criada pela aplicação do D/Lei nº134/97 de 31 de Maio.

A Associação esteve representada nas Comemorações do Dia do Combatente (9 de Abril) na Batalha.

Estas Comemorações foram presididas pelo Ministro da Defesa.

Nas Comemorações Nacionais do 25 de Abril, nomeadamente na Sessão Solene na Assembleia da República, no desfile militar e almoço que se seguiu, a

ADFA esteve de novo representada pela Direcção Nacional.

Nas actividades desenvolvidas durante o 25º Aniversário, estiveram presentes na Sessão Solene realizada no dia 14 de Maio, o Ministro da Defesa Nacional, a Ministra da Saúde, os Secretários de Estado da Defesa e do Orçamento, o Secretário Nacional para a Reabilitação e o Secretário Geral da FMAC. No dia seguinte, 15 de Maio, o Secretário de Estado da Defesa e o Secretário Geral da FMAC bem como os representantes da hierarquia dos 3 Ramos das Forças Armadas, estiveram presentes nas cerimónias de homenagem aos ex-combatentes falecidos da Guerra Colonial.

A 24 de Junho a ADFA é recebida pelo novo Ministro da Defesa Nacional Dr. Jaime Gama que se mostrou receptivo às questões apresentadas, com excepção do D/L 134/97 de 31 de Maio.

Nesse mesmo dia a Direcção Nacional teve um encontro de trabalho com a Comissão Parlamentar da Defesa que em relação aos assuntos expostos e oportunamente apresentados no ELO, manifestou a sua concordância e afirmou apresentá-los ao Governo, pedindo a sua melhor atenção para os mesmos.

Após 7 anos de actividade, o CRPG tornou-se o primeiro centro de reabilitação profissional de gestão participada em cerimónia realizada a 30 de Junho em Arcozelo, Vila Nova de Gaia. Na altura o Secretário de Estado do Emprego e Formação Paulo Pedrosa salientou o carácter pioneiro e o esforço da ADFA neste domínio. Presente nesta cerimónia o Secretário de Estado da Inserção Social e outras individualidades.

No dia 8 de Setembro teve lugar a inauguração das novas instalações dos Serviços de Medicina de Reabilitação do HMP. Na ocasião o Ministro da Defesa Dr. Jaime Gama trocou impressões com os nossos associados sem pensão e falou com a Direcção Nacional sobre vários assuntos pendentes.

Em princípios de Novembro fomos recebidos pelo Senhor Presidente da República. No decurso da longa audiência concedida tivemos oportunidade de apresentar sucintamente todos os principais problemas que afectam os deficientes militares, 25 anos após o final da Guerra Colonial. O Senhor Presidente da República que se encontrava acompanhado do Chefe da Casa Militar prometeu-nos que iria expôr ao novo Ministro da Defesa Nacional as nossas reivindicações e preocupações.

Nesse mesmo mês fomos recebidos pelo novo Ministro da Defesa, Dr. Castro Caldas, que nos garantiu estar interessado em resolver os problemas apresentados, a começar pela publicação a breve trecho da Regulamentação da lei do "Stress" de Guerra.

Nas comemorações do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência em Beja, em princípios de Dezembro, a ADFA esteve representada e interveio nos debates realizados sobre o Associativismo e apoios às Associações de e para pessoas com deficiência.

Para além destas intervenções públicas a nível nacional é importante salientar o papel das Direcções de Delegação, que a nível local e regional, souberam fazer chegar as nossas preocupações, das autarquias aos representantes da hierarquia militar e aos respectivos Governadores Cívicos.

Podemos afirmar, sem qualquer dúvida, que conseguimos agir como um todo Nacional em coordenação com as estratégias defendidas a nível global no Conselho Nacional e noutras reuniões de carácter directivo.

2 - Estratégia Legislativa

A estratégia legislativa seguida está expressa nos seus princípios no programa eleitoral apresentado aos associados em 1997, com algumas correcções pontuais resultantes da evolução verificada e ratificada pelo Conselho Nacional da ADFA no decorrer de 1999.

Os princípios seguidos continuam a ser os do caderno reivindicativo elaborado em finais de 1995 e apresentados ao Governo na altura em 1997.

Esta fidelidade aos princípios que continuam actuais, está na base do projecto associativo iniciado nesta ocasião.

Quer a nível de entrevistas com os representantes do poder eleito democraticamente, quer a nível das reuniões do CCADFA, representantes da hierarquia militar e órgãos de soberania no geral, todas as questões apresentadas são previamente discutidas nas reuniões estatutárias da Direcção Nacional.

No decurso de 1999 algumas conquistas legislativas foram alcançadas.

A Lei do Stress de Guerra foi aprovada na Assembleia da República fruto de uma ampla mobilização da opinião pública, das associações envolvidas e dos próprios profissionais do sector.

Demos o nosso contributo substancial para este resultado e para a publicação do respectivo Diploma Regulamentar, que irá ser publicado no ano 2000.

Contribuímos também decisivamente para a saída da Lei dos Grandes Deficientes Militares sem Pensão, que não foi aprovada como era nosso desejo abran-

RELATORIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DA ADFA - 1999

gendo todos os deficientes com mais de 60% de incapacidade numa primeira fase.

Influenciamos também directamente os novos diplomas já publicados sobre as pensões de preço de sangue e de serviços relevantes e distintos.

A Lei de Bases do Serviço Militar contou com o nosso parecer e felizmente que as propostas efectuadas pela ADFA foram aceites.

No entanto não conseguimos que o projecto legislativo respeitante à contagem do tempo de serviço fosse publicada ainda em 1999.

Demos também o nosso contributo positivo para a lei dos Prisioneiros de Guerra, recentemente regulamentada.

Face à oposição declarada da Secretaria de Estado do Orçamento para alterar o artº 7 do D/L 240 de 7 de Agosto, respeitante à possibilidade dos Deficientes em Serviço poderem recorrer a nova Junta Médica por agravamento, passado o período inicial de 10 anos, procuramos outra solução, sem desistirmos deste desiderato.

Apresentámos as enormes incongruências existentes na atribuição de diferentes percentagens de incapacidade pelas Juntas Médicas Militar e Junta da Caixa Geral de Aposentações. A nossa posição aponta para a possibilidade de revisão das situações acima dos 10% de disparidade. Sabemos que o assunto foi considerado e está em estudo no MDN.

As situações dramáticas vividas pelos nossos associados africanos que pretendem adquirir muito justamente o estatuto de Deficientes Militares Portugueses foram apresentados à Comunicação Social e ao Governo. O problema aqui, a nosso ver, incide na complexidade da Estrutura do Estado, uma vez que envolve o MDN, o MNE, e o Exército.

Parece-nos que não há má vontade ou outra razão de ordem financeira, mas sim leis burocráticas que são difíceis de ultrapassar.

A questão da clarificação dos conceitos de Serviço e Campanha não tem encontrado até agora vontade manifesta de resolução.

Parece-me que uma vez esgotados os meios de diálogo a ADFA terá provavelmente de encetar outros planos públicos de protesto.

A situação de injustiça criada pela aplicação do D/L 134/97 de 31 de Maio é mais um exemplo de atraso no diálogo. Apesar de aceite para discussão no CCADFA, os serviços do MDN ainda não tomaram a resolução de efectuar uma reunião extraordinária sobre o assunto, a exemplo da já verificada no início de 2000 para os deficientes militares africanos.

Pensamos que o Governo não demonstra grande vontade de discutir este assunto, que é complexo mas para o que temos uma solução plausível a propôr.

A situação dos deficientes em serviço com pensões degradadas foi já apresentada, mas a capacidade de resposta dos serviços do MDN é limitada.

Vamos manter a pressão neste e noutros assuntos de grande importância.

O problema residual respeitante a uma parte das instalações do Porto está, segundo pensamos, em vias de resolução.

A questão das instalações do Quartel da Grotnha nos Açores, e a sua cedência à ADFA para apoio aos deficientes militares e civis desta Região Autónoma, poderá também ter uma resolução positiva no decorrer de 2000.

3 - Intervenção na Política Nacional de Reabilitação

A ADFA está representada no Conselho Nacional para a Reabilitação e Reintegração das Pessoas com Deficiência (CNRIPD).

Nestas reuniões temos dado o nosso contributo para vários assuntos entre os quais o Protocolo de cooperação entre o REFER e a CP para aquisição e modernização de composições ferroviárias, circulações e acessibilidade para pessoas portadoras de deficiência.

Em Junho foi aprovado e homologado o Protocolo de Acordo e Cooperação entre a ADFA, a Cercigaia e o IEPF, que vão permitir um futuro arrojado ao funcionamento deste centro protocolar.

Na reunião do CNRIPD foi também discutida a Lei 127/99 de 20 de Agosto que trata das Associações de Pessoas Portadoras de Deficiência.

Lamentavelmente a referida Lei foi publicada sem atender às situações propostas neste Conselho subscrita pelo SNR.

A ADFA participou em Outubro na exposição AJUTEC 99 na Exponor dedicada a equipamentos e ajudas técnicas específicas.

O SNRIPD realizou um ciclo de Conferências sobre Ciência, Inovação e Tecnologias, sendo a última em Outubro. A Associação esteve presente nesta iniciativa de formação, que apoiamos.

A 6ª Reunião do CNRIPD teve lugar na Sede em Dezembro. Para além da nova Lei sobre as Associações, que foi severamente criticada pelos presentes, foi também discutida a questão de quotas de emprego para pessoas com deficiência, entre outros assuntos.

Pensamos que estas reuniões deveriam ser mais frequentes e com agendas menos sobrecarregadas para uma melhor eficácia dos trabalhos.

Durante o ano de 1999 participamos em diversos colóquios conferências e congéneres organizados pelos diversas Associações de e para Deficientes que nos convidaram.

Não temos dúvidas em afirmar que a ADFA é uma instituição respeitada, atenta e interveniente no movimento associativo no nosso país.

Para tal contribuiu o trabalho efectuado, o respeito e a tolerância pelos princípios defendidos por cada uma das associações nacionais de e para deficientes.

4. Intervenção Internacional

Os acontecimentos mais importantes da intervenção da ADFA a nível internacional dizem sem dúvida respeito à pressão exercida sobre a FMAC para que esta organização tomasse posição sobre a situação em Timor Leste.

Na altura afirmamos explicitamente que iríamos ponderar a saída da Federação, caso esta não se fizesse ouvir junto da Secretário Geral das Nações Unidas, o que veio efectivamente a acontecer.

Foi um pequeno contributo, um gesto que envolveu as associações da Austrália, Malásia, Rússia e Japão.

Tentamos seguidamente "conversar" com a Associação Indonésia, directamente e através da FMAC. A resposta foi incompreensível e inaceitável para nós.

Voltámos mais tarde a insistir, depois da entrada das Forças das Nações Unidas no território, no julgamento dos responsáveis pelos crimes cometidos.

A única resposta clara foi da Associação da Austrália de apoio e total concordância.

Mais tarde soubemos que o estabelecimento de um Estado democrático na Indonésia era a primeira das prioridades.

Estamos de acordo, mas os responsáveis devem ser julgados! O tempo parece dar-nos razão e força.

A segunda tomada de posição da ADFA que julgamos única em Portugal, pelo menos entre associações de e para deficientes, foi a clara condenação da utilização da força militar para a resolução do problema do Kosovo.

Aliás neste aspecto de condenação do uso indiscriminado dos bombardeamentos sobre a Sérvia, fomos imediatamente secundados pela FMAC, a nível internacional.

Pensamos que com estas atitudes contribuímos para os objectivos da Paz e do respeito pelos Direitos Humanos.

Demos também o nosso contributo para a ratificação da proibição de minas anti-pessoal e das armas de destruição maciça, ratificada pela nossa Assembleia da República.

O Secretário Geral da FMAC, Sr. Marek Hagmajer foi convidado para assistir às Comemorações do 25º Aniversário da nossa Associação. Nessa qualidade teve ocasião de participar nas cerimónias dos dias 14 e 15 de Maio e ao almoço convívio nesse mesmo dia.

As palavras de saudação que proferiu na altura, foram de reconhecimento pelo empenho da ADFA na FMAC e no apelo a um maior empenhamento a nível de cooperação internacional, por parte da nossa Associação.

Nas actividades no estrangeiro destacamos, em Abril, o trabalho efectuado junto do núcleo do Maputo, em Moçambique. Na realidade no decurso desta jornada sentimo-nos em casa, na ADFA.

A avaliação da situação local em contacto com os associados, os dirigentes associativos e a Embaixada Portuguesa em Moçambique foi da maior importância, segundo julgamos para um novo impulso no sentido da criação de um grande centro associativo da Associação neste país.

As situações dramáticas de abandono de muitos deficientes militares em Moçambique tem forçosamente de provocar a nossa solidariedade.

Nas entrevistas com o Ministro da Defesa Moçambicano assegurámo-nos do desejo de cooperação e bom entendimento no sentido de resolver as situações existentes.

Na ocasião participamos na Conferência Internacional, promovida por diversos organismos sobre a utilização das crianças-soldados em África. Desta vez foi uma iniciativa dirigida aos problemas das Vítimas de Guerra.

Em Julho, a convite da Associação de Ex-Combatentes da Geórgia (Caucaso) e da Associação Norte-Americana dos Veteranos do Vietnam, participámos na 2ª Conferência sobre a Paz, Estabilidade e Situações dos Ex-Combatentes nesta área geográfica.

Nesta iniciativa deitámos um olhar fora da FMAC, pois ambas as organizações na maior parte dos representantes nesta Conferência estão fora desta Federação.

Pensamos que os contactos e as realidades observadas são importantes para a ADFA, sem esquecer uma das teses do III Congresso, onde se pre-

conizava o estabelecimento de contactos com os Veteranos do Vietnam, pioneiros no despiste e tratamento do "stress" de guerra.

Nesta conferência apresentámos duas teses, uma sobre associativismo tomando o exemplo da ADFA como modelo e a outra sobre despiste do PTSD, apresentado pelo nosso psiquiatra, Dr. Monteiro Ferreira.

DELEGAÇÕES

O ano de 1999 foi sem dúvida, o ano da consolidação da descentralização para as delegações da ADFA que quiseram e souberam aproveitar este princípio geral.

Assim tornou-se prática corrente a realização de reuniões de dirigentes associativos com funções executivas, quer a nível regional, quer a nível nacional.

A simples leitura dos respectivos Relatórios de Actividades apresentados às Assembleias Gerais de Delegação, demonstra o dinamismo e a iniciativa desencadeada em cada uma delas.

Continuamos a incentivar e a apoiar uma política que favoreça o desenvolvimento do associativismo a nível local, porque estamos certos que a arrogância centralizadora de quaisquer elites dirigentes em Lisboa tem os seus dias contados. Os recursos que dispomos têm de ser distribuídos de acordo com os projectos apresentados, desde que contribuam para o desenvolvimento da Associação dentro dos princípios estatutariamente definidos e de coesão nacional da ADFA.

Bragança

A Delegação de Bragança desenvolveu e participou em diversas actividades associativas e culturais, tendo participado no 25º Aniversário Nacional por cerca de uma centena de associados residentes em todos os cantos da região Nordeste.

O aniversário da Delegação foi comemorado na vila da Carrazada de Ansiães, com grande participação de sócios e familiares. A ADFA foi recebida com grande carinho e respeito pela autarquia bem como por toda a população local.

Para além do atendimento administrativo, informativo a apoio aos associados nas mais diversas matérias, a secção de artigos ortopédicos continuou a sua actividade bem conhecida de toda a população em geral e das pessoas portadoras de deficiência residentes na região, em particular.

Castelo Branco

Esta Delegação mostrou ao longo do ano sinais positivos de maior dinamização associativa. No mês de Maio deslocou a Lisboa cerca de 50 associados que participaram nos eventos comemorativos do 25º Aniversário. Em Julho tomou a iniciativa de organizar um convívio associativo, com sardinha, o que já não se verificava há alguns anos.

Ainda neste mês apoiou uma prova de ciclismo, assumindo toda a logística do acontecimento que apresentou a bandeira da ADFA pela zona da Cova da Beira e Serra da Estrela.

Para além destas actividades, a Delegação continuou o seu trabalho de apoio a muitos associados residentes nesta área do interior centro e leste do país.

Coimbra

A Delegação de Coimbra rejuvenesceu em termos associativos. A sua participação a nível nacional em todos os encontros de trabalho e reuniões estatutárias definidos foi importante para a ADFA.

Acompanhou os esforços realizados pela actual Direcção para encontrar um local alternativo para a sua sede, visto a actual não possuir as condições de acessibilidade que se impõem.

Os contactos efectuados a nível das autarquias e autoridades militares e da região foram múltiplos e demonstram bem que a situação de relativa apatia e isolamento em que se vivia está a ser ultrapassada com dinamismo.

Acima de tudo, o cuidado posto na gestão corrente e financeira e o papel activo de todos os órgãos sociais na vida da Delegação, marcam uma diferença quantitativa e qualitativa que merecem ser mencionados.

Não há dúvidas que Coimbra acordou de um longo e pesado sono letárgico, no aspecto associativo.

E a demonstrar este facto são as realizações desportivas promovidas a nível nacional por esta Delegação, como o campeonato de Pesca Desportiva e o Acampamento Nacional para pessoas portadoras de deficiência e suas famílias.

Para além destes eventos tiveram lugar vários encontros e almoços/convívio de associados e registou-se um movimento vulgar de prestação de serviços em vários domínios do normal acto administrativo ao apoio domiciliário e aos associados carenciados.

De notar que foi cultivado o intercâmbio e troca de experiências com outras associações de e para deficientes representadas localmente.

Em Maio foi inaugurado o nosso Núcleo de Aveiro, cuja falta se fazia sentir muito nesta área do país.

Foi mais uma iniciativa importante de Coimbra.

ADFA - ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (Un. contos)

SEDE

CÓDIGOS DAS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	1999	1998	CÓDIGOS DAS CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	1998	1997
61	Custo das Mercadorias Vendidas	14.502	18.047	71	Vendas de Mercadorias		
				72	Prestação de Serviços	52.034	61.853
		14.502	18.047			52.034	61.853
62	Fornecimentos e Serviços Externos	134.696	118.963				
	Custos com o Pessoal						
642	Remunerações	74.447	66.212	73	Proveitos Suplementares	328	55
645	Encargos Sociais	12.415	9.326	74	Subsídios à Exploração	162.167	141.894
				76	Outros Proveitos Operacionais	62.105	47.304
		221.558	194.501		Quotização	20.688	20.017
66	Amortizações do Imobilizado Corpóreo	24.034	19.812				
67	Provisões		0			245.288	209.270
		24.034	19.812				
				78	Proveitos e Ganhos Financeiros		
					Outros Juros e Proveitos Similares	1.402	767
63	Impostos	100	157			1.402	767
65	Outros Custos Operacionais	9.417	21.442				
	Dotações às Delegações	18.067	16.110				
		27.584	37.709				
				79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	2.230	921
68	Custos Financeiros						
	Juros de Serviços Bancários	630	563				
		630	563				
69	Custos e Perdas Extraordinárias	2.156	776				
88	Resultado Líquido do Exercício	10.490	1.403				
	TOTAL DO DÉBITO	300.954	272.811		TOTAL DO CRÉDITO	300.954	272.811

RELATORIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DA ADFA - 1999

ADFA - ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS BALANÇO—SEDE (Un.contos)

CÓDIGOS DAS CONTAS	ACTIVO	1999			1998	CÓDIGOS DAS CONTAS	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	1998 PASSIVO LÍQUIDO	1997 LÍQUIDO
		ACTIVO BRUTO	AMORTIZ. E PROVIS.	LÍQUIDO					
	IMOBILIZADO						CAPITAL PRÓPRIO		
	Imobilizações Financeiras	600		600	600				
411	Partes de Capital	600	0	600	600				
	Imobilizações Corpóreas								
422	Edifícios e Outras Construções	578.741	46.928	531.813	543.301	571	Reservas	631.908	643.741
423	Equipamento Básico	17.070	15.378	1.692	67				
424	Equipamento de Transporte	9.879	9.357	522	1.547				
425	Ferramentas e Utensílios	1.777	1.777	0	943	59	Resultados Transitados	1.403	4.887
426	Equipamento Administrativo	83.938	49.010	34.928	32.797			633.311	648.628
429	Outras Imobilizações Corpóreas	9.790	7.796	1.994	0				
441	Imobilizações em Curso	31.211	0	31.211	14.351	88	Resultado Líquido do Exercício	10.490	1.403
		733.006	130.246	602.760	593.606				
							Total do Capital Próprio	643.801	650.031
	CIRCULANTE								
31	Existências	0		0					
36	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	368		368	562		PASSIVO		
35	Produtos e Trabalhos em Curso								
33	Produtos Acabados e Intermediários					293	PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS		0
	Mercadorias	760		760	374				
		1.128		1.128	936				
							DÍVIDAS A TERCEIROS-CURTO PRAZO		
	DÍVIDAS DE TERCEIROS CURTO PRAZO					231/12	Dívidas a Instituições de Crédito	435	
						221	Fornecedores-c/Corrente	19.094	10.304
						24	Estado e Outros Entes Públicos	3.856	1.685
211	Cientes-c/Corrente	2.388		2.388	2.711	268	Delegações	2.328	183
24	Estado e Outros Entes Públicos		0	0	0	268	Centros Produtivos	20.122	7.140
268	Centros Produtivos		0	0	0	268/211	Outros Credores	87.349	107.155
268	Delegações	5.592		5.592	10.082				
268	Outros Devedores	76.844		76.844	86.328			133.184	126.467
		84.824		84.824	99.121				
							ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
						273	Acréscimos de Custos	2.110	2.160
	TÍTULOS NEGOCIÁVEIS					274	Receitas com Provento Diferido		
159	Outros Títulos Negociáveis							2.110	2.160
12+13+14	Depósitos Bancários	65.822		65.822	48.935				
11	Caixa	516		516	406				
		66.338		66.338	49.341				
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS								
271	Acréscimos de Proveitos	13.672		13.672	34.903				
272	Despesas com Custo Diferido	10.373		10.373	751				
	Total do Activo	909.341	130.246	779.095	778.658		Total do Capital Próprio e do Passivo	779.095	778.658

Évora

A característica mais marcante das actividades desenvolvidas por esta Delegação foi a sua projecção a nível regional, saindo assim de um certo dinamismo a nível estritamente local.

Para além da sua participação nas comemorações do 25º Aniversário do 25 Abril e de uma exposição sobre a Guerra Colonial, a Delegação organizou em Junho um concerto com o coro de Santo Amaro de Oeiras no Teatro Garcia Resende. Este acontecimento cultural foi importante porque chamou a atenção de toda a cidade para a realidade que é hoje a Associação dos Deficientes das Forças Armadas.

Também no plano da descentralização, realizou-se pela 1ª vez o almoço/convívio de Natal em Estremoz, com actividades culturais complementares e participação das autoridades autárquica e militar da região.

Nas vertentes da prestação de serviços, continuou o trabalho de apoio aos associados, com visitas domiciliárias efectuadas pelos dirigentes associativos e em casos graves de exclusão social.

Famalicão

Esta nossa Delegação participou de uma forma activa em todos os encontros e reuniões efectuadas a nível regional e local.

O traço mais característico da sua actividade tem uma vertente descentralizadora muito importante.

Os núcleos de Braga e Famalicão são entidades associativas locais de grande dinamismo. Esperamos que em breve surja também o Núcleo de Barcelos, de modo o melhor servir os numerosos associados residentes nesta área geográfica.

Das numerosas iniciativas desenvolvidas um pouco por toda a zona do Minho, salientamos as reuniões e exposições dedicadas às comemorações do 25 de Abril e à Guerra Colonial.

O Museu da Guerra Colonial, apoiado pela Câmara Municipal, local é hoje uma realidade ao serviço da população e do público em geral.

Pensamos que os números falam por si. Registraram-se mil entradas e cerca de 10 visitas colectivas de alunos de estabelecimentos de ensino num total de 30 jovens e crianças. Verificaram-se também visitas de carácter internacional, como verificado por um grupo de cidadãos franceses que acompanhava o Maire de S. Fargeau Porthiery.

O apoio aos associados tem continuado de forma

positiva e os resultados do funcionamento são encorajadores.

Faro

As principais actividades desta Delegação no plano associativo foram o almoço/convívio que marcou o aniversário da Delegação e tradicional Festa de Natal.

Faro participou e colaborou em diversas actividades que marcaram o 25º Aniversário da nossa Associação e esteve sempre presente nas reuniões efectuadas a nível nacional sobre os mais diversos assuntos.

Os Serviços da Delegação continuam a prestar todo o apoio aos associados da região.

Funchal

Esta Delegação empenhou-se na melhoria das condições de recebimento das participações da ADME nesta região autónoma.

Em Julho foi comemorado o 25º Aniversário da Delegação e em Dezembro teve lugar a Festa de Natal com sessão de informações de carácter legislativo e associativo.

Os serviços no Funchal continuaram a assegurar a apoio a todos os associados da Delegação.

Ponta Delgada

A Delegação de Ponta Delgada está empenhada na obtenção das instalações do Quartel da Grotinha para instalação de um centro de reabilitação ortoprotésica e outros serviços.

O assunto está a ser considerado pelo MDN, estando em bom andamento. Esperamos que a situação seja resolvida de acordo com os desejos da ADFA, no decorrer de 2000.

O serviço está a ser assegurado localmente por um dirigente associativo a tempo parcial.

Para além dos contactos efectuados com os grupos de associados dispersos pelas diversas ilhas desta Região Autónoma, a Festa de Natal constituiu o acto associativo mais importante realizado em S. Miguel.

Porto

Logo a seguir à Sede, a Delegação do Porto é a maior em número de associados (cerca de 2500). O dinamismo dos seus dirigentes associativos, apoiados pela esmagadora maioria dos associados, tem como traço dominante a realização de inúmeras reuniões

descentralizadas com centenas de presenças nos seguintes locais: Santa Maria da Feira, Ovar, Peso da Régua, Chaves, Vila Real, Lixa, Amarante, Viana do Castelo, Ponte da Barca, Vila do Conde, Arouca, Cabeceiras de Basto, Penafiel, Santo Tirso e Paços de Ferreira.

O resultado deste enorme esforço de contacto com os associados concretizou-se em muitas reuniões de convívio, debates sobre legislação, envolvimento no IV Congresso e muitos outros itens de interesse nacional.

O Porto esteve presente no 25º Aniversário da ADFA em Lisboa com cerca de 700 associados.

No domínio dos serviços destacaram-se os

serviços jurídicos que funcionaram em coordenação com a Sede, as consultas de Clínica Geral, Psiquiatria e Psicologia Clínica.

No domínio desportivo salientam-se vários encontros de futebol de cinco e a inauguração de um ginásio para a prática de ginástica de manutenção.

Ainda no campo associativo destacamos o Encontro Nacional de Mulheres, o Encontro de Cegos e Amblíopes e o Encontro de Deficiência e Reabilitação no Alto Tâmega.

A acção social junto dos associados foi importante sendo inaugurada a 1ª fase de um Centro de Terapêutica Ocupacional e Tempos Livres.

O aniversário da Delegação, em Dezembro,



1.º CONGRESSO INTERNACIONAL

Instituto Defesa Nacional
Lisboa
13 a 15 de Abril

Teatro Rivoli
Porto
17 a 20 de Abril

Ficha de Inscrição

(Preencher em letra de Imprensa/Use block letters)

Nome/Name: _____

Morada/Adress: _____

Tel.: _____ Fax: _____ e-mail: _____

Instituição/Institution: _____

Função/Function: _____

Inscrição: 15 000\$00, até 11 de Abril, através de cheque endossado a **Universidade Aberta/Congresso Guerra Colonial**. Enviar ficha e cheque para Prof. Doutor Rui Teixeira, DLCP - Universidade Aberta - Palácio Ceia, Rua da Escola Politécnica, 147, 1250 Lisboa.

RELATORIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DA ADFA - 1999

ADFA - ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS BALANÇO—TIPOGRAFIA (Un.contos)

CÓDIGOS DAS CONTAS	ACTIVO	1999			1998	CÓDIGOS DAS CONTAS	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	1999	1998
		ACTIVO BRUTO	AMORTIZ. E PROVIS.	LÍQUIDO					
	IMOBILIZADO						CAPITAL PRÓPRIO		
	Imobilizações Corpóreas						Reservas		
422	Edifícios e Outras Construções					575	Subsídios		
423	Equipamento Básico	72.024	59.980	12.044	11.836				
424	Equipamento de Transporte	1.944	1.013	931	1.417				
425	Ferramentas e Utensílios					574	Reservas Livres		
426	Equipamento Administrativo	2.872	683	2.189	1.836	573	Reservas	72.360	71.249
429	Outras Imobilizações Corpóreas					59	Resultados Transitados	11.860	1.111
441/6	Imobilizações em Curso	13.940		13.940	1.045			84.220	72.360
		90.780	61.676	29.104	16.134		Resultado Líquido do Exercício	3.492	11.860
	CIRCULANTE						Total do Capital Próprio	80.728	84.220
31	Existências						PASSIVO		
36	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	2.539		2.539	2.290		PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS		
35	Produtos e Trabalhos em Curso	1.378		1.378		293			
33	Produtos Acabados e Intermediários				2.339		DÍVIDAS A TERCEIROS-CURTO PRAZO		
					0		Fornecedores-c/Corrente	15.593	27.182
		3.917		3.917	4.629	221	Estado e Outros Entes Públicos	2.288	3.521
	DÍVIDAS DE TERCEIROS CURTO PRAZO					268	Outros Credores	9.803	20
211	Clientes-c/Corrente	50.720	6.658	44.062	55.308				
24	Estado e Outros Entes Públicos								
								27.684	30.723
268	Outros Devedores	20.214		20.214	7.246		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
		70.934	6.658	64.276	62.554	273	Acréscimos de Custos	4.298	3.560
							Total do Passivo	31.982	34.283
12+13+14	Depósitos Bancários	15.093		15.093	34.676				
11	Caixa	320		320	510				
		15.413		15.413	35.186				
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS								
272	Custos Diferidos								
	Total do Activo	181.044	68.334	112.710	118.503		Total do Capital Próprio e do Passivo	118.503	118.503

ADFA - ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA (Un. contos) TIPOGRAFIA

CÓDIGOS DAS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	1999	1998	CÓDIGOS DAS CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	1998	1997
61	Custo das Mercadorias Vendidas	35.350	39.611	71	Vendas de Mercadorias		
				72	Prestação de Serviços	110.900	150.200
		35.350	39.611		Varição da Produção	(961)	
62	Fornecimentos e Serviços Externos	25.454	42.336			109.939	150.200
	Custos com o Pessoal						
642	Remunerações	28.431	27.421	73	Proveitos Suplementares		
645	Encargos Sociais	4.671	4.506	74	Subsídios à Exploração		
				76	Outros Proveitos Operacionais		
		58.556	74.263				
66	Amortizações do Imobilizado Corpóreo	6.149	5.403				
67	Provisões	0	4.131				0
		6.149	9.534				
				78	Proveitos e Ganhos Financeiros		
63	Impostos	0	5		Outros Juros e Proveitos Similares	895	1.573
65	Outros Custos Operacionais	16.000	15.000			895	1.573
		16.000	15.005	79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	1.814	1
68	Custos Financeiros						
	Juros e Custos Similares	85	138				
		85	138				
69	Custos e Perdas Extraordinárias	0	1.363				
88	Resultado Líquido do Exercício	3.492	11.860				
	TOTAL DO DÉBITO	112.648	151.774		TOTAL DO CRÉDITO	112.648	151.774

constituiu o ponto alto de toda uma série de iniciativas externas e internas de contacto com a autarquia, serviços do Norte e Autoridade Militar da Região Militar Norte.

Torna-se no entanto necessário resolver a questão pendente dos terrenos a Norte das actuais instalações da ADFA que já são propriedade da Associação.

A Direcção Nacional está empenhada neste problema que requer tacto e prudência, por envolver duas entidades do Estado diferentes.

Na área administrativa e do contencioso, o trabalho prossegue muitas situações resolvidas e outras, infelizmente em fase de recurso ou litígio jurídico.

Setúbal

Esta Delegação efectuou dois importantes encon-

tros associativos a nível nacional, ou seja o Concurso de Pesca em Maio e a tradicional sardinhada que reuniu associados de todo o país.

Prosseguiu o apoio aos associados da região e as prestações de serviços técnico-administrativos.

Viseu

Para finalizar a nossa Delegação de Viseu que conseguiu transformar-se num polo dinamizador e respeitado da problemática da deficiência a nível regional, mercê do trabalho dos seus dirigentes associativos e associados em geral.

Para além da participação nas comemorações do 25º aniversário com cerca de 250 associados, Viseu realizou inúmeros convívios e reuniões descentralizadas, com especial realce para as cerimónias do 25º aniversário da Delegação.

Neste convívio estiveram presentes mais de 300 associados que se concentraram no RI 14, onde decorrem as cerimónias alusivas ao acto, seguidas de almoço/convívio.

Sob o ponto de vista cultural e da problemática da deficiência, realizaram-se várias exposições, colóquios e palestras nas Escolas da região.

Viseu mantém activa uma equipa de futebol de 5 (classe veteranos) que concorre em torneios da ADFA e noutros encontros desportivos locais.

A actividade de apoio aos associados prossegue, por vezes com apoio domiciliário e no tratamento das diversas situações em contencioso legal.

Os dirigentes associativos locais estiveram sempre presentes em todas as reuniões de trabalho efectuadas a nível nacional e prepararam um encontro regional da Delegação da ADFA. •

Tipografia

(Und. contos)

Indicadores de Gestão

Prestação de Serviço	110.900
Vendas de Mercadorias e Produtos	0
Resultados Líquidos	-3.492
Cash-Flow	2.657
Capital Social	0
Activo Total Líquido	112.710
Capitais Permanentes	80.728
Fundo de Maneio (Sentido Lato)	51.624
Número de Trabalhadores	15
Vendas por Trabalhadores	0
Volume Negócios por Trabalhador	7.393

Análise Económica

Rentabilidade Financeira	-4,33%
Rentabilidade Económica	-3,02%
Rentabilidade das Vendas	-3,15%
Rotação do Activo Total	0,98
Rotação do Activo Fixo	3,81
Rotação do Activo Circulante	1,33
Prazo Médio de Cobrança (Meses)	5
Prazo Médio de Pagamento (Meses)	3
Rotação de Existências	9

Análise Financeira

Grau de Autonomia	71,62%
Grau de Dependência	28,38%
Solvabilidade	2,52
Líquidez Imediata	0,48
Líquidez (Tesouraria)	2,49
Líquidez Geral	2,61
Cash-Flow/Vendas	
Cash-Flow/Volume de Negócios	2,40%

Outros

Valor Acrescentado Bruto VAB por Trabalhador	49.135 3.276
--	-----------------

A ADFA hoje, que futuro?

Conhecidos todos os delegados ao IV Congresso, os que ali terão assento, por inerência, e os que a ele acedem, por eleição, em representação das suas respectivas Delegações (lista divulgada neste ELO), finalizou a segunda fase de preparação do nosso IV Congresso.

Na sua reunião de 11 de Março, o Conselho Nacional deliberou, a nosso ver em boa hora, a presença, como delegado àquele encontro associativo, do presidente da Direcção do Núcleo da ADFA, em Moçambique: uma participação, seguramente de elevado nível, na apresentação dos temas que focam as graves dificuldades de assistência de saúde e ajudas técnicas, e a não reparação moral e económica, de que são alvo os ex-militares, deficientes ao serviço das nossas Forças Armadas e que, nos actuais Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, mantêm residência e nacionalidade.

Neste momento final de preparação para o Congresso, em que a Comissão de Redacção elaborou as sínteses das 26 teses apresentadas (publicadas nesta edição em local próprio), os congressistas estão em fase de estudo dos

trabalhos propostos, no intuito de que a sua participação e intervenção constituam uma mais-valia para a definição dos grandes rumos, pelos quais a ADFA se deverá nortear no futuro.

A avaliação da situação presente da ADFA, com maior ou menor intensidade e perspectiva, é preocupação que perpassa todas as teses dadas a debate, nalguns casos com realísticas visões daquilo que somos hoje.

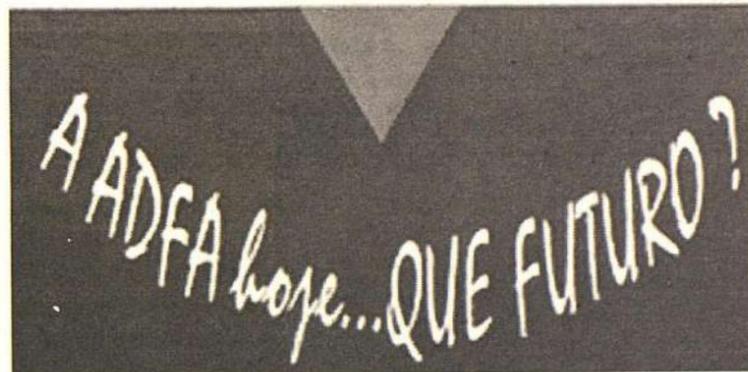
Conscientes das certezas actuais, com que futuro nos vamos deparar?

É isso que o IV Congresso nos deverá indicar! Se, de um debate preparado e votações conscientes, nos surgir um rol de credíveis e dignas linhas de orientação para o nosso amanhã, restar-nos-á fazer desta "Casa" o que pretendemos, a nível interno, e dotá-la no futuro de elencos dirigentes capazes de, no âmbito externo, levar a porto seguro a grande barca da nossa esperança: a Associação dos Deficientes das Forças Armadas! •

A Comissão Organizadora do IV Congresso



IV CONGRESSO



Assembleia Geral Eleitoral Extraordinária Eleitos delegados ao IV Congresso

FOTO: FARINHO LOPES



Foram 907 os associados que participaram activamente na Assembleia Geral Eleitoral Extraordinária, realizada em todas as delegações e núcleos, no passado dia 18 de Março, para eleição dos associados delegados ao IV Congresso Nacional da ADFA.

Para o Congresso que vai realizar-se de 14 a 16 de Abril próximo, os associados votaram as listas de can-

didatos apresentadas em cada Delegação e pela Sede, tendo sido votadas apenas listas únicas.

A Delegação com maior afluência às mesas de voto foi a do Porto, que contou com nove mesas de voto, espalhadas pelos núcleos dependentes daquela Delegação. Foram 366 os votantes, sendo apurados 362 votos válidos, dois votos brancos e dois votos nulos.

Em Lisboa, na área da Sede, votaram 120 associados, nos três núcleos e no edifício da Sede, onde estiveram colocadas as urnas. Do total de votantes, foram 116 os votos válidos e quatro os votos brancos.

A Delegação de Coimbra registou 85 votos válidos e em Viseu foram 78 os votantes que também disseram "sim" à lista apresentada.

Em Vila Nova de Famalicão, na sede da Delegação e nos dois núcleos que dela dependem, votaram 52 associados, dois dos quais votaram em branco.

A mesa de voto da Delegação do Funchal apurou 48 votos válidos, enquanto que a votação em Castelo Branco se saldou com 43 votos válidos e um voto branco.

Os 32 associados votantes de Bragança também aprovaram, sem votos brancos ou nulos, a lista apresentada na Delegação, como aconteceu nas delegações de Setúbal, com 26 votantes, Faro, com 22 associados que votaram, Ponta Delgada, com 21 votantes e Évora, com 13 associados que exerceram o seu direito de voto.

Do total de 907 associados que votaram, 896 validaram o seu voto, nove votaram em branco e dois viram o seu voto anulado.

Ficaram assim aprovadas as listas dos delegados ao IV Congresso Nacional da ADFA apresentadas nas delegações e na Sede. •

R.V.

Destaques do Regulamento

Termina o destaque de partes do Regulamento do IV Congresso, já que, com a sua próxima realização, se extingue a respectiva divulgação, que se fez completa, a partir das últimas edições do "Elo".

Os excertos, que seguidamente se transcrevem, depois da parte difundida nas edições anteriores, correspondem essencialmente aos artigos que regulamentam a concretização do Congresso, propriamente dito, e sua fase posterior.

O Conselho Nacional, assumindo-se como garante da unidade e coesão da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, e querendo que se mantenha a necessária dinâmica, com vista à realização dos objectivos primordiais previstos estatutariamente, delibera, na sua reunião de 28 de Março de 1998, promover, em cumprimento da alínea l) do Art.º 36.º dos Estatutos, a realização do IV Congresso Nacional, o qual se regerá pelo seguinte regulamento:

III - Preparação

Art.º 7.º

Na fase de preparação, os Órgãos Sociais Nacionais e Locais devem apoiar a Comissão Organizadora do IV Congresso e as Comissões

de Delegação, colocando todos os meios disponíveis ao seu alcance, para a realização das tarefas que lhes estão cometidas.

IV - Realização

Art.º 12.º

O IV Congresso efectuar-se-á em Lisboa, nos dias 14, 15 e 16 de Abril de 2000.

Art.º 13.º

Após a sessão solene de abertura, e sob a presidência da MAGN, os delegados procederão à eleição do Secretariado, que dirigirá os trabalhos do Congresso.

Art.º 14.º

O Secretariado será composto por um presidente e dois Secretários, eleitos por voto nominal dos delegados, em escrutínio directo e secreto.

Art.º 15.º

São competências do Secretariado do Congresso:

- Dirigir e orientar os trabalhos;
- Planificar a discussão e votação dos temas;
- Nomear uma Comissão de Redacção;
- Presidir à sessão de encerramento, que divulgará as conclusões do Congresso;
- Elaborar um relatório a apresentar à Comissão Organizadora do IV Congresso.

Art.º 16.º

Em cada dia, os trabalhos iniciar-se-ão às 09.00 horas, terminando pelas 19.00 horas, com intervalo para almoço das 13.00 às 14.30 horas, podendo por decisão do Secretariado, continuar após o jantar.

Art.º 17.º

O Secretariado do Congresso poderá alterar o horário estipulado no artigo anterior, desde que a maioria dos delegados o acorde ou qualquer eventualidade o justifique.

Art.º 18.º

A Comissão de Redacção, referida na alínea c) do art.º 15.º, será composta por três elementos, cabendo-lhe compilar todos os documentos e elaborar as conclusões finais.

Art.º 19.º

O relatório a que alude a alínea e) do art.º 15.º, será apresentado no prazo máximo de quinze dias, acompanhado de toda a documentação inerente, e dele deverão constar explicitamente:

- Intervenção dos Delegados;
- Votação dos Temas;
- Temas aprovados;
- Conclusões.

V - Participação

Art.º 20.º

O IV Congresso será constituído:

- Pelos membros do Conselho Nacional;
- Por delegados eleitos em Assembleia Geral Nacional Eleitoral, de harmonia com o Regulamento Eleitoral da ADFA.

Art.º 21.º

A aprovação dos temas será feita por maioria absoluta dos participantes.

Art.º 27.º

Os associados que apresentarem temas para o Congresso e não forem eleitos, poderão intervir no mesmo para os defender.

Art.º 28.º

Poderão ser convidados a assistir como observadores, representantes de associações congéneras nacionais e internacionais, organismos públicos ligados à reabilitação, representantes das Forças Armadas, representantes das federações patronais e sindicais e órgãos de comunicação social.

VI - Meios Financeiros

Art.º 33.º

A Comissão Organizadora do IV Congresso efectuará a contabilização geral das despesas, fazendo a sua apresentação em Conselho Nacional, acompanhada de relatório e de toda a documentação inerente, logo que aquele reúna.

VII - Disposições Finais

Art.º 34.º

A Comissão Organizadora, conjuntamente com os Órgãos Sociais Nacionais e Locais, fará a divulgação imediata das conclusões do IV Congresso.

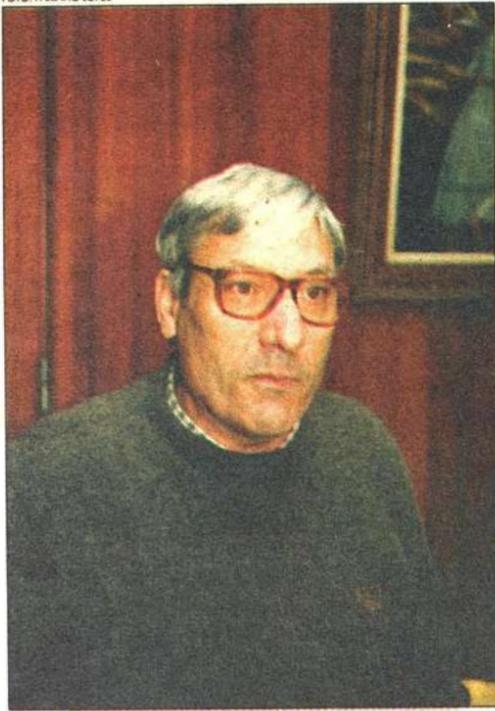
Art.º 36.º

Competirá à Comissão Organizadora do IV Congresso o esclarecimento de todas as omissões ou dúvidas suscitadas pelo presente Regulamento, em observância dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral da ADFA. •

Ex-combatentes falam da sua Guerra Colonial

Cobertos com a bandeira nacional

FOTO: FARINHO LOPES



Eugénio Coutinho

Víctor Manuel Severino e Eugénio Oliveira Coutinho encontraram-se pela primeira vez em Caldas da Rainha, no Regimento de Infantaria 5, onde foram incorporados. Depois de completarem a recruta e a especialidade de atirador ambos foram transferidos para o Regimento de Artilharia Pesada 2, em Vila Nova de Gaia.

Estes dois homens, hoje candidatos a associados da ADFA, contaram ao ELO as suas desventuras por terras de África, numa guerra que a princípio não compreendiam.

Chegados a Angola, em Setembro de 1965, integrados na Companhia de Artilharia 1411, foram colocados na perigosa zona de combate de Vista Alegre, no Norte do território.

"Nunca chegámos a perceber porque fomos integrados numa unidade de Artilharia, se a nossa especialidade era de atiradores", refere Eugénio Coutinho, aludindo a algum desajuste de funções no terreno.

Durante 14 meses sofreram vários ataques, mas nenhum foi tão "violento e marcante como o de nove de Dezembro de 66, em que ficámos mais ou menos 30 minutos debaixo de fogo", compara Víctor Severino. Os seus olhos marejam-se de lágrimas quando volta a experimentar a recordação atroz do palco de guerra onde foi vítima.

Com mais contenção nas emoções, Eugénio Coutinho lembra que "foi só o tempo de nos atirmos para o chão, pois a chuva de balas era muito intensa para grandes movimentos." A coluna de transporte de mantimentos que regressava de Nóqui, ficou dispersa, partindo a terceira viatura da coluna em busca de auxílio.

Dois homens simples, soldados em Angola, sobreviveram à tragédia de um ataque violento que vitimou quase todo um pelotão. Encontraram-se com o ELO, numa manhã de recordações graves, num abraço que transmite esperança. Afinal, já vivem há mais de trinta anos com o cheiro da pólvora e com os gritos dos feridos na mente, mas não perderam os laços de guerra que os ligaram num elo tão apertado...

Rafael Vicente

Sem tréguas, foram vítimas de uma saraiada de disparos que dividiram os militares que seguiam na segunda "berliet" da coluna. Alguns, buscando protecção, abrigaram-se debaixo da viatura e "perderam a vida por causa das granadas lançadas pelo inimigo."

Aquela manhã sangrenta de Dezembro saldou-se numa carnificina para o pelotão de portugueses que se viram alvos de um fogo vindo de frente e do flanco esquerdo - de um pelotão de cerca de 20 homens, "safaram-se três ou quatro", conta Eugénio Coutinho, que assistiu ao rescaldo do ataque.

"As balas foram-se num instante (cada militar levava cinco carregadores de 20), e depois era ficar à

Coutinho, foi atingido por um estilhaço na perna esquerda, tendo perdido os sentidos. "O que me valeu, foi ter passado por morto, pois apenas me 'limparam' o equipamento, arma e cartucheira", lembra, quase abençoando o facto de ter sido atingido. "Ainda vi um deles cortar os dedos ao soldado que caiu morto em cima da viatura, foi um horror", recorda com amargura.

Eugénio só acordou com a chegada de outros militares, que "acabaram por afugentar o inimigo". "Alguns aviões sobrevoaram o sítio, mas já era tarde para mim", completa Víctor Severino.

Eugénio teve alta e voltou para Nóqui, onde cumpriu o resto da sua comissão de serviço, "com dores e dificuldades em andar", lembrando o amigo que, pensou, perdera para as balas da guerra selvagem. A partir daquela data fatídica, Eugénio sentiu o peso dos traumas físicos e

rência de imprensa, com a presença de Holden Roberto e Mobutu", salienta Víctor Severino, com a angústia da humilhação que sentiu perante os seus captores.

Na prisão perdida no meio da selva, acompanhado de outros oito prisioneiros portugueses, o soldado passou fome, sede e sentiu a morte bem perto, na incerteza constante de uma morte repentina e atroz.

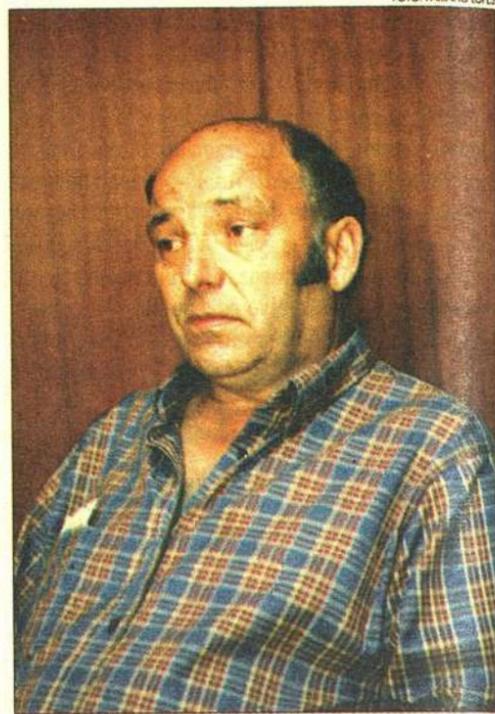
Sem condições para uma subsistência mínima, apenas recebeu comida da Cruz Vermelha Internacional que, a dada altura, alterou um pouco as refeições de mandioca e folhas cozidas com óleo de palmeira. A tarimba que partilhava com os companheiros presos, recebeu as lágrimas que verteu, enquanto pensava na "família de luto e sem esperança e na namorada que deixara na Metrópole". "Parecia que estava fora do mundo", recorda ainda.

Passaram seis anos até que Víctor Severino saísse em liberdade "condicionada". A invasão do campo pelas tropas de Mobutu, originou mais cenas de combate que, adicionadas ao que já havia presenciado, aumentaram o terror do agora ex-prisioneiro de guerra.

Passou sete meses numa prisão de Kinshasa e presenciou horrorizado, por três vezes, as torturas com choques eléctricos que sofriam os que se opunham ao regime de Mobutu. "Um inferno que permanece ainda hoje na minha mente, nos gritos e gemidos a que assisti", refere.

Depois de ter sido definitivamente posto em liberdade, em 1972, e após muitas peripécias para chegar a Portugal, sentiu que a guerra viveria consigo para o resto dos seus dias. Ao chegar ao aeroporto de Lisboa, passou pela família que não o reconheceu, de tão magro e esquelético que estava. "Não parecia eu, e o meu pai só se virou para mim quando me ouviu falar. Foi quando chorámos os anos que eles passaram de luto e eu de cativo."

Ao regressar à sua terra natal, Tagarro, Alcoentre, onde ainda hoje lhe chamam o "morto-vivo", depois



Víctor Severino

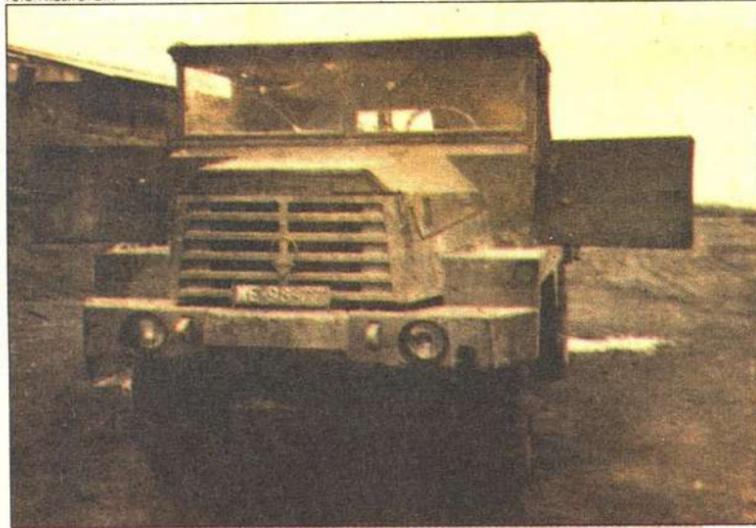
de ter estado internado alguns meses no Hospital Militar Principal, em Lisboa, Víctor Severino foi recebido em lágrimas como um herói, por uma povoação que já tinha também chorado a sua morte em combate. "Levaram-me em ombros, fizeram-me uma festa, com música e tudo, puseram-me num andor, coberto com a Bandeira Nacional, foi um momento comovente", lembrou emocionado. Depois do acolhimento foi feito um peditório, "apesar de terem dúvidas de que era eu", disse.

Víctor não voltou a contactar com a antiga namorada, não casou, mas encontrou a mulher com quem vive há 26 anos e que soube abraçar a sua angústia. "Casar ainda está nos meus planos", refere timidamente. Tem dois filhos e trabalha numa linha de montagem de automóveis na Azambuja. Foi lá que encontrou o seu amigo Eugénio Coutinho, que a princípio teve dificuldade em acreditar que era ele, regressado do cativo e das agruras da guerra prolongada pelo sofrimento e pelo medo da morte.

Eugénio já havia casado, e lembra-se de ter visto num jornal do Congo, oito dias depois do ataque, a foto de Víctor, na entrevista com Holden Roberto.

Desde que se encontraram no trabalho, mantêm convívio e Víctor Severino já recebeu em sua casa os ex-prisioneiros seus camaradas de cativo. Eugénio também tem dois filhos, já se reformou e fez-se acompanhar da mulher, quando, a convite do ELO, encontrou o amigo na Sede da ADFA, em 14 de Março. Durante o almoço, entre as anedotas e as lembranças, pairava no ar a recordação amarga da emboscada que vitimou quase um pelotão inteiro e que marcou para sempre, com terror, a vida destes dois "irmãos de guerra".

FOTO: ARQUIVO ADFA



A viatura que transportou os dois soldados até Nóqui

espera", recorda Víctor Severino, ainda hesitante em trazer do mais profundo de si as memórias daquele "banho de sangue". Escondeu-se no capim e só despertou do choque com um susto ainda maior: os guerrilheiros africanos já o tinham localizado e, sem ter tempo de apurar os sentidos, "já estava a levar uma coronhada", tendo sido levado e preso, enquanto pensava no triste desfecho daquela viagem pela picada. "Os meus camaradas, os meus amigos, estão todos mortos", pensou, aterrorizado.

Ao mesmo tempo em que Víctor Severino era levado para o mato, o seu camarada de armas, Eugénio

psicológicos, chegando a não poder assinar o seu próprio nome, "tais eram as tremuras e a falta de equilíbrio..."

Víctor, que todos pensavam morto, viveu ainda em guerra numa "prisão primitiva instalada no Congo Belga". "Era um martírio imaginar as catanas a acabarem comigo, não sabia se era no minuto seguinte...", lembra.

Num rápido regresso ao passado, os olhos fixam-se nos interlocutores e Víctor recorda os dias em que a sua vida esteve presa por um fio. "No dia seguinte à minha captura, levaram-me para Kinshasa, onde fui obrigado a intervir numa confe-

SERVIÇOS MÉDICOS E PSICOSSOCIAIS	APOIO AOS SÓCIOS	HORÁRIO
CLÍNICA GERAL médico: Dr. Fernando Brito, 2ª feira - 13H00 5ª feira - 13H15 PSIQUIATRIA médico: Dr. Monteiro Ferreira 2ª e 4ª Sem. de cada mês - 2ª feira - 16H00 UROLOGIA médico: Dr. Paulo Vale 2ª feira - 18H00 (quinzenal) GASTROENTEROLOGIA médico: Dr. Raúl Vieira dos Santos 4.ª - 9H00 (quinzenal) FISIATRIA médico: Dr. Barros Silva 4ª feira - 16H00 FISIOTERAPIA técnico: Carlos Rodrigues Todos os dias das 14H00 às 18H00	ANÁLISES CLÍNICAS 6ª feira - 9H00 às 10H00 ACUPUNCTURA especialista: Cmdt Araújo de Brito 2ª, 4ª e 5ª feira das 10H30 às 13H00 ESTOMATOLOGIA Dr. José Eduardo Simões Antunes 3ª e 5ª feira das 9H00 às 13H00 Marcação: Elizabeth Maria SERVIÇO PROTÉSICO técnico de próteses dentárias: Dr. Carlos Lopes 4ª feira - 9H00 PSICOLOGIA CLÍNICA E STRESS DE GUERRA Drª Teresa Infante Todos os dias Marcação: com a própria	Expediente 10h00 às 17h30 Intervalo de Almoço 12h30 às 14h00 Serviço de Almoço Segunda a Sexta, das 12h30 às 14h30 Serviço de Bar Segunda a Sexta, das 9h00 às 19h00 TELEFONES 21 751 2600 / 21 751 2601 21 751 2602 / 21 751 2603 21 751 2604 / 21 751 2605 21 751 2606 / 21 751 2607 21 751 2608 / 21 751 2609 FAX GOS: 21 751 2610 DAF: 21 751 2669
	GABINETE JURÍDICO Dra. Helena Afonso 4ª feira das 14H30 às 18H00 Dra. Inês Soares Castro 3ª e 5ª feira das 14H30 às 18H00 Marcação: Secretária / Atendimento Maria Eugénia - extensão 234 SECRETARIA/ATENDIMENTO (Ver Horário e Telefones)	
	SERVIÇO SOCIAL Drª. Ana Pereira 2ª e 4ª feira até às 17H00 Marcação: com a própria	

VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS

Nota de Redacção: por lapso, na última edição do ELO, o preço de venda ao público da viatura Passat 1.9 TDF, 115 Cv, Trendine foi incorrectamente registado. Assim o preço correcto é de 6.514.359\$00. Pelo sucedido apresentamos as nossas desculpas.

VOLKSWAGEN E AUDI			LANCIA			RENAULT			SUZUKI			MAZDA		
MODELO	P.BASE	P.V.P.	MODELO	P.BASE	P.V.P.	MODELO	P.BASE	P.V.P.	MODELO	P.BASE	P.V.P.	MODELO	P.BASE	P.V.P.
Lupo			Y 1.1 Elefantino 3p	1.397.721.00	2.037.000.00	Twingo Pack	1.411.613.00	2.096.230.00	Alto 1.0 MPI 3p	1.026.265.00	1.522.000.00	DEMIO 1.3 GLX	1.811.447.00	2.715.000.00
1.0 Concept	1.486.042.00	2.062.886.00	Y 1.2 cx. Autom. 1S	1.832.575.00	2.641.000.00	Twingo Easy	1.526.998.00	2.231.230.00	Alto 1.0 MPI 5p	1.090.367.00	1.597.000.00	DEMIO 1.3 GLX +	2.131.960.00	3.090.000.00
1.0 Concept AC	1.747.689.00	2.369.013.00	Y 1.2 16V 1S 3p	1.638.558.00	2.421.000.00	Clio			Swift 1.0 GLS 3p	1.351.051.00	1.902.000.00	323 GLX 1.3	2.131.960.00	3.090.000.00
1.4 3P Highline	1.956.023.00	3.060.761.00	Delta HPE 1.6 16V	2.381.646.00	3.897.000.00	RN 1.2 3p	1.535.545.00	2.241.230.00	Swift 1.0 GLS 5p +DA	1.432.248.00	1.997.000.00	323 GT 1.3	2.418.284.00	3.425.000.00
1.4 3P Highline Aut.	2.174.453.00	3.316.324.00	Dedra TDS	2.894.309.00	5.126.285.00	RN 1.2 5p	1.600.502.00	2.317.230.00	Baleno GS 1.3 3p	1.757.344.00	2.662.000.00	323 GLX 1.5	2.162.101.00	3.440.000.00
1.4 TDI Concept	1.908.249.00	3.062.748.00	Dedra TDS SW	3.002.514.00	5.252.885.00	RX 1.4 16 v 3p	1.775.676.00	2.854.230.00	Baleno GS 1.3 4p	2.265.891.00	3.257.000.00	323 GT 1.5	2.162.101.00	3.440.000.00
Polo			Libra 1.6	3.495.321.00	5.199.999.00	RN 1.9 5p	1.853.454.00	2.945.230.00	Baleno 1.9 TD GLX 4p	2.045.417.00	4.097.000.00	323 GT 2.0	2.563.810.00	3.910.000.00
1.0 Confortline	1.599.727.00	2.209.123.00	Libra 1.9 JTD LX	3.456.773.00	5.750.000.00	RX 1.9 DTI AC	1.527.613.00	3.432.230.00	Baleno 1.9 TD Wagon GLX	2.387.298.00	4.497.000.00	323 GT 2.0 DiTD	2.589.956.00	4.845.000.00
1.0 5P Confortline	1.664.084.00	2.284.421.00				RX 1.9 DTI AC cx. Aut.	1.731.032.00	3.670.230.00	Samurai 1.9 TD	1.755.281.00	2.445.000.00	Primacy 1.8	2.637.642.00	4.615.000.00
1.0 5P AC Confortline	1.925.309.00	2.590.054.00				Megane			Samurai 1.9 JTD	2.567.227.00	3.395.001.00	Primacy 2.0 DiTD	2.957.477.00	5.275.000.00
1.0 5P TA Confortline	1.865.124.00	2.519.637.00				RN 1.4 5P	1.988.900.00	3.109.230.00	Vitara 1.9 JTD	2.567.227.00	3.395.001.00	626 1.8i SDN GLX	2.476.959.00	4.427.000.00
1.4 5P Confortline	1.852.859.00	2.951.759.00				RTE 1.4 16 V AC	2.305.139.00	3.479.230.00	Vitara 1.9 JTD	2.567.227.00	3.395.001.00	626 1.8i SW LX	2.699.181.00	4.687.000.00
1.4 AC 5P Highline	2.147.591.00	3.296.596.00				RX 1.9 DTI AC	2.738.273.00	4.854.230.00	Vitara 1.9 JTD	2.567.227.00	3.395.001.00	626 2.0i SDN GLX	3.009.325.00	5.323.000.00
1.4 5P Automático	2.130.571.00	3.276.682.00				RX 1.9 DTI AC cx. Aut.	2.934.854.00	5.084.230.00	Grande Vitara 2.0 TDI 5p	3.393.098.00	4.395.001.00	626 2.0i SW GLX	3.368.299.00	5.743.000.00
1.4 TDI 5P Confortline	2.213.592.00	3.431.699.00				Megane/Carrinha (Break)						626 2.0i SDN GLX	3.359.186.00	5.745.000.00
1.4 TDI 5P AC Confortline	2.365.320.00	3.609.221.00				RTE 1.4 16 v	2.278.644.00	3.448.230.00				626 2.0i SW GLX	3.372.862.00	5.995.000.00
Polo 3 Volumes						RX 1.9 DTI	2.711.777.00	4.823.230.00						
1.4 Confortline	1.826.433.00	2.920.841.00				RX 1.9 DTI AC cx. Aut.	3.045.111.00	5.213.230.00						
1.9 SDI Confortline	2.174.649.00	4.243.517.00				Megane Classic								
1.9 TDI AC Confortline	2.354.447.00	4.453.880.00				RN 1.4	2.159.840.00	3.309.230.00						
1.9 TDI Trendline AC	2.732.377.00	4.896.058.00				RX 1.9 DTI AC	2.781.008.00	4.904.230.00						
1.4 Variant	1.840.847.00	2.937.705.00				RX 1.9 DTI AC cx. Aut.	2.977.589.00	5.134.230.00						
1.9 SDI Variant	2.188.936.00	4.260.232.00				Megane Scenic								
1.9 TDI AC Trendline	2.746.791.00	4.912.923.00				RTE 1.4 16 v	2.424.797.00	3.619.230.00						
Golf						RX 1.9 DTI AC	3.028.871.00	5.194.230.00						
1.4 Conceptline 5p	2.253.452.00	3.426.303.00				RX 1.9 DTI AC cx. Aut.	3.225.403.00	5.424.230.00						
1.4 Conceptline 3p	2.191.224.00	3.353.262.00				Laguna								
1.9 TDI "25 Anos" 5p	2.933.401.00	5.137.106.00				RX 1.6	2.808.358.00	4.444.230.00						
1.9 TDI "25 Anos" Aut.	3.136.154.00	5.374.327.00				RX 1.9 DTI	2.994.683.00	5.154.230.00						
1.9 TDI Highline Autom.	3.625.941.00	5.947.378.00				RXT Break 1.9 DTI (5 lug.)	3.302.376.00	5.514.230.00						
Golf Variant						RXT Break 1.9 DTI (7 lug.)	3.387.846.00	5.614.230.00						
1.4 Conceptline	2.372.750.00	3.565.882.00				Kangoo								
1.9 TDI 90 cv	2.815.320.00	4.998.952.00				1.2	1.793.482.00	2.552.230.00						
1.9 TDI 90 cv Autom.	3.018.074.00	5.236.174.00				RTE 1.9 D 55	1.926.576.00	3.908.230.00						
1.9 TDI 115 cv	3.712.174.00	6.048.271.00				Kangoo Express								
Bora						FGTE RL 1.2	1.572.583.00	1.988.230.00						
1.9 TDI Highline	3.756.584.00	6.100.231.00				FGTE RL 1.9 D 55	1.664.035.00	2.336.230.00						
1.9 TDI EC Highline	3.993.376.00	6.377.276.00				OPEL								
Beetle						Corso								
1.9 TDI 90 cv	3.200.233.00	5.449.300.00				Eco 1.0 3p	1.488.305.00	2.083.600.00						
1.9 TDI 90 cv Autom.	3.398.383.00	5.681.135.00				Eco 1.0 5p	1.548.134.00	2.153.600.00						
Passat														
1.6 Confortline	3.404.629.00	5.149.838.00												
1.9 TDI 115 cv Confortline	3.647.594.00	5.978.562.00												
1.9 TDI 115 cv Trendine	4.105.540.00	6.514.359.00												
1.9 TDI 115 cv Tiptronic	3.987.149.00	6.375.841.00												
1.9 TDI 115 cv Tiptronic	4.445.093.00	6.911.636.00												
Passat Variant														
1.6 Confortline	3.639.003.00	5.424.056.00												
1.9 TDI 115 cv	3.878.996.00	6.249.302.00												
1.9 TDI 115 cv Tiptronic	4.218.417.00	6.646.425.00												
1.9 TDI 115 cv Tiptronic	4.676.362.00	7.182.220.00												
Audi A3														
Att. 1.6 3P	3.201.747.00	4.950.491.00												
Att. 1.6 5P	3.304.311.00	5.070.491.00												

A ADFACAR dispõe de informações na venda de viaturas (fornecidas com isenção ou não) acima mencionadas, sendo extensivo a outras marcas não referidas como: Mercedes; Mitsubishi; BMW; Peugeot; e Ford. Estas informações/vendas são tratadas através de ALBERTO PINTO, nas horas de expediente, das 9h00 às 13h00 pelos telefones 21 757 0502, 21 757 0422, 21 757 0583 e das 20h00 às 22h00 pelo telefone 21 859 5016 ou 91 726 6153

Inauguramos nesta edição as rubricas mensais "A advogada responde" e "A palavra ao jurista", que se pretende venham a enriquecer o ELO com textos técnicos mas acessíveis. No caso da segunda rubrica, é desejo do ELO dar a palavra a um jurista diferente em cada número, mas tendo como pano de fundo os temas relacionados com a ADFA.

A palavra ao jurista

Direito à informação

No art.º 268º, nº1 e 2, da Constituição da República Portuguesa dispõe-se que "Os cidadãos têm o direito de ser informados pela Administração, sempre que o requeiram", sobre o andamento dos seus processos, bem como "têm também o direito de acesso aos arquivos e registos administrativos".

A Administração Pública tem assim o dever jurídico de actuar no respeito pelos princípios da transparência, da igualdade, da justiça, da imparcialidade e da boa-fé sempre que se relacione com os particulares, nomeadamente, quando estes lhe solicitam, pelos meios legalmente previstos, quaisquer informações. O direito à informação aparece como um corolário dos princípios atrás referidos, os quais regulam toda a actuação da Administração. No entanto, para que esta tenha o dever de informar, necessário se torna que a informação seja requerida ou pela pessoa directamente interessada no procedimento ou por quaisquer pessoas, desde que provem ter um interesse legítimo no conhecimento dos elementos pretendidos.

No âmbito dos processos dos nossos associados e sempre que estes solicitem informações sobre o andamento dos mesmos ou passagem de certidões deverão fazê-lo através de um requerimento, salvo nos casos em que a lei admita pedidos verbais. Na pretensão deverá sempre constar a designação do órgão administrativo a que se dirige, a identificação do requerente, nome, estado, profissão e residência, assim como o pedido, o qual deve ser formulado em termos claros e precisos. Nos casos em que a lei admita os pedidos verbais, o requerente deve exhibir o seu bilhete de identidade ou, em alternativa, caso pertença aos quadros permanentes de qual-

quer ramo das Forças Armadas, o cartão de identificação militar.

O interessado deve ainda fazer-se acompanhar por documento que comprove a sua situação militar, nomeadamente a caderneta militar. No caso de ser necessário fazer prova da residência deve também ser portador do cartão de eleitor que substituirá o atestado de residência.

No exercício do direito à informação, o associado pode não só intervir pessoalmente no processo como ainda fazer-se representar ou assistir por advogado ou solicitador, legalmente mandatado para o efeito.

Nos processos em que intervenham os herdeiros do interessado, designadamente, naqueles que se destinem à atribuição de uma pensão de preço de sangue, é igualmente necessário fazer prova da qualidade de sucessor, podendo também estes fazer-se representar ou assistir, nos termos atrás referidos. Ao direito de informação que assiste aos particulares, corresponde por parte da Administração um dever legal de decidir pelo que esta terá, em regra, que se pronunciar, mesmo que negativamente, sobre o pedido. Contra a recusa da prestação de informação por parte da Administração, pode o particular reagir através do chamado processo de intimação para consulta de documento ou passagem de certidão. O acesso aos documentos da administração sofre no entanto algumas restrições, decorrentes da natureza e conteúdo dos próprios documentos. Com efeito, a lei distingue duas categorias de documentos: os chamados documentos administrativos de carácter não nominativo e os documentos de carácter nominativo, que contêm dados pesso-

ais. Quanto aos primeiros a lei determina que "todos têm direito à informação mediante o acesso a documentos administrativos de carácter não nominativo."

No que respeita aos processos dos nossos associados, poder-se-ão referir a título exemplificativo, as ordens de serviço, os relatórios de acção, a história das unidades, os depoimentos, etc.. Há que referir no entanto que alguns destes documentos, só poderão ser consultados ou reproduzidos, após a sua desclassificação ou o decurso do prazo de validade do acto que os classificou. Relativamente à segunda categoria de documentos, os nominativos, o direito ao seu acesso encontra-se reservado às pessoas a que digam respeito, e a terceiros, desde que estes demonstrem ter interesse directo e pessoal. Dentro desta categoria de documentos, a Administração distingue as chamadas informações médicas, para as quais entende seguir um regime especial de acesso, posto que faz depender a sua consulta da designação por parte do interessado de um médico a quem é remetida a informação. Neste tipo de documentos destacam-se os relatórios médicos.

O acesso aos documentos administrativos sejam eles de carácter nominativo ou não devem ser solicitados por escrito nos termos já atrás expostos, devendo a administração decidir do pedido de acesso no prazo de dez dias.

O particular dispõe da possibilidade de reclamar das decisões para a Comissão de Acesso aos Documentos da Administração (CADA). Da decisão final da entidade que recuse o acesso cabe sempre recurso contencioso.

* Advogado

não se pode dizer que tivesse sido feito um esforço para integrar as praças no serviço activo; ao contrário, as condições oferecidas aos oficiais e sargentos, do QP ou QC, eram bem mais convidativas. Há nisto tanto de pragmatismo como de uma forma de corresponder às exigências das classes com maior capacidade reivindicativa, e que constituíam uma escassa minoria, logo menos onerosa.

Foram oferecidas ocasiões de opção pelo serviço activo em todos os diplomas que foram sendo publicados, alguns mesmo com efeitos retroactivos. O DL 210/73 era aplicável aos militares tornados inválidos a partir de 1/1/61, englobando os abrangidos pelo DL 44.995; o DL 43/76 mantinha expressamente os artigos 1º e 7º do DL 210/73, e admitia os militares que viessem a ser reconhecidos DFA após revisão de processo.

Veio o Tribunal Constitucional, pelo seu acórdão nº 563/96 declarar a inconstitucionalidade da norma constante na alínea a) do nº 7 da Portaria 162/76, ou seja não ser reconhecido o direito de optar pelo ingresso no serviço activo àqueles que já tinham podido usufruir desse direito de opção. Consequentemente, foi publicado o Decreto-lei nº 134/97 que diz que os militares dos quadros permanentes, DFA, com incapacidade igual ou superior a 30%, que não optaram pelo serviço activo, são promovidos ao posto a que teriam ascendido, com direito à pensão de reforma correspondente, sem retroactivos. Com este diploma, pretendeu resolver de uma penada esta questão, pela solução global: todos os militares do QP na situação de reforma extraordinária... E agora pergunta-se: e os que estiveram ao serviço e saíram porque as promoções por escolha lhes pareciam - e estavam - vedadas? Ou que simplesmente ficaram pelo caminho? Que valor foi atribuído a quem - diria agora que estupidamente - decidiu optar por uma carreira tanto quanto possível normal?

De boas intenções está o Inferno cheio. E não há como o rabo de fora para ver onde está o gato.

Nuno Santa Clara

A advogada responde

Juntas de revisão

"Quando cumpria a minha comissão de serviço em Angola, em 1964, sofri um acidente em serviço quando o hunimog em que seguia capotou, e sofro actualmente de graves problemas na coluna e no joelho direito. Depois de ter ido à junta médica da Caixa, que disse que o meu acidente não tinha sido em serviço, pedi nova junta médica, e recebi uma carta, a dizer que foi indeferido o pedido de nova junta por falta de fundamento. Penso que esta decisão não é legal."

O Estatuto da Aposentação, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei 241/98, de 07AGO, no seu artigo 119º, nº 4, veio permitir que o ex-militar, que não se conforme com a decisão da primeira junta médica da Caixa à qual foi presente, e que é constituída por dois médicos indicados pela Caixa e um médico militar, requeira, no prazo de 90 dias, após ser notificado da decisão da primeira junta, uma junta médica de revisão.

No entanto, é necessário levar em conta, que esta junta médica de revisão, embora seja constituída por médicos diferentes daqueles que estiveram presentes na primeira junta, tem a mesma composição da primeira, e vai analisar os mesmos elementos clínicos que aquela analisou.

Por este motivo, compreende-se que muito facilmente, a junta médica de revisão vá chegar às mesmas conclusões a que chegou a primeira junta médica.

E o que em regra acontece. As juntas médicas de revisão da Caixa limitam-se a confirmar as decisões das juntas anteriores, razão pela qual a Caixa, por uma questão de economia de tempo e de meios, vem desde há algum tempo a indeferir os pedidos de juntas médicas de revisão, quando entende que os mesmos não têm fundamentação suficiente, isto é, quando a junta médica de revisão irá provavelmente confirmar a decisão da junta anterior, por faltarem elementos médicos suficientes para obrigar à reapreciação daquela.

Para que a junta médica de revisão possa pôr em causa, alterar a decisão da primeira junta médica, não basta juntar um atestado médico, que ateste que o ex-militar sofre de uma doença e que a mesma tem relação com o serviço militar ou alegar que não se concorda com a decisão da junta anterior.

Os elementos clínicos a juntar ao pedido de junta médica de revisão, têm de apresentar factos novos ou exames e diagnósticos que tenham força suficiente para contrariar a decisão da primeira junta médica.

O ex-militar pode também fundamentar o seu pedido de junta de revisão, se a conclusão da primeira junta não estiver devidamente fundamentada, omitir factos ou contrariar de forma clara os elementos clínicos existentes no processo.

Além disso, nos termos dos artigos 96º e 97º do Código de Procedimento Administrativo o interessado pode indicar médicos da sua confiança para integrarem a própria junta de revisão.

Inês Soares Castro

As boas intenções

Um pelotão tinha cerca de trinta homens: um oficial, três sargentos, e o resto praças. Quer isto dizer que, muito naturalmente, as baixas seguiam esta proporção e de facto assim aconteceu: 92% dos DFA são praças.

Posto isto, façamos um pouco de história.

Dois anos após o início da guerra em Angola, em 1963, pelo Decreto-lei nº 44.995 era permitida a continuação ao serviço activo dos militares dos Quadros Permanentes (QP) feridos em combate e que dispusessem de validade suficiente para continuar a desempenhar de forma útil as suas funções.

Pelo Decreto-lei nº 210/73 os militares dos QP deficientes em campanha, poderiam continuar ao serviço ou optar pela passagem à reforma extraordinária, como também os militares do Quadro de Complemento (QC), com posto igual ou superior a 1º cabo miliciano do Exército, marinheiro, ou 1º cabo da Força Aérea; destes, os que se mantivessem ao serviço teriam ingresso nos QP. Não eram postas limitações aos oficiais e sargentos; às praças era apenas reconhecido o direito à reabilitação e prioridade no provimento de vagas no pessoal civil dos estabelecimentos fabris militares.

Mais era dito que os militares que já se encontrassem na situação de reforma extraordinária ou pensão de invalidez podiam voltar ao activo se o requeressem no prazo de um ano.

O Decreto-lei nº 43/76 reafirmava este direito de opção por parte do pessoal dos QP ou QC, se bem que introduzindo alguns factores limitativos: o grau de incapacidade mínimo para a qualificação de DFA era de 30%; e a continuação ao serviço dependia da sua "capacidade geral de ganho restante". A declaração de opção deveria ser imediata, ou seja perante a Junta de Saúde do ramo. O exercício do direito de opção era definitivo para o pessoal de QP. Os DFA dos QP

ou QC, a partir de soldado recruta inclusive, poderiam optar pela continuação ao serviço ou pela reforma, ou pensão de invalidez.

Explicitava-se que o diploma era aplicável aos militares do activo que haviam sido contemplados pelos decretos-lei nº 44-995 e nº 210/73 e que viessem a ser qualificados DFA. Era expressamente revogado o Decreto-lei 210/73, com excepção dos seus artigos 1º e 7º, ou seja os que definiam quem podia continuar ao serviço e como podia optar por isso.

A Portaria nº 162/73 destinava-se a regulamentar o DL 43/76; nela se explicitava o conceito de revisão de processo (que não era concedido aos militares no activo), e remetia para a doutrina do DL 210/73 a aplicação do direito de opção aos casos de revisão de processo, entendendo-se, nos casos anteriores à publicação de DL 43/76; com efeito, regime daquele era mais favorável na opção pelo serviço activo. Aos DFA na situação de reforma extraordinária, ou pensionista de invalidez, que já tinham podido exercer o direito de opção, não era reconhecido o direito de voltar ao activo.

Aos militares dos QP na situação de reserva, reforma ou tendo transitado para o QC por motivo de deficiência e que viessem a ser considerados DFA, era reconhecido o direito de opção pelo serviço activo, salvaguardadas as limitações impostas pelos limites de idade.

O Decreto-lei nº 295/73 veio a possibilitar aos militares na situação de reforma extraordinária a graduação no posto a que teria ascendido se não tivessem mudado de situação, embora sem alteração na pensão de reforma.

De toda esta cascata de legislação, ressalta que:

- quer explicitamente (DL 210/73), quer veiadamente (DL 43/76), quer ainda pelas condições de carreira, nomeadamente o pagamento,

DIÁRIO DA REPÚBLICA

Subsídio de Educação Especial

Portaria 104/2000, de 24 de Fevereiro

Esta portaria «estabelece os valores e critérios de determinação das participações das famílias na frequência de estabelecimentos de educação especial por crianças e jovens com deficiência, com vista ao cálculo do respectivo subsídio de educação especial, prevista no âmbito das prestações familiares, que integra os regimes de segurança social e de protecção social da função pública».

Assim, aprova as tabelas para determinação do valor da participação das famílias, nas modalidades de internato, semi-internato e externato, bem como as tabelas das despesas anuais fixas a considerar para cálculo da poupança familiar e determinação da participação das famílias.

Este diploma tem efeitos a um de Setembro de mil novecentos e noventa e nove.

Forças de Segurança

Decreto-Lei 17/2000, de 29 de Fevereiro

Este diploma vem estender, numa óptica de coerência legislativa, o conjunto de medidas constantes do Decreto-Lei 233/96, de 7 de Dezembro (que aprovou o estatuto dos militares das Forças Armadas envolvidos em missões humanitárias e de paz fora do território nacional), aos elementos dos serviços e das forças de segurança, dependentes do Ministério da Administração Interna, envolvidos também em missões humanitárias e de paz fora do território nacional.

Todas as referências ao Ministro da Defesa Nacional (aludidas do DL 233/96) devem-se reportar ao Ministro da Administração Interna, neste DL 17/2000.

Rendimento Mínimo

Garantido

Decreto-Lei 27-A/2000, de 3 de Março

No sentido de alargar a capacidade de resposta do rendimento mínimo garantido, através do alargamento de meios humanos, e reforçar os seus níveis de eficácia na realização do objectivo central da melhoria da coesão social da sociedade portuguesa, os Centros Regionais de Segurança Social podem celebrar contratos administrativos de provimento para categorias de ingresso na carreira de técnico superior de serviço social, técnico superior, assistente administrativo e motorista de ligeiros.

Estes contratos só podem ser celebrados num período de três anos, a contar de um de Janeiro de dois mil, com a duração de um ano, renováveis até ao limite máximo de cinco anos.

Curso de Formação de PSP

Portaria 122/2000, de 8 de Março

Pelo Decreto-Lei 511/99, de 24 de Novembro, foi aprovado o Estatuto da Polícia de Segurança Pública (PSP), que de acordo com o seu artigo 38º torna-se necessária a regulamentação do processo de concurso público, porquanto estamos em face de uma excepção à aplicação do regime geral de recrutamento e selecção de pessoal para os quadros da Administração Pública.

Assim, esta portaria aprova o Regulamento do Concurso para Admissão ao Curso de Formação de Agentes da Polícia de Segurança Pública.

Serviços Mínimos

Bancários

Decreto-Lei 27-C/2000, de 10 de Março

Institui o sistema de acesso, pelas pessoas singulares, aos serviços mínimos bancários, entendendo-se como tal «os serviços relativos à constituição, manutenção e gestão de conta de depósito à ordem e ainda cartão de débito que permita a movimentação da referida conta mediante transferência ou recuperação electrónica dos fundos nela depositados, instrumentos, manuais ou mecânicos, de depósito, levantamento e transferência interbancária desses fundos e emissão de extractos semestrais discriminativos dos movimentos da conta nesse período ou disponibilização de caderneta para o mesmo efeito».

O objectivo deste sistema vai no sentido das instituições de crédito aderentes disponibilizarem às pessoas singulares o acesso à titularidade e utilização de conta bancária de depósito à ordem, assim como a possibilidade da sua movimentação a débito e a crédito, mediante celebração de contrato de depósito.

Conferência

de Fotocópias

Decreto-Lei 28/2000, de 13 de Março

Para simplificação na certificação de actos e rapidez na prestação deste serviço, assegurando o rigor e a certeza dos actos praticados, foram admitidas formas alternativas de atribuição de valor probatório a documentos, pelo que é atribuída competência, para conferência de fotocópias, às Juntas de Freguesia, aos CTT, às câmaras de comércio e indústria, aos advogados e aos solicitadores.

Nas fotocópias conferidas, com valor probatório dos originais, é aposta ou inscrita a declaração de conformidade com o original, o local e a data de realização do acto, o nome e a assinatura do autor da certificação e o carimbo profissio-

nal ou qualquer outra marca identificativa da entidade que procede à certificação.

O diploma entra em vigor no dia um de Maio de dois mil.

Fotocópias nos Processos

Decreto-Lei 29/2000, de 13 de Março

O Decreto-Lei 135/99, de 22 de Abril, preconizou várias medidas de modernização administrativa e de simplificação dos circuitos nos procedimentos administrativos gratuitos.

Torna-se necessário instituir o princípio da aceitação da fotocópia simples como elemento idóneo para instrução de processos.

Assim, o artigo trinta de dois do diploma atrás citado é alterado, passando a ter a seguinte redacção: «1 - Para a instrução de processos administrativos gratuitos é suficiente a simples fotocópia de documento autêntico ou autenticado. 2 - Sem prejuízo da obrigatoria recepção da fotocópia a que alude o número anterior, quando haja dúvidas fundadas acerca do seu conteúdo ou autenticidade, pode ser exigida a exibição de original ou documento autenticado para conferência, devendo para o efeito ser fixado um prazo razoável não inferior a cinco dias úteis. 3 - No caso previsto no número anterior, o funcionário apõe a sua rubrica na fotocópia, declarando a sua conformidade com o original. 4 - (anterior nº 3). 5 - (anterior nº 4).»

Este diploma entrará em vigor a um de Maio de dois mil.

Simple Fotocópia

Decreto-Lei 30/2000, de 13 de Março

Este diploma vem instituir medidas que permitem facilitar a instrução dos actos e processos típicos das conservatórias e cartórios notariais.

Assim, a instrução de actos e processos dos registos e do notariado pode ser efectuada mediante fotocópia de documento autêntico ou autenticado, desde que conferida com o original ou documento autenticado a exhibir perante o funcionário receptor. Este aporá a sua rubrica na fotocópia, declarando a sua conformidade com o original ou documento autenticado.

As fotocópias conferidas nos termos deste diploma estão isentas de emolumentos.

Registos e Notariado

Decreto-Lei 35/2000, de 14 de Março

Podem ser criados cartórios notariais de competência especializada (CNCE), por portaria do Ministro da Justiça e que podem funcionar nas instalações de organismos ou institutos públicos, associações patronais ou empresariais, câmaras de comércio e indústrias e ordens profissionais.

As competências dos CNCE serão definidas em função dos intervenientes nos actos notariais ou da actividade exercida pelas entidades onde vão funcionar, permitindo uma especialização de funções e, como tal, a prestação de um serviço mais célere e eficaz.

Este diploma entra em vigor a um de Maio de dois mil.

Sociedades, EIRL, ACE

Decreto-Lei 36/2000, de 14 de Março

Este diploma procede à desformalização da prática de alguns actos que até hoje requeriam a intervenção notarial, não envolvendo diminuição de garantias, designadamente patrimoniais, e por se inserirem na esfera de acção dos comerciantes, das obrigações contraídas perante terceiros e por representarem um número significativo de actos sujeitos a escritura pública.

Para dar início ao processo de simplificação, ficam dispensados de escritura pública os seguintes actos: dissolução de sociedades; a ampliação das competências do secretário da sociedade; a constituição de sociedades unipessoais; a constituição do estabelecimento individual de responsabilidade limitada (EIRL) e o contrato constitutivo do agrupamento complementar de empresas (ACE).

Para este efeito são alteradas algumas das disposições do regime jurídico destes institutos, que entraram em vigor no dia um de Maio de dois mil.

Helena Afonso

Provedor de Justiça

Uma representação da ADFA deslocou-se à Provedoria de Justiça, no passado dia 15 de Março, a fim de trocar impressões com o Provedor Adjunto, Dr João Portugal, sobre a questão da abertura do prazo do DL 319/84, relativo aos Deficientes Civis das Forças Armadas (DCFA), vulgarmente conhecidos por milícias.

«A Provedoria foi altamente sensível aos argumentos apresentados pela ADFA», tendo já enviado ao Ministério da Defesa Nacional uma recomendação largamente fundamentada, sustentando que não haja qualquer prazo para requerer a revisão de processo dos DCFA ou que, pelo menos, seja aberto um novo prazo nunca inferior a 6 meses.

Tal tomada de posição vem na linha do que a ADFA tem reivindicado junto do MDN, sem que, no entanto, até ao momento, tenha sido publicado um decreto com tal medida.

T.E.

Escrevam sempre. Exponham os vossos pontos de vista, as vossas críticas, os vossos problemas, os vossos anseios, de forma objectiva, isenta e sem considerações a despropósito, mas esforcem-se por ser breves. O ELO agradece a vossa colaboração e poderá, deste modo, dar a palavra a maior número de associados. Dada à extensão de algumas cartas, vemo-nos obrigados a publicar o essencial das mesmas.

O tempo que passa

Ultimamente, perpassa pelos textos publicados no ELO, a preocupação pelo tempo que se esvai inexoravelmente, sem se alcançarem alguns objectivos que, a serem atingidos, pecarão por tardios, dado que a faixa etária em que a generalidade se posiciona diminui deveras a probabilidade da sua fruição, isto para aqueles que, eventualmente, ainda venham a beneficiar da sua hipotética aplicação porque, para os que já nos deixaram ou entretanto vão partindo, o tempo útil já foi.

Tal situação gera, nos interessados, uma enorme expectativa a chegada do ELO, já que para além do prazer que a todos proporciona a sua leitura pode, eventualmente este a receber, ser o mensageiro da boa nova.

Escusado será dizer que a expectativa é redobrada quando no(s) número(s) precedente(s) foi abordada a perspectiva de estar em vias de resolução algum mais ou menos velho assunto.

E assim se vai mantendo a esperança que é preciso não deixar esmorecer.

Evitar que o cepticismo se instale é salutar, mas para isso é imprescindível que, nesta altura, se consigam resultados.

É imperativo que os "envergonhados" despertem e passem é a ter vergonha das próprias consciências, por um lado deliberadamente nos terem ignorado e esquecido e por outro por virem negando dignidade àqueles que a ganharam por terem ousado cumprir o serviço militar obrigatório na guerra colonial e dela regressaram afectados na sua integridade física e/ou psíquica, não chegando ao sacrifício da própria vida porque não calhou.

Haja pudor!

João Santa Rosa

"Ser ou não ser, eis a questão"

Serve esta missiva para alertar a consciência dos sócios da ADFA. No passado dia 13 de Janeiro foi presente como queixoso no Tribunal Militar de Lisboa, um nosso camarada da ADFA, que em tempos foi agredido por um sargento da GNR.

O jornal ELO como lhe competia deu a informação, embora em pouco realce.

Estou tentado em dizer que a solidariedade "nunca" pode ser palavra vã.

Como tal, não compreendo a falta de presença dos camaradas, claro daqueles que efectivamente tivessem

algum tempo livre e eu acredito que haveria alguns.

Se nos tempos em que servimos em África a solidariedade entre nós foi efectiva. Não compreendo de jeito nenhum como nos momentos tão difíceis que se vão vivendo na sociedade portuguesa.

Nós que pelas nossas deficiências tanto pedimos, não sabemos dar alguma coisa do que temos a mais a quem nalguns momentos tanto precisa.

Neste caso: solidariedade precisa-se!!! Eu por mim cumpri... Embora me custe dizer que fui o único a dizer sim!!!

Missão cumprida!!!

Ser diferente, não significa ser pior!!! Desculpem o meu desabafo.

"Dentro desta imensidão só pretendo sobreviver" - Bertold Brecht

Sugestão: Sugiro que quando casos idênticos aconteçam a Direcção da ADFA, se faça representar, mais que não seja por uma questão de estímulo.

Se possível gostaria de ver a minha missiva publicada no jornal ELO.

Não podemos dar razão a quem nos combate!!!

Rolando Silva "Alfama"

Audiência de julgamento

No Tribunal Militar está em curso um processo apresentado pelo associado Manuel Teixeira contra o sargento comandante do posto da Guarda Nacional Republicana de Barcarena, em que o associado da ADFA denuncia a agressão verbal e física de que alegadamente foi vítima.

Na audiência marcada para 13 de Janeiro deste ano, o réu não compareceu, ficando adiada a audição das testemunhas para o dia 15 de Março.

Na data marcada, e apesar da ausência de uma das testemunhas do réu, a audiência iniciou-se com as declarações de outras testemunhas, tendo sido marcada uma outra sessão para o dia 30 de Março, na qual vão ser ouvidas duas testemunhas apresentadas por Manuel Teixeira e as restantes da parte do réu. •

R.V.



VENDAS ESPECIAIS

PARA DEFICIENTES



Contacte os serviços



da ADFA
Alberto Pinto
Telf. (01) 757 04 22



CONCESSIONÁRIO FIAT

Trevauto

STAND: Rua da Venezuela, 65 A/B - 1500 LISBOA - Tels.: 760 89 60/7 - 760 82 53 - 760 52 78 - Fax: 760 52 78
STAND: Rua de Arroios, 89A - 1100 LISBOA - Tels.: 316 72 00/316 72 13 - Fax: 352 00 96
STAND: Rua Virgílio Correia 17-B - 1600 LISBOA - Tel.: 726 98 89/726 99 13 - Fax: 726 56 39 (à Estrada da Luz)
ASSISTÊNCIA TÉCNICA: Rua Heróis de Quiçoga, 14A - 1100 LISBOA - Tels.: 812 32 75 - 814 47 17

Contacto: TREVAUTO 316 72 00 - Francisco Galhano

DESCONTOS:

PEÇAS: 25%
OFICINA: 15%

(MANUEL CORREIA) TELF. 316 72 00
(HUMBERTO LOURENÇO) TELF. 812 32 75

VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES



Contacte os serviços da ADFA

CONCESSIONÁRIO



Alberto Pinto
Telf. (01) 757 04 22

Trevauto

STAND: Rua da Venezuela, 65 A/B - 1500 LISBOA - Tels.: 760 89 60/7 - 760 82 53 - 760 52 78 - Fax: 760 52 78
STAND: Rua de Arroios, 89A - 1100 LISBOA - Tels.: 316 72 00/316 72 13 - Fax: 352 00 96
STAND: Rua Virgílio Correia 17-B - 1600 LISBOA - Tel.: 726 98 89/726 99 13 - Fax: 726 56 39 (à Estrada da Luz)
ASSISTÊNCIA TÉCNICA: Rua Heróis de Quiçoga, 14A - 1100 LISBOA - Tels.: 812 32 75 - 814 47 17

Contacto: TREVAUTO 316 72 00 - Francisco Galhano

DESCONTOS:

PEÇAS: 25%
OFICINA: 15%

(MANUEL CORREIA) TELF. 316 72 00
(HUMBERTO LOURENÇO) TELF. 812 32 75

Escolha, uso e manutenção de uma cadeira de rodas

A cadeira de rodas representa para o seu utilizador uma janela para a vida pois permite-lhe deslocar-se e efectuar tarefas que seria impossível executar doutra forma.

Reveste-se assim de grande importância a escolha da cadeira, bem como as técnicas de utilização que lhe permitem tirar o máximo partido da mesma.

Por esse motivo recordamos aqui alguns pontos que deve avaliar e ter em consideração na escolha da cadeira de rodas, bem como dicas e sugestões que poderão melhorar o seu uso e a manutenção.

O que deve ter em consideração para escolher uma cadeira de rodas? Algumas sugestões:

Quanto ao tipo de utilização	<ul style="list-style-type: none"> • Interior/Exterior • Diária/Pontual • Tipo de percurso que pretende efectuar (quanto ao tipo de piso, existência de rampas, etc.) • Dimensão e peso
Quanto à estrutura	<ul style="list-style-type: none"> • Permite uma boa postura (bom apoio de braços, pés, costas e bacia) • Possibilidade de adaptação de acessórios • Facilidade de desmontagem • Dimensão e peso • Estética
Quanto à manutenção	<ul style="list-style-type: none"> • Facilidade na assistência técnica
Quanto ao preço	<ul style="list-style-type: none"> • Acessível • Boa relação preço/qualidade

Quanto ao uso da cadeira, apresentamos algumas regras básicas:

- Imobilizar a cadeira de rodas usando os travões sempre que pretender parar ou efectuar uma mudança.
- Nunca levantar uma cadeira de rodas pelas partes amovíveis pois estas podem sair do lugar. Cada cadeira tem as suas particularidades. Por precaução verifique sempre quais são as partes destacáveis.
- Ao ser transportado em cadeira de rodas deve colocar os membros inferiores a salvo, para evitar choques.
- Manejar a cadeira de uma forma adequada evitando travagens e mudanças bruscas de direcção.
- Escolher uma velocidade adequada.
- Ter sempre em consideração qualquer peça de roupa que esteja próxima das rodas e possa por esse motivo ficar presa.

Fechar/Abrir uma cadeira de rodas

Para fechar, retirar os patins e almofada (se tiver), pegar pela parte posterior e anterior do assento e puxar ao mesmo tempo para cima.

Para abrir, colocar os dedos no centro do assento e empurrar o assento com as palmas das mãos para o exterior. Não colocar nunca os dedos entre a estrutura metálica e o assento pois pode correr o risco de magoar os dedos.

Algumas informações relativas à boa conservação da cadeira:

Estar atento. A quê?	Quando?
<ul style="list-style-type: none"> • A cadeira abre e fecha com facilidade? • Em marcha a cadeira não prende ou se desvia? 	Na data da compra e Regularmente
<ul style="list-style-type: none"> • Os travões activam-se facilmente? • Não tocam o pneu em andamento? 	Na data da compra e Regularmente
<ul style="list-style-type: none"> • Qual o estado das cruzetas? 	Na data da compra e Regularmente
<ul style="list-style-type: none"> • Qual o estado dos braços/apoia braços/protectores de roupa e respectivas fixações? 	Na data da compra e Regularmente
<ul style="list-style-type: none"> • Qual o estado de tela de assento e encosto? 	Na data da compra e Regularmente
<ul style="list-style-type: none"> • As rodas de 22" e 24"/raios/rodas de 6" e 8" como estão quanto ao aperto das porcas, às oscilações ou bloqueios, ao estado dos pneus etc.? 	Na data da compra e Regularmente

Contacte o fornecedor sempre que necessite esclarecer alguma questão ou verifique algum problema na sua cadeira.

Limpeza

O quê?	Quando?
Telas do assento e encosto (limpe com água e sabão)	Semanalmente
Todas as peças (limpar e parafinar)	Semanalmente

Nota: leia atentamente e guarde os folhetos e livros de instruções fornecidos na compra da cadeira.

Alexandra Couto e Emília Mendes

Revista de Imprensa

Diário de Notícias

PÚBLICO

Jornal Notícias

24 horas Domingo

CORREIO da manhã

DIÁLISE COM NOVA LEI

"(...) Uma vez mais os insuficientes Renais Crónicos deste País foram, em Novembro passado, brindados com a Lei 505/99, sobre Licenciamento, Fiscalização e Segurança das Unidades de Diálise, que mereceu, justificadamente, por parte da APIR e CNOD o protesto no CNRIPD que foi aprovado pelas Associações naquele Órgão representados e enviado a Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Trabalho e da Solidariedade(...)"

O Renal (ADRN) - Out/Nov/Dez99

IMPORTÂNCIA DAS ASSOCIAÇÕES

"O significado político da decisão do ministro da Defesa em receber as associações militares é tanto maior quanto o seu antecessor, Prof. Veiga Simão, também defensor deste diálogo, optou em 1999 pela criação, para esse efeito, de um conselho consultivo da condição militar, sob a direcção de um oficial general. Apesar desta boa vontade, aquele órgão apenas reuniu uma vez desde que foi criado."

Lusa/Boletim da ASMIR - Jan/Fev00

III ENCONTRO DESPORTIVO

"À semelhança dos anos anteriores, a ADFA vai realizar o III Encontro Desportivo, nas modalidades de Ténis de Mesa, Remo Adaptado e Snooker."

O Jornal do Deficiente (CNOD) - Jan/Fev00

FUTURO NO TRATAMENTO RENAL

"Os recursos financeiros, a competitividade crescente, o controlo de qualidade e doentes responsáveis por si mesmos, significam oportunidades e ameaças que fazem parte, hoje em dia, do tratamento renal."

Nefrânea (APIR) - Jan/Fev00

STRESS POS TRAUMÁTICO

"Ora, sendo o stress uma doença, deve ser inserido no sistema de saúde como qualquer outra doença. Além do mais, quem padece deste problema a maior parte das vezes não tem consciência disso. Compete pois ao médico que acompanha a família regularmente detectar um possível caso e encaminhá-lo para uma ajuda especializada. Isto deve ser assim nesta matéria, como o é em todas as outras(...)"

O Sargento (ANS) - Jan/Fev00

STRESSADOS DE GUERRA

"(...) É difícil provar o stress traumático pós guerra, falta de provas, dificuldade na abertura e consulta de arquivos, indisponibilidade das chefias militares para remexer em assuntos que nem ao diabo interessa lembrar, e que mais não são que publicidade negativa para o negócio."

Imenso sul - Fev00

NOVOS CORPOS SOCIAIS DA AFAP

"No passado dia 6 de Janeiro, nas instalações da Av. A. A. Aguiar, tomaram posse os responsáveis pelos Corpos Sociais da AFAP para o biênio 2000/2001. A juventude de muitos dos nossos novos associados não permite que conheçam pessoalmente os sócios eleitos, pelo que se dão à estampa as fotografias dos presidentes e vice-presidentes dos diversos corpos sociais."

Boletim da AFAP - Jan/Fev/Mar00

COLÓQUIO EM ÉVORA

"A educação para deficientes deve ser concebida como um processo global, incluindo orientação domiciliária e intervenção precoce (...)"

APD - Mar00

BELÉM 'RECONHECE' AOFA

"Depois do reconhecimento de todas as forças políticas, nomeadamente durante o debate parlamentar sobre o Estatuto - ao frisarem a função de interlocutores privilegiados -, Jorge Sampaio acabou ontem por consagrar e institucionalizar aquilo que a lei ainda não colocou no papel - o movimento associativo militar."

Correio da Manhã - 1Mar00

VOLUNTÁRIOS SÓ COM INCENTIVOS

"O Exército português está bem servido de graduados (sargentos e oficiais), postos para os quais há muitos voluntários, mas tem uma "enorme" falta de praças. Nos últimos tempos, exceptuando o caso das missões no estrangeiro, o número de soldados voluntários tem ficado "muito aquém" das necessidades, em todos os ramos das Forças Armadas, mas de uma forma muito particular no Exército."

Correio da Manhã - 2Mar00

COLÉGIO MILITAR

"A deposição de uma coroa de flores, cerimónias militares, exposição sobre 'Os 500 Anos da Descoberta do Brasil' e um sarau gímnico no Pavilhão Carlos Lopes marcaram ontem, em Lisboa, o acto central das comemorações dos 197 anos do Colégio Militar."

Correio da Manhã - 4Mar00

OFICIAIS ELOGIAM GOVERNO

"Elogios, embora cautelosos, ao Governo e em particular ao ministro da Defesa, Castro Caldas, saíram do jantar-debate que reuniu antontem oficiais dos três ramos das Forças Armadas, organizado para debater os problemas salariais, de carreira e de exercício de direitos constitucionais. O mesmo tom foi

seguido em relação ao Presidente da República e até mesmo ao Parlamento."

Correio da Manhã - 4Mar00

EXÉRCITO EUROPEU

"Javier Solana, o secretário-geral do Conselho de Ministros da União Europeia (EU), destacou ontem o "carácter histórico" que assume a primeira reunião dos representantes militares dos quinze para constituição do órgão militar interino comunitário, no âmbito da identidade europeia de defesa."

Correio da Manhã - 8Mar00

ESTUDO SOBRE PORTUGAL NA BÓSNIA

"(...) o estudo, que inclui os resultados de um inquérito feito aos militares portugueses envolvidos nas operações da Nato na Bósnia, da responsabilidade da socióloga Helena Carreiras, é publicado no último número da revista 'Estratégia' (...)"

Público - 10Mar00

MINAS AO SABOR DA CORRENTE

"A ponte de Moamba, sobre o rio Sabié, um afluente do Incomati, era um dos pontos a desminar. Mas as cheias fizeram-na desmoronar e com os escombros espalharam-se as minas, que agora ninguém sabe onde param."

Público - 21Mar00

NOVA ESPERANÇA

"Um paraplégico conseguiu dar os seus primeiros passos ao fim de 10 anos, depois de uma operação revolucionária que restaurou parcialmente as suas funções nervosas."

24 Horas - 22Mar00



Perdoa-me

Nuno Santa Clara

Entendeu Sua Santidade o Papa - e bem - reconhecer alguns erros da Igreja Católica. E, quanto a mim, escolheu bem o local e o tempo, numa altura de revisão e balanço de milénio.

Espantam-se as pessoas que este gesto inédito encontre pouco eco ou mesmo rejeição por parte de alguns dos destinatários. Esquecem-se de que a generosidade do pedido de perdão deve corresponder a abertura do destinatário. E seria angelismo acreditar que do lado dos fanáticos essa abertura se produzisse.

São de rejeitar as sábias análises feitas "a posteriori", em que o mau da fita é só um (normalmente o perdedor), arcando com todos os males da Terra. As cruzadas foram um mal? Decerto, mas não maior que a conquista muçulmana da Palestina que as antecedeu. Tentar ler a História à estriça luz dos nossos dias pode levar ao absurdo, como pedir perdão a Marrocos pela Reconquista, ou Marrocos pedir perdão aos alemães, descendentes dos visigodos, pela invasão da Península.

Mas há valores perenes na História, que ultrapassam o brutal direito de conquista, ainda hoje teimosamente presente nesta civilizada e sofisticada Europa - se a considerarmos do Atlântico aos Urais. E um deles é a rejeição da violência.

Estivemos, nós, envolvidos numa guerra. Quer pela guerra em si mesma, quer pelos casos em que o medo, o ódio ou as paixões levaram qualquer das partes à violência para lá do razoável, cabe fazer uma reflexão. Não há muito tempo, assistiu-se na televisão a uma entrevista em que um dos autores dos massacres da UPA, no Norte de Angola, se declarava não arrependido e capaz de recomeçar, se necessário. Nem a constatação de que isso constituiu o pretexto para que o regime lançasse uma guerra, que havia de durar 13 anos, o demovera das suas convicções.

Daqui a necessidade de reflexão, como instrumento de prevenção de conflitos.

Porque, se a nossa atitude se limitar a uma fórmula porventura não sentida, mais vale restringir o debate a um "reality show" televisivo, como o título indica...



Director: António Carreiro
Propriedade: Associação dos Deficientes das Forças Armadas
Administração e Redacção: Av. Padre Cruz - Ed. ADFA 1600-560 - Lisboa
Telefone: 21 757 0502 Fax: 21 757 1319
E-mail: adfa@mail.telepac.pt Internet: http://www.adfa-portugal.com



Reunião do Conselho Nacional

Relatório de actividades de 99 aprovado

A reunião do Conselho Nacional (CN) de 11 de Março último discutiu e aprovou o relatório de actividades do CN referente a 1999.

"Os conselheiros participaram activamente na vida associativa, empenhando-se em trabalhos de comissões e muitos outros a título individual ou colectivo, notando-se já os frutos da criação, no ano de 1998, das comissões especializadas no âmbito do CN com vista a dar a este órgão maior eficiência no estudos dos "dossiers" referentes aos assuntos nacionais da ADFA", foi referido no final do relatório assinado pelo presidente da MAGN.

Durante o ano associativo de 1999 realizaram-se duas reuniões ordinárias (6Mar e 27Nov) e uma extraordinária do CN (9Out).

No primeiro ponto da ordem de trabalhos procedeu-se à análise do Orçamento de 1999, considerando a DN que o orçamento se encontra dentro dos parâmetros normais. Durante o debate foram avançados alguns exemplos de sucesso, como o auto-financiamento do DACDLA e os investimentos nas delegações do Porto e Famalicão (em serviços clínicos). Outros sectores evidenciaram resultados aquém do estimado, porém, como referiu a DN, "dentro da normalidade".

Aquando da apresentação do parecer semestral do CFN sobre as actividades e situação financeira da ADFA, surgiram algumas divergências relativas à gestão dos serviços da Sede, sendo considerado negativo o atraso na apresentação das contas de algumas delegações, que tem dificultado o normal apuramento das contas nacionais.

O Orçamento de 99 foi aprovado por maioria, com três abstenções e o Relatório de Actividades do Conselho Nacional foi votado favoravelmente por unanimidade.

A apresentação da moção de solidariedade para com o associado e conselheiro nacional José Luís Noronha, que sofreu um grave acidente na primeira semana de Março, contou com a unanimidade dos presentes, realçando-se o "valioso contributo deste associado".

O conselheiro Patuleia Mendes apresentou em seguida informações sobre a realização do IV Congresso da ADFA, salientando as 26 teses entregues e a larga auscultação dos associados. O conselheiro apresentou também uma proposta, no sentido de permitir a integração no Congresso, como delegado por inerência, do presidente do Núcleo da ADFA em Moçambique, dada a "valiosa contribuição que este associado pode dar ao debate." Apesar do voto contra e das seis abstenções, a proposta foi aprovada por 14 votos favoráveis.

Patuleia Mendes referiu ainda os esforços empreendidos para convidar a ministra da Saúde e o secretário de Estado da Defesa para a sessão de abertura do IV Congresso e do ministro da Defesa Nacional e do secretário de Estado da Inserção Social para o encerramento.

Foi ainda apresentada a proposta de regulamentação sobre demissão e admissão de associados da ADFA que, por serem apresentadas diversas alternativas, se considerou interromper a discussão sobre o tema, adiando a aprovação da proposta para quando houver maior consenso no seio da comissão de trabalho. O assunto ficou adiado para a próxima reunião do CN, com os votos da maioria, quatro abstenções e dois votos contra.

Foi ainda aprovada por unanimidade uma moção de solidariedade para com os associados de Moçambique, através do Núcleo da ADFA em Maputo, demonstrando-se a "profunda consternação pelas intempéries de gravíssimas consequências que assolaram aquele País."

A DN informou ainda que o 26º Aniversário da ADFA vai realizar-se na Messe de Lagos, com o apoio da Delegação de Faro, sendo 3.500 escudos o preço do almoço por pessoa.

A finalizar os trabalhos, a DN apresentou ainda informações sobre as reivindicações legislativas, que já têm sido destacadas no ELO.

R.V.

Acidentes de serviço e doenças profissionais

ADFA toma posição

A Direcção Nacional da ADFA enviou uma carta ao ministro da Defesa Nacional dando conta da posição assumida na reunião da DN do dia 24 de Março, face à legislação publicada sobre os acidentes de serviço e doenças profissionais na Administração Pública. O conteúdo do documento é transcrito na íntegra, para clarificação da postura da Associação em relação às questões levantadas pelo DL 503/99, de 20 de Novembro, sendo que nele se coloca em causa a vigência deste novo diploma em relação aos deficientes militares

1. Desde sempre a ADFA tem defendido, com base na lei, que a especificidade do serviço militar exige uma legislação própria para os acidentes e doenças dos militares, já que o serviço militar é substancialmente diferente e envolve riscos acrescidos em relação aos funcionários públicos

2. A publicação do DL 503/99, de 20 Novembro, ao invés de atenuar a questão, vem repô-la com enorme acuidade, sendo absolutamente necessário, de imediato, retirar os militares da aplicação deste diploma, criando diploma específico, tendo como quadro de referência a legislação dos DFA, GDFA e GDSEN.

Com efeito:

a) O novo regime dos acidentes de serviço e doenças profissionais na Administração Pública vem instituir a possibilidade de diferenciações não razoáveis de situações de acidente e doenças em relação aos deficientes em campanha com grau de incapacidade inferior a 30 por cento, em relação às doenças adquiridas ou agravadas em serviço, em relação às situações de recidiva, recaída e agravamento, em relação à não salvaguarda de direitos adquiridos, em relação aos prazos de revisão por agravamento, em relação à não protecção na invalidez aos militares conscritos, em relação ao não acolhimento dos acidentes em itinere anteriores, em relação ao não enquadramento da situação jurídica dos GDSEN, em relação à previsão de pensões inferiores às que são actualmente concedidas.

b) O novo regime jurídico do voluntariado não pode ficar aquém da protecção concedida ao serviço militar obrigatório sendo que é mais penalizante nos aspectos da reabilitação e integração social e profissional, dado ser sempre exercido no início de profissão e submeter o voluntário a um risco superior ao do funcionário público.

Nomeadamente, o novo diploma prevê a continuação ao serviço da Função Pública do acidentado ou doente mas no caso do voluntário tal não é praticável e a lei é, neste particular, omissa.

3. Face ao exposto é entendimento da ADFA que:

a) Deve ser suspensa de imediato a aplicação do novo regime aos militares;

b) Deve iniciar-se, também de imediato, o estudo e elaboração de diploma próprio para os acidentados e doenças ocorridos sob condição militar.

4. A ADFA consciente da tão grande gravidade das questões suscitadas por este novo regime, porá todo o seu empenho e esforço na prossecução dos objectivos enunciados no anterior ponto três.

R.V.

TODAS AS RAZÕES

para nos visitar...

Todos os modelos disponíveis



Atendimento personalizado



Técnicos especializados



... E MAIS ALGUMAS!

Temos preços excepcionais para Si que é associado da ADFA



Contactos:
Rosário Jorge Telf.: 8 36 14 00
TM: 0931 25 50 23
Alberto Pinto Telf.: 7 57 05 83
TM: 0931 26 61 53



RENAULT